



*UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MONTES CLAROS*  
**CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM**  
**GEOGRAFIA**



**LUCAS GUIMARÃES CAVALCANTE DE ASSIS**

**A DINÂMICA SOCIOESPACIAL NO ESPAÇO PÚBLICO URBANO:  
analisando a problemática de apropriação e sociabilidade em alguns  
espaços na cidade de Montes Claros (MG)**

Montes Claros - MG

Abril - 2020

**LUCAS GUIMARÃES CAVALCANTE DE ASSIS**

**A DINÂMICA SOCIOESPACIAL NO ESPAÇO PÚBLICO URBANO:  
analisando a problemática de apropriação e sociabilidade em alguns  
espaços na cidade de Montes Claros (MG)**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia - PPGeo, nível mestrado, da Universidade Estadual de Montes Claros – Unimontes.

**Linha de Pesquisa:** Produção dos Espaços Urbanos e Rurais

**Orientador:** Prof. Dr. Carlos Alexandre Bortolo

**Montes Claros – MG**

**Abril - 2020**

Dedico este trabalho aos meus pais Linete e Wilmar e aqueles que se encantam pelas relações de intersecção entre a arquitetura, o urbanismo e a geografia.

## AGRADECIMENTOS

Chegar até aqui exigiu perseverança. Venci medos, cansaço, insegurança e até meu próprio pensamento que insistia em desacreditar desse trabalho. Mas chegar aqui é também mérito de quem me acompanhou nessa caminhada, sem essas pessoas tudo teria sido muito mais difícil.

Agradeço a minha mãe e meu pai por terem incentivado em mim o desejo ao estudo desde muito novo e hoje comemoram essa vitória comigo; à minha irmã, cunhado e à minha sobrinha pelo apoio e torcida. Khloe foi e tem sido minha felicidade de todos os dias e ela nem mesmo sabe o que é que o tio dela tanto digita do computador.

Agradeço aos amigos e colegas que estiveram comigo apoiando e brigando para que eu não desistisse. Vocês foram parte importante nessa caminhada. Lembro-me dos momentos que dividimos sorrisos, dramas, saídas, pizzas e eu sempre me queixava do mesmo assunto: a dissertação; ainda assim, vocês estiveram presentes para me ajudar e me enviar forças e boas energias.

Agradeço aos amigos que sofreram e lutaram junto comigo nessa caminhada também vivendo o mesmo sonho: Gui, Val e Vitória; quero carregar vocês comigo por essa caminhada toda ainda.

Agradeço a Gustavo Souza por ter sido amigo, apoiador e incentivador desse sonho desde o começo. Muito obrigado por tudo que fez por mim!

Agradeço a Carine Guedes e Jonathan Araújo pela felicidade que me proporcionaram em dividir comigo a casa e, por assim ser, dividir os dilemas e alegrias.

Minha gratidão aos professores do PPGEU da Unimontes por terem nos norteado, compartilhado experiência e conhecimento durante esses dois anos de curso. O profissional que me tornarei terá como referência os professores que tanto me ensinaram.

Em especial, agradeço à Anete Pereira que me acompanhou desde a primeira disciplina isolada que cursei no programa e que tanto me ensinou. A Carlos Bortolo, meu orientador, que dividiu sua sabedoria para delinear meu trabalho da melhor forma possível. Agradeço também à Iara França que me acompanhou em parte dessa caminhada.

Agradeço, sobretudo, à Unimontes por ter sido o fomento desse sonho e por propiciar para a cidade de Montes Claros (MG) e região tão importantes estudos. Mesmo em tempos tão difíceis, a ciência não pode cessar seus estudos e nem se abater pelos percalços. A ciência, sobretudo, salva vidas.

Aos espaços públicos na cidade: vida! É preciso gente na rua, gente com gente e muito espaço ocupado. É preciso ter plena noção de que a cidade é viva e que nós somos os atores que trafegam essa história.

Espaços públicos são os lugares em que os problemas aparecem e se transformam em debates, em diálogo e em possibilidade de ajuste e compromissos. Por isso, não anulam os conflitos, ao contrário, são canais de comunicação e de visibilidade de oposições.

Paulo C. C. Gomes em *Espaço Público, Espaços Públicos*  
(2018)

## RESUMO

O processo de urbanização brasileiro provocou uma reorganização dos espaços na cidade, isso evidenciou, na estrutura urbana, os espaços livres. Assim, tornou-se necessário o estudo da produção desses espaços e das relações sociais que eles suscitam, tocando nos tópicos da apropriação e uso destes como cenário onde acontece a dinâmica socioespacial. O espaço se apresenta como um conglomerado da coletividade e o impulso por atividades que, intencionadas ou não, promovem o contato do usuário com algum lugar e levanta problemáticas que se referem aos usos, permanências e apropriações de cada espaço público na cidade. Este estudo teve como objetivo a análise das três escalas do espaço público urbano na cidade de Montes Claros (MG) (a rua, a praça e o parque), a fim de extrair os traços que motivam (ou não) os usuários a buscarem por esses lugares. Esta investigação justifica-se na finalidade de compreender a dinâmica socioespacial dos espaços públicos na cidade média em questão, procurando identificar a apropriação e uso nos espaços públicos existentes, visando também entender como se configura a relação sociedade-espaço em cada uma das escalas estudadas. O planejamento e gestão urbana engajados em promover espaços de qualidade e democráticos para todos são essenciais para que haja maior apropriação dos espaços públicos pela sociedade. Isso evidencia a fundamental participação popular nos direcionamentos para melhorias dos espaços livres no contexto urbano. Por meio de formulários aplicados aos usuários, foi possível identificar as carências e anseios das pessoas para cada escala dos espaços públicos analisados, a fim de subsidiar políticas públicas que visem favorecer uma maior apropriação e promoção de sociabilidade. A expectativa desta pesquisa ressalta uma maior participação das pessoas nos espaços livres públicos para coletividade, almejando o aumento das práticas socioespaciais e a manutenção da vida pública nas cidades.

**Palavras-chave:** espaço público, apropriação do espaço, dinâmica socioespacial, sociabilidade.

## ABSTRACT

A public space reorganization took place on the Brazilian urbanization process, been the open spaces emphasized in the urban structure. As a consequence, studies of the appropriation and social interactions taken in these places have become necessary to comprehend the social-spatial dynamic scenario. The space presents itself as a conglomerate of the community and the impulse for activities that, intended or not, promote the user's contact with some place and raise problems that refer to the utilization, permanence time and appropriations of each public location in the city. This study aimed to analyze the three scales of urban public space in the city of Montes Claros (MG) in order to extract the traits that motivate (or not) users to search for these places. This investigation is justified with the purpose of understanding the socio-spatial dynamics of public spaces in such a city, seeking to identify the appropriation and use in existing public spaces, also seeking to understand how the society-space relationship is configured in each of the scales studied. Urban planning and management committed to promote quality and democratic spaces for everyone are essential for greater appropriation of public spaces by society. This highlights the fundamental popular participation in the directions for the improvement of free spaces in the urban context. Through forms applied to users, it was possible to identify people's needs and desires for each scale of the public spaces analyzed, in order to subsidize public policies that aim to promote greater appropriation and sociability. The expectation of this research is to emphasize a greater participation of the people in public outdoor spaces for collectivity, aiming at increasing socio-spatial practices and maintaining public life in cities.

**Keywords:** public space, appropriation of space, socio-spatial dynamics, sociability.

## **LISTA DE TABELAS**

|  |    |
|--|----|
| Tabela 1 - Furtos e lesões corporais consumadas em Montes Claros (MG).....                               | 58 |
| Tabela 2 - Quantidade de respostas obtidas nos formulários aplicados por dia e horário de aplicação..... | 62 |

## LISTA DE FIGURAS

|   |    |
|---|----|
| Figura 1 - Desenho do Arraial das Formigas (que mais tarde daria se tornaria Montes Claros) no final do século XVIII..... | 22 |
| Figura 2 - Aspecto urbano da cidade de Montes Claros em 1953.....   | 24 |
| Figura 3 - Rua em uso: ocupada por motivo de festividade religiosa (Montes Claros - MG).....                              | 33 |
| Figura 4 - Protestos do #ForaTemer em Montes Claros (2016).....   | 34 |
| Figura 5 - Protestos contra o governo em Montes Claros nas ruas da região central (2016).....                             | 34 |
| Figura 6 - Carnaval de rua em Montes Claros.....  | 35 |
| Figura 7 - Palestra no Corredor Cultural em Moc.....  | 35 |
| Figura 8 - Praça em frente a Igreja da Matriz de Montes Claros (MG).....  | 36 |
| Figura 9 - Praça Dr. Carlos Versiani (Montes Claros).....   | 37 |
| Figura 10 - Pracinha na Vila São Francisco (Montes Claros).....   | 37 |
| Figura 11 - Aula em praça pública – Projeto Popular (Montes Claros).....  | 38 |
| Figura 12 - Parque Sagarana em Montes Claros em um domingo.....   | 40 |
| Figura 13 - Parque Sagarana em Montes Claros em um domingo.....   | 40 |
| Figura 14 - Parque Municipal de Montes Claros em pleno funcionamento em dia útil.....                                     | 41 |
| Figura 15 - Parque Municipal de Montes Claros em pleno funcionamento em dia útil.....                                     | 41 |
| Figura 16 - Largo da Igreja Matriz de Montes Claros (MG) em 1911.....   | 44 |
| Figura 17 – Igreja Matriz de Montes Claros – MG (2020).....   | 46 |
| Figura 18 – Praça da Matriz em Montes Claros (MG).....  | 52 |
| Figura 19 – Praça da Matriz em Montes Claros ( MG).....   | 53 |
| Figura 20 – Rua Simeão Ribeiro (Quarteirão do Povo).....  | 59 |
| Figura 21 – Praça Dr. Chaves (Praça da Matriz).....   | 60 |
| Figura 22 – Parque Municipal Milton Prates.....   | 61 |
| Figura 23 – Rua Simeão Ribeiro (1940).....  | 63 |
| Figura 24 – Quarteirão do Povo em pleno funcionamento – dia útil.....   | 65 |
| Figura 25 – Vista do Quarteirão do Povo em momento de comércio e circulação.....  | 66 |
| Figura 26 – Momento de grande movimentação no Quarteirão do Povo.....   | 66 |
| Figura 27 – Ambulantes, pedestres e comerciantes dividem a utilização do espaço público.....                              | 70 |

|   |    |
|---|----|
| Figura 28 – Pedestres e comerciantes dividem a utilização do espaço público.....  | 70 |
| Figura 29 – Largo da Matriz (1911).....   | 73 |
| Figura 30 – Imagem da Praça da Matriz – 2020.....   | 74 |
| Figura 31 – As fitas representativas das Festas de Agosto no entorno da praça.....  | 75 |
| Figura 32 – Vista da Praça Dr. Chaves recebendo shows regionais nas Festas de Agosto.....                                   | 75 |
| Figura 33 – Apresentação da Outra Banda da Lua – grupo musical regional que se apresentou nas Festas de Agosto em 2019..... | 80 |
| Figura 34 – Lugar de estadia de pessoas em situação de rua na Praça da Matriz.....  | 82 |
| Figura 35 – Imagem da Lagoa dos Patos no Parque Municipal.....  | 83 |
| Figura 36 – Cena do Parque Municipal Milton Prates.....   | 83 |
| Figura 37 – Cena do Parque em pleno funcionamento em dia útil.....  | 85 |
| Figura 38 – Pista de <i>cooper</i> ao redor da lagoa.....   | 85 |
| Figura 39 – Pessoas em momento de lazer no Parque Municipal.....  | 89 |
| Figura 40 – Grupo de pessoas a procura de um lugar para fazer piquenique.....   | 91 |
| Figura 41 – Pessoas fazendo caminhada no Parque Municipal.....  | 91 |

## LISTA DE MAPAS

|   |    |
|---|----|
| Mapa 1 - Expansão da Mancha Urbana de Montes Claros.....                  | 25 |
| Mapa 2 - Mapa de localização do município de Montes Claros (MG).....      | 43 |
| Mapa 3 – Mapa de localização Rua Simeão Ribeiro.....                      | 64 |
| Mapa 4 – Mapa de tipologias de uso e ocupação da Rua Simeão Ribeiro.....  | 67 |
| Mapa 5 – Mapa de localização da Praça Dr. Chaves (Praça da Matriz).....   | 76 |
| Mapa 6 – Tipologias de uso e ocupação no entorno da Praça da Matriz.....  | 77 |
| Mapa 7 – Mapa de localização do Parque Municipal Milton Prates.....       | 84 |
| Mapa 8 – Tipologias de uso e ocupação do entorno do Parque Municipal..... | 86 |

## LISTA DE GRÁFICOS

|  |    |
|--|----|
| Gráfico 1 – Preferência de lugares para diversão dos usuários.....                                   | 49 |
| Gráfico 2 – Costuma frequentar algum Shopping Center.....  | 50 |
| Gráfico 3 – O que limita a ida do usuário aos espaços públicos da cidade de Montes Claros (MG).....  | 57 |
| Gráfico 4 – Criminalidade violenta percentual de Montes Claros (MG).....                             | 57 |
| Gráfico 5 – Ruas que os usuários identificam como referência na cidade de Montes Claros (MG).....    | 59 |
| Gráfico 6 – Praças que os usuários identificam como referência na cidade de Montes Claros (MG).....  | 60 |
| Gráfico 7 – Parques que os usuários identificam como referência na cidade de Montes Claros (MG)..... | 61 |
| Gráfico 8 – Frequência com a qual os usuários costumam frequentar o espaço.....                      | 68 |
| Gráfico 9 – Motivos pelos quais os usuários frequentam a Rua Simeão Ribeiro.....                     | 68 |
| Gráfico 10 – Motivos que mais limitam a ida do usuário ao espaço público.....                        | 71 |
| Gráfico 11 – O que ao usuário sente falta/necessidade no Quarteirão do Povo.....                     | 72 |
| Gráfico 12 – Frequência com a qual os usuários costumam frequentar o espaço.....                     | 78 |
| Gráfico 13 – Motivos pelos quais os usuários frequentam a Praça da Matriz.....                       | 79 |
| Gráfico 14 – O que o usuário sente falta/necessidade na Praça da Matriz.....                         | 80 |
| Gráfico 15 – Motivos que mais limitam a ida do usuário ao espaço público.....                        | 81 |
| Gráfico 16 – Frequência com a qual os usuários costumam frequentar o espaço.....                     | 87 |
| Gráfico 17 – Motivos pelos quais os usuários frequentam o Parque Municipal.....                      | 88 |
| Gráfico 18 – O que o usuário sente falta/ necessidade no Parque Municipal.....                       | 90 |
| Gráfico 19 – Motivos que mais limitam a ida do usuário ao espaço público.....                        | 90 |
| Gráfico 20 – Impressão dos usuários sobre a qualidade dos espaços públicos de Montes Claros.....     | 92 |
| Gráfico 21 – A quem pertence a função da manutenção e cuidados dos espaços públicos.....             | 93 |
| Gráfico 22 – Motivos que limitam a ida das pessoas aos espaços públicos.....                         | 94 |

## SUMÁRIO

|   |           |
|---|-----------|
| <b>INTRODUÇÃO .....</b>   | <b>15</b> |
| <b>1 OS CAMINHOS AO ENTENDIMENTO DO ESPAÇO PÚBLICO URBANO: DO SURGIMENTO À APROPRIAÇÃO.....</b>                   | <b>20</b> |
| 1.1 URBANIZAÇÃO E CIDADE: UMA TRAJETÓRIA ESPAÇO-TEMPO DA CONFORMAÇÃO URBANA.....                                  | 20        |
| 1.2 PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO: QUEM PRODUZ O QUÊ? POR QUE E PRA QUEM PRODUZ? .....                                | 26        |
| 1.3 ESPAÇOS PÚBLICOS URBANOS .....  | 29        |
| 1.4 AS ESCALAS DO ESPAÇO PÚBLICO URBANO .....   | 32        |
| 1.4.1 Se essa rua fosse nossa.....  | 32        |
| 1.4.2 Praça porquê, praça pra quem?.....  | 35        |
| 1.4.3 Parque pra mim, parque pra você .....   | 38        |
| <b>2 REFLEXÕES CRÍTICAS A RESPEITO DO ESPAÇO PÚBLICO.....</b>   | <b>42</b> |
| 2.1 A CIDADE MÉDIA DE MONTES CLAROS: APRESENTANDO O CONTEXTO. ....  | 42        |
| 2.2 ESPAÇO PÚBLICO URBANO <i>VERSUS</i> ESPAÇO PÚBLICO PRIVADO NA CIDADE DE MONTES CLAROS .....                   | 45        |
| 2.3 APROPRIAÇÃO E DOMINAÇÃO DOS ESPAÇOS PÚBLICOS NO COTIDIANO .....   | 49        |
| 2.4 SOCIABILIDADE <i>VERSUS</i> INSEGURANÇA NO ESPAÇO PÚBLICO URBANO.....   | 53        |
| <b>3 AS ESCALAS DO ESPAÇO PÚBLICO NA CIDADE DE MONTES CLAROS (MG) .....</b>                                       | <b>57</b> |
| 3.1 RUA SIMEÃO RIBEIRO – QUARTEIRÃO DO POVO.....  | 61        |
| 3.1.1 Histórico e localização .....   | 61        |
| 3.1.2 Diagnóstico do contexto e análise dos dados.....  | 64        |
| 3.2 PRAÇA DR. CHAVES (PRAÇA DA MATRIZ).....   | 70        |
| 3.2.2 Diagnóstico do contexto e análise dos dados.....  | 73        |
| 3.3 PARQUE MUNICIPAL.....   | 79        |
| 3.3.1 Histórico e localização .....   | 79        |
| 3.3.2 Diagnóstico do contexto e análise dos dados.....  | 81        |
| 3.4 ANÁLISE GERAL DOS ESPAÇOS PÚBLICOS URBANOS EM MONTES CLAROS (MG): A VISÃO DO USUÁRIO FRENTE À REALIDADE. .... | 87        |
| <b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>  | <b>91</b> |
| <b>REFERÊNCIAS .....</b>  | <b>94</b> |

## INTRODUÇÃO

O processo de urbanização brasileiro acarretou a reorganização dos espaços na cidade e evidenciou, na estrutura urbana, os espaços públicos (livres, abertos). Decorrente disso, tornou-se necessário o estudo da produção desses espaços e das relações sociais que eles suscitam, tocando nos tópicos da apropriação e uso destes como cenário onde acontece a dinâmica socioespacial.

Para que se possa caminhar por esta dissertação, é necessário o entendimento da categoria que se estuda nesta pesquisa: o espaço. Tanto para a Geografia quanto para a Arquitetura, esse termo faz reflexão sobre a relação sociedade-natureza. Para Lefebvre (1976), o espaço significa não apenas um produto, instrumento ou mercadoria, mas também “estaria essencialmente vinculado com a reprodução das relações (sociais) de produção” (LEFEBVRE, 1976, p. 34). Na visão de Carlos (2007), o espaço é, ao mesmo tempo, produtor e reprodutor das relações socioespaciais presentes no mundo contemporâneo. Assim, seu entendimento é fundamental para a compreensão da sociedade, pois ele é percebido por meio da relação dialética sociedade/espaço.

O presente trabalho tece entendimento aos espaços públicos que a cidade oferece para uso da população, repensando o que provoca a real apropriação desses lugares. O contexto que se apresenta é a cidade de Montes Claros, ao norte de Minas Gerais, considerada de médio porte, da qual busca-se analisar três escalas do espaço público urbano: a rua, a praça e o parque.

Esses três cenários, conectados em estudo, serão postos para ilustrar diferentes tipos de espaços que apresentam dinâmica socioespacial na cidade em questão, sendo eles livres de edificação, abertos e acessíveis. Assim, entende-se como espaços livres ou espaços públicos urbanos, de acordo com Silva (2009), aquele que não está associado ao bem privado, pois, se assim fosse, o espaço perderia o caráter genuinamente público.

Os espaços abertos públicos (ruas, praças e parques) são, de acordo com Lynch (1990), espaços destinados à acessibilidade pública, desenhados, construídos ou apropriados para realização de atividades funcionais, sociais ou de recreação. E é por meio de manifestações comportamentais como a circulação, comércio, passeio, recreação, contato com a natureza, socialização, entre outros, que ocorre a apropriação desses espaços e, por

consequência, da cidade. Indovina (2002) afirma que, por meio do espaço público, é possível conhecer a cidade; aprendendo a ver e a caminhar por ela; defendendo este como o lugar da socialização. Dessa maneira, a leitura do espaço público urbano é uma forma de identificar os costumes e tradições de indivíduos, e de como o usuário se conecta ao espaço.

A cena que se imprime na cidade é a realização da vida humana e, portanto, se trata das relações socioespaciais produzidas pelo uso, pelas práticas cotidianas que contemplam o plano do vivido e que constroem paridade e sentimento de pertencimento. Sobarzo (2006) defende que a apropriação e produção desses espaços pelo uso e pelas relações podem ser observadas na horizontalidade, como sendo uma metáfora de trajetória no espaço de pessoas que “constroem (e são construídas), modificam (e são modificadas) e dão (encontram) sentido ao (no) espaço público” (SOBARZO, 2006, p. 103). É possível afirmar, então, que o espaço é o conglomerado da coletividade e o pulsar de atividades que, intencionadas ou não, promovem o contato do usuário com algum lugar e levanta problemáticas com relação aos usos, permanências e apropriações de cada espaço público na cidade.

A rua é a conexão, caminho, ocupação, artéria. Essa escala do espaço público cunha o elo entre lugares e também é, nesta pesquisa, o lugar em si: de estar, chegar, de ficar. Ela é cena da festividade, do protesto; é o espaço que dá voz ao povo, que dá vida e produz o encontro. Seu sentido não remete apenas a uma via, caminho ou lugar de circulação, mas, em amplitude, ao lugar onde a vida social acontece.

Se a rua trata, a priori, de um lugar de circulação, a praça distingue-se pelo seu aspecto intencional do encontro. A praça constituiu os motivos de extensão do quintal, mas fora das delimitações e muros da célula habitacional. O encontro ganhou novo púlpito e alcançou outro patamar: o espaço público urbano. Segundo Gomes (2007), estas se constituem desde os primórdios em um intuito de convivência humana. Sendo assim, é tida como um notório e importante item histórico e cultural na imagem urbana que denota o surgimento de diversas cidades.

Os parques trouxeram a preocupação com a estética, com a recreação e lazer, englobaram funções, fizeram novos os tópicos para a sociabilidade e ganharam adeptos. Ele ultrapassa o caráter corriqueiro da praça e estabelece funções tais que maior qualidade ao ambiente da cidade. Assim, “enquanto a praça tem abrangência local(...), os parques urbanos têm alcance territorial, podendo influenciar o cotidiano da cidade como um todo” (SILVA, 2009, p. 57).

Assim, as inquietações que conduziram a realização desta pesquisa podem ser expressadas nas seguintes problemáticas: que qualidades norteiam a apropriação social do espaço público urbano na cidade? Como se explicita a dinâmica socioespacial e as relações sociais nos espaços públicos nas diferentes escalas?

Partindo dessas questões, este estudo objetivou a análise das três escalas do espaço público urbano na cidade de Montes Claros (MG) (sendo a rua, a praça e o parque), a fim de extrair os traços que motivam (ou não) os usuários a buscarem por esses lugares. As escalas são entendidas nesta pesquisa como núcleos a serem abordados no espaço público da cidade; a rua, a praça e o parque se tornam escalas de abordagem para o estudo que se apresenta. Assim, pretendeu-se analisar o arcabouço teórico correlato aos assuntos que envolvem essa temática, visando entender como se dão as dinâmicas socioespaciais nesses espaços; identificar relações sociais no cotidiano desses espaços públicos como forma de vislumbrar o uso e apropriação dos mesmos; e, por fim, traçar um diagnóstico de cada uma das escalas, utilizando-se de mapas, formulários, além da observação não-participante para poder chegar a um parecer mais fiel possível sobre os impulsionadores de cada um desses objetos de estudo.

Para a realização desta pesquisa, utilizou-se do alicerce bibliográfico relacionado aos assuntos pertinentes ao tema, apoiando-se na revisão bibliográfica do processo de urbanização brasileiro que dá cabo às relações sociais nos espaços da cidade; da produção do espaço urbano e também dos conceitos a respeito do que é o espaço público urbano e suas escalas (a rua, a praça e o parque). Visando melhor entendimento da dinâmica socioespacial dos objetos escolhidos, optou-se por pesquisar em jornais locais, bem como aplicar formulários aos usuários e entrevistas semi-estruturadas aos envolvidos no contexto da gestão urbana de Montes Claros (MG).

Esta investigação justifica-se na finalidade de compreender a dinâmica socioespacial dos espaços públicos na cidade média em questão, procurando-se identificar a apropriação e uso nos espaços públicos existentes. A escolha desses locais se deu pelas atividades de maior expressão ou que são mais recorrentes de acontecerem neles, tais como festas tradicionais, lazer em grupo ao ar livre ou atividades relacionadas ao comércio. Dessa forma, é possível extrair de maneira mais clara as informações as quais este estudo vislumbra. Acredita-se que esses objetos de estudo possam representar uma média dos aspectos gerais dos espaços públicos em Montes Claros.

A abordagem de observação não-participante foi utilizada como um dos caminhos da coleta de dados. Essa, tida como observação simples, foi considerada para esta análise por

permitir ao pesquisador que observe a espontaneidade das relações sociais no espaço público urbano, examinando e compreendendo os acontecimentos a fim de se chegar à informações relevantes. Para Gil (1999, p. 12), a observação é direcionada à pesquisa que se inclina a estudar situações de caráter público, sendo assim, pertinente à análise de hábitos sociais na vida e relações na cidade, evidenciando comportamentos e condutas em lugares públicos.

Nesse sentido, observou-se as relações, contatos, trajetos e estadias das pessoas no cotidiano desses espaços, na busca por entender o comportamento e como se apropriam ou se relacionam com a rua, a praça e o parque. O desenho (ou projeto arquitetônico) também foi analisado intencionando identificar os locais mais buscados, a estrutura dos locais, e equipamentos e mobiliário urbano existente. Além disso, se atentou para a vegetação do local, a fim de entendê-la como um convite ao descanso, estadia e contemplação.

Essas observações foram realizadas em primeiro momento para estabelecer um contato inicial de aproximação com os objetos, capturando registros iconográficos que foram realizados entre setembro e novembro de 2019. Esta etapa contemplou o trabalho de campo aos espaços públicos em diferentes momentos do dia (manhã, tarde e noite), tanto durante a semana quanto durante fins de semana, a fim de conhecer os perfis de usuários, suas práticas sociais cotidianas e as diferentes maneiras de usar e apropriar do espaço. Ainda neste momento, o pesquisador se atenta a explorar os aspectos físicos dos espaços, quais sejam a estrutura e o projeto paisagístico (no qual inclui os mobiliários urbanos e o trato da vegetação).

Na etapa seguinte, os usuários foram aferidos em formulários para que se pudesse identificar as leituras sobre a relação da pessoa com o espaço, gerando informações que denotam os costumes cotidianos, tradições e as maneiras que o usuário se conecta a cada uma das escalas. Além disso, é possível traçar ligação entre o que se observa e aquilo que se ouve dos respondentes.

Optou-se pela aplicação dos formulários por uma hora em cada período do dia (manhã, tarde e noite) em dias úteis e uma hora aos fins de semana (sábado e domingo). A aplicação destes ocorreu durante dezembro de 2019 a fevereiro de 2020. Assim, foi possível analisar os dados obtidos nas observações de campo e nos 90 formulários aplicados aos atores envolvidos nos objetos escolhidos nesta dissertação.

Se tratando da estrutura organizacional deste trabalho, a primeira parte, o capítulo inicial, traz a base teórica da discussão, embasando conceitos e abordagens tratadas nesta pesquisa. Esse caminhar pela teoria traz a cidade em sua conformação primeira, depois

seguindo pelo surgimento da urbanização como matéria para desencadear a produção do espaço urbano e, logo após, marcou-se o estudo sobre o espaço público urbano, dando ênfase nos conceitos das três escalas que se pretende estudar: a rua, a praça e o parque.

No segundo capítulo, pretendeu-se elucidar esses conceitos estudados anteriormente no contexto da cidade média de Montes Claros (MG), intercalando às informações pertinentes à cidade em comunhão com os objetos de estudos escolhidos para serem analisados aqui, almejando entender como se comportam as dinâmicas dos espaços públicos urbanos no contexto da referida cidade. Esses estudos dos diagnósticos de cada escala de espaço escolhido, abrem caminho para o capítulo seguinte que elucidará melhor cada um deles em unidade.

O último capítulo alinha os pontos deste estudo: entre o teórico e a análise dos dados, traçou-se os estudos de cada objeto (a Rua Simeão Ribeiro, a Praça da Matriz e o Parque Municipal Milton Prates) que indagam e emergem ao uso e apropriação de cada uma dessas escalas, perpassando o diagnóstico pelo uso de mapas, das entrevistas e do levantamento iconográficos, dialogando aos conceitos teóricos, respondendo a problemática que se levanta nesta dissertação sobre a dinâmica socioespacial e as relações sociais que dão vida aos espaços na cidade.

## **1 OS CAMINHOS AO ENTENDIMENTO DO ESPAÇO PÚBLICO URBANO: DO SURGIMENTO À APROPRIAÇÃO**

O trajeto deste capítulo traz a cidade brasileira à luz dos acontecimentos no contexto do processo de urbanização, objetivando entender o caminhar desse cenário no período da industrialização e a evolução do crescimento das cidades. A busca teórica também empreende tecer sobre a produção do espaço urbano, o que é e como se dá; pelo estudo do espaço público urbano, que é a coluna dorsal deste estudo, ramificando em suas escalas que serão estudadas aqui adiante.

### **1.1 URBANIZAÇÃO E CIDADE: UMA TRAJETÓRIA ESPAÇO-TEMPO DA CONFORMAÇÃO URBANA**

Este tópico propõe estudar o fio histórico que desencadeia a conexão entre as conformações da cidade e o processo de urbanização delas. Para esta discussão, entende-se como necessário o diálogo da cidade e da urbanização no contexto brasileiro. Assim, despontando os sinais do surgimento de agrupamentos no país, “a ação urbanizadora do sistema português confere ao que seria mais tarde o Brasil, um caráter urbano antes mesmo do rural” (GODOY, 2011, p. 09). Assim, de acordo com o referido autor, a coroa portuguesa apontava traços da cidade europeia para tentar redesenhá-la na colônia.

A interligação entre cidade e urbano, na maioria das vezes, coexiste em roteiro e cenário, pois a cidade propicia o campo para o processo que a urbanização enseja. Dessa forma, pode-se afirmar, por meio de Lefebvre (1986, p. 159), que “o urbano é a simultaneidade, a reunião, é a forma social que se afirma” e que a cidade é “um objeto espacial” (1972, p. 65) ou “a projeção da sociedade sobre um local” (2001, p.56).

O trato do processo de urbanização das cidades brasileiras neste tópico, pretende objetividade em seu caminhar, assim, se tratando do processo da urbanização das cidades no contexto nacional, a discussão se desenha de forma breve e pontual.

A priori, se faz necessário o entendimento da transição do período colonial para o Brasil Império e, nesse sentido, Maricato (2004) afirma que as atividades produtivas centrais

ainda tinham sua força no campo, embora as ligações com o financiamento e comércio internacional acontecessem nas cidades, onde se polarizava a atividade agrícola. Algumas cidades se tornaram sede do capital mercantil, justamente por facilitar o contato europeu com a colônia, o que fez com que essas ganhassem, então, certa autonomia naquela conjuntura do território.

Contraopondo essa ideia, os estudos de Godoy (2011) ressaltam críticas ao conceito de cidade estar conectado unicamente à mercadoria, às necessidades do comércio e à concentração de excedentes, quando, na verdade, a cidade figurava como resultado do processo econômico, político, também da técnica e da cultura: “a cidade condensa em sua materialidade, a técnica, a arte e as funções sociais, fazendo do urbanismo e da política urbana instrumentos inseparáveis na produção do espaço urbano” (GODOY, 2011, p. 10). Nesse ponto, Godoy (2011) revela funções sociais evidentes que também motivavam a estadia na cidade, embora, até aquele momento, fossem timidamente manifestadas. A cidade começava a apresentar um cenário que, mais tarde, incitaria sua busca e impulsionaria a transição camponesa – já que não só a função comercial, mas os agrupamentos sociais começavam a dar vida aos novos aglomerados.

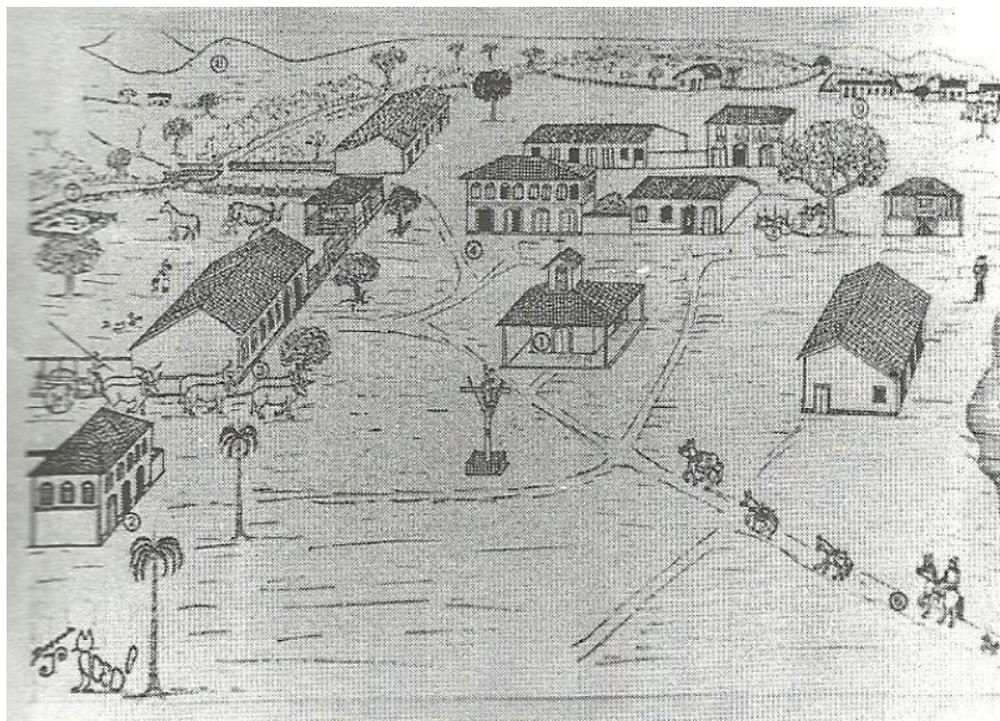
A cidade pode ser entendida quando congrega a justaposição de suas funções (econômica, política, social), assim, essa afirmação recorre às palavras de Sorre (1953, p. 257): “existe uma cidade quando há coalescência de funções em uma aglomeração”, ou seja, a cidade contempla os vários acontecimentos que emergem nas várias funções e acontecimentos da sociedade.

As cidades se desenvolviam no encontro de suas funções e no desenho de seus traçados que, nesse primeiro momento, como aponta Maricato (2004), se definiam em núcleos urbanos formados em uma configuração semelhante uns dos outros, contendo a capela e os arredores preenchidos por casas (Figura 1). Dessa forma, é possível verificar que a disposição dos edifícios indicava, de certa forma, algumas das funções dentro da cidade, sejam elas de cunho institucional, comercial ou mesmo político.

Na escala de crescimento e evolução desses núcleos, atingiam novo patamar os que possuíam paróquia ou freguesia, e, no estágio seguinte, podia-se adquirir o *status* de vila. Nesta última, a promoção à vila era conquistada com uma matriz ou capela, além da Casa de Câmara e Cadeia. Nesse contexto da história, o papel da Igreja e do Estado (quase) se confundiam. Esse foi um período de grande influência da Igreja Católica (nos dois primeiros

séculos e meio da colonização), a qual dominava as terras descobertas e influía sobre as decisões “espirituais” desses territórios (MARICATO, 2004).

**Figura 1:** Desenho do Arraial das Formigas (que mais tarde daria se tornaria Montes Claros) no final do século XVIII.



**Fonte:** Acervo disponível na Divisão de Pesquisa e Documentação Reginal – Universidade Estadual de Montes Claros (REIS, 2013).

Este momento respirava sob um modo escravagista de produção: que excluía, segregava e, já naqueles primórdios, produzia o espaço a gosto do poder e influência do capital que se possuía. Dessa forma, não obstante do que se vê ainda, a divisão social do trabalho definia, também, as fatias de terras privilegiadas que se ofertavam a alguns e os pequenos terrenos a outros. É possível começar a entender como aponta o crescimento e a organização socioespacial da urbanização brasileira que segue sob a égide de um poder segregacionista e com abastados privilégios de um grupo sobre outro. Mais tarde, a problemática dessa situação viria a tona.

Nesse seguimento, Moreira (2002) ressalta o modelo espaço-tempo vigente à época, a fim de explicar o modo de produção que se fazia presente naquele momento, denunciando as mazelas da sociedade desigual que refletia no processo de formação das cidades – e que tomara proporções ainda maiores com o passar do tempo:

A sociedade brasileira evoluiu historicamente com base no que se chama modelo concentrador e excludente. Concentrador no sentido da desigual distribuição da riqueza e da renda. Excludente, no sentido da marginalização da maioria da população do poder de decisão dos caminhos e formas de organização da sua própria sociedade. (MOREIRA, 2002, p. 02)

As cidades eram movidas pelo trabalho escravo, como dito por Moreira (2002), numa atmosfera de concentração econômica e da exclusão política em uma sociedade centrada no monopólio: de propriedade dos escravos e, por assim ser, também um monopólio de propriedade da terra. Já desde esses primeiros caminhos, é possível notar os interesses do capital que privilegiam os nobres em detrimento dos menos favorecidos. Isso implica diretamente na organização urbana que começa a transparecer os caminhos desiguais em funções do poderio econômico e político.

Assim, o que se destaca nesse período é um Estado Colonial Português: a terra é a forma de concessão cedida pela Coroa Portuguesa aos “homens bons” por meio das sesmarias. O número de escravos era alusivo a quantidade de riqueza do colono e, portanto, esse era um critério a se tornar um beneficiário (MOREIRA, 2002). A Lei das Terras impactou a cena de ordenação das ruas e casarios nos núcleos urbanos, uma vez que esta “distingue, pela primeira vez no país, o que é solo público e o que é solo privado” (MARICATO, 2004, p. 23).

Nesse sentido, Godoy (2011) ressalta que

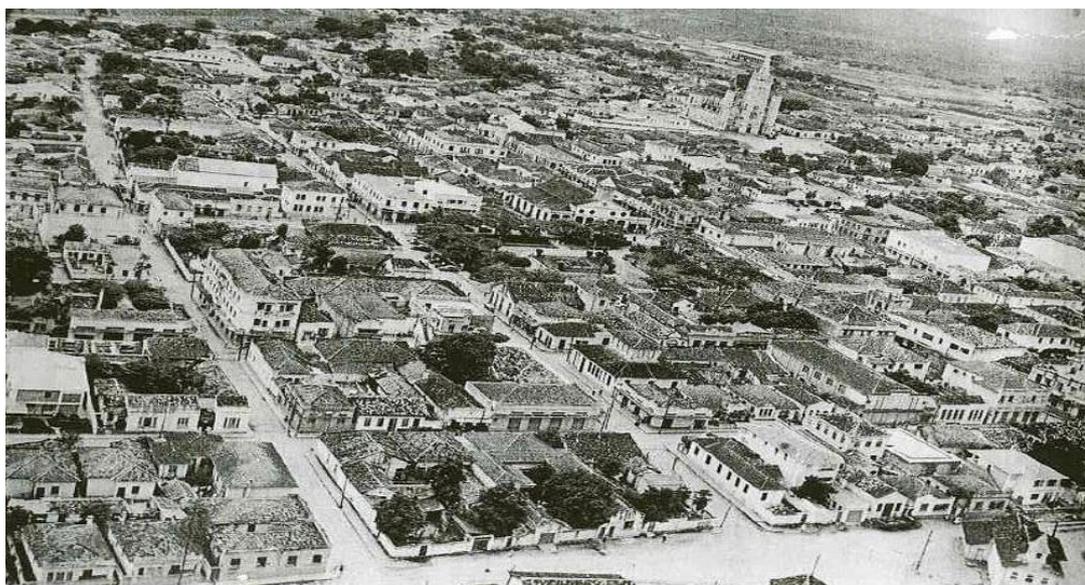
com o adensamento da aglomeração urbana, aumentam-se a pressão sobre o uso do solo e, desse modo, as necessidades de parcelamento e geometrização do espaço interno das cidades. O parcelamento do solo urbano como forma de regulamentação e controle do uso e ocupação, registra as regras elaboradas e impostas exclusivamente para as cidades. A divisão dos lotes implica na definição de espaços públicos e privados, bem como a definição de seu preço. (GODOY. p. 14)

Ou seja, o crescente número de pessoas na cidade suscita a necessária ordenação do solo urbano e evidencia a segregação social em sua divisão. Além disso, é definido pela primeira vez os espaços que são de fato públicos na cidade brasileira.

A expansão urbana (Figura 2) se revela no decorrer do século XIX por meio da abolição da escravatura, maior divisão do trabalho e o desenvolvimento das médias e pequenas propriedades rurais (GODOY, 2011). Assim, “no final do período colonial, as cidades, entre as quais São Luís do Maranhão, Recife, Salvador, Rio de Janeiro e São Paulo, somavam perto de 5,7% da população total do país, onde viviam, então 2.850.000 habitantes”

(SANTOS, 1996, p. 20). O país estava em processo crescente de ocupação das cidades brasileiras, o que denota uma nova forma de organizar e ocupar os espaços na cidade, sobretudo o surgimento dos espaços públicos que suscitariam uma nova forma de ler a prática social entre os indivíduos.

**Figura 2:** Aspecto urbano da cidade de Montes Claros em 1953.



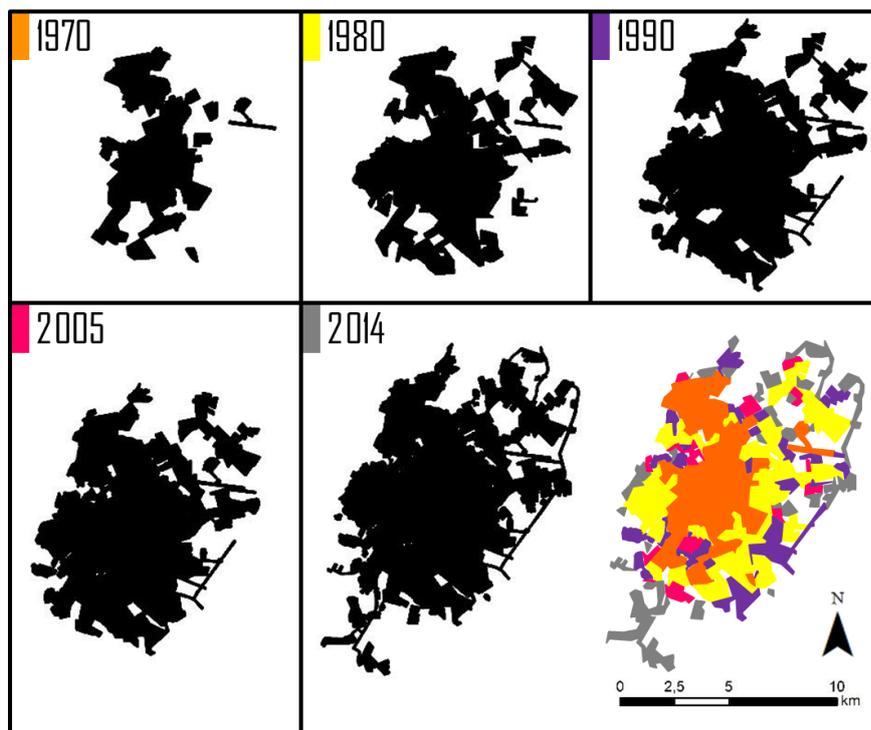
**Fonte:** Fotografia de Facella. Acervo disponível na Divisão de Pesquisa e Documentação Reginal – Universidade Estadual de Montes Claros (REIS, 2013).

Déak (2001) afirma que no começo do século XXI, “o país, se não inteiramente ‘urbanizado’, tem seguramente caráter preponderantemente urbano” (p. 168), apontando que as aglomerações urbanas haviam se estabelecido de fato nas cidades. O surgimento de um novo momento para o Brasil consubstanciava-se pós transição campo-cidade, e ganhava forma por meio do traçado que ramificava as cidades. Desse modo, revelando a necessidade de planejamento urbano que contemplasse também os espaços públicos urbanos em sua pauta, a fim de proporcionar interação social, lazer, áreas livres e arborizadas nas cidades.

Para tal análise do crescimento de aglomeração, é possível notar a exemplo de Montes Claros (MG) (Mapa 1), que figura em uma nítida mancha, ganhando cor e impacto entre 1990 e 2014, exigindo a necessidade, de acordo com o autor, de se pensar o planejamento urbano nas cidades brasileiras – ainda mais recorrente com o crescimento acelerado que essas apresentam.

Iniciativas por parte do estado e modificações na administração pública surgem nesse período (começo do século XXI) com finalidade de tratar as aglomerações que se formam no

país. Se percebe aí o nascimento do planejamento urbano no contexto do Estado Novo (DÉAK, 2001).



Mapa 1– Expansão da Mancha Urbana de Montes Claros

Fonte: PEREIRA et al, 2017

Org.: FERNANDES, J. M., 2018.

Apesar de não se aprofundar no que tange à temática do planejamento, este estudo vê como necessária a passagem por ela, pois se torna intrínseca a relação da cidade e do urbano quando se trata do:

reconhecimento governamental de que o processo de rápida urbanização em curso que alcançava todo o Brasil, era definitivamente uma das transformações fundamentais da sociedade brasileira e requeria intervenção estatal, consagrando precisamente o que se denominou de planejamento urbano. (DÉAK, 2001, p. 170).

Assim, as cidades brasileiras passaram a pensar em direcionamentos governamentais para mitigar problemas urbanos e, conseqüentemente, sociais que se alastravam pelo então cenário de desordenamento que a urbanização trazia.

De acordo com o que Godoy (2011) acresce, para consolidar o processo de urbanização no século XIX, houve um direcionamento no século anterior que apontava já para os novos signos do espaço urbano que se anunciavam em meio aos agentes sociais, políticos e econômicos.

Godoy (2011, p. 10) apresenta a cidade como um centro que que “condensa em sua materialidade, a técnica, a arte e as funções sociais, fazendo do urbanismo e da política urbana instrumentos inseparáveis na produção do espaço urbano”; perpassando pelo significado do espaço urbano como o lugar das mediações, possibilidades e das formas de vida que se produzem nele.

Assim, o que se evidencia, para além da descrição histórica de busca pelo trajeto e evolução das cidades e do urbano, é a então produção do espaço urbano nos primeiros séculos de colonização. Isso permite contrapor coincidências ou disparidade à produção que se percebe na atualidade, ainda instigando questionamentos que envolvem a temática sob a óptica social desse assunto que terá continuidade no tópico seguinte.

## 1.2 PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO: QUEM PRODUZ O QUÊ? POR QUE E PRA QUEM PRODUZ?

Este estudo analisa a produção do espaço urbano, segundo Bortolo (2010), através da ótica de uma:

urbanização contemporânea (que) articula-se às dinâmicas do modo capitalista de produção, o qual direciona esse processo sob a perspectiva de uma economia política da urbanização compreendida conjuntamente com uma economia política da cidade. Por conta disso, a estruturação dos espaços urbanos e os objetos que os constituem não podem ser tomados, nem analisados, como simples objetos estruturantes da base material, tendo em vista que a produção do espaço urbano sob tais perspectivas os envolvem com os meios que caracterizam o ambiente construído, também se tornando meios de consumo urbano. (BORTOLO, 2010, p. 76)

Dessa maneira, o processo de produção do espaço subentende a natureza em associação com elementos que conduzem à atividade humana produtora e transformadora, podendo, então, colocar como indissociável a relação entre espaço e sociedade, para que se possa ter noção de como acontece a produção desse espaço.

Carlos (2004) defende que o entendimento de produção do espaço urbano deve estar articulada à de reprodução social em um determinado tempo e espaço. Ou seja, é possível que se faça a leitura dessa configuração de produção levando em consideração que esta análise está pautada na contemporaneidade dos objetos trazidos à esta pesquisa.

Para se discutir o assunto deste tópico, é preciso tocar na seara dos agentes produtores do espaço urbano; eles que moldam a seus desejos as fatias que lhes interessam, ainda que a abordagem que se destaca aqui seja a de que “uma das características fundamentais do processo de produção da cidade é a produção de um bem, fruto do processo social de trabalho enquanto processo de valorização” (BORTOLO, 2010, p. 77). É preciso ressaltar os jogos de interesse que se explicitam na cidade por parte do Estado e dos agentes imobiliários, além dos grupos sociais que também interferem na produção urbana, porém de forma menos incisiva comparada aos outros primeiros.

A organização espacial da cidade capitalista acontece pelos diferentes usos da terra. Para Corrêa (1986), isso se enfatiza envolvendo também a reprodução das relações sociais pela divisão do trabalho. Lefebvre (2006) corrobora ressaltando que as forças produtivas estão ancoradas na natureza, na organização (a divisão) do trabalho, também nos instrumentos empregados, as técnicas, e portanto, nos conhecimentos.

O espaço urbano capitalista - é fragmentado, articulado, reflexo, condicionante social, cheio de símbolos e campo de lutas – é um produto social, resultado de ações acumuladas no tempo, e engendradas por agentes que produzem e consomem espaço. São agentes sociais concretos, e não um mercado invisível ou processos aleatórios atuando sobre um espaço abstrato (CORRÊA, 2000, p. 11).

O Estado capitalista desempenha múltiplos papéis em relação à produção do espaço. A terra urbana é o produto que se torna objeto de interesse de promotores imobiliários, de empresas industriais, do Estado e de outros agentes. O espaço produzido refletirá estratégias e práticas espaciais que são pertinentes às atividades que caracterizam cada um desses grupos de agentes.

Corrêa (2000) afirma que as ações do Estado se materializam tanto na escala intraurbana quanto na rede urbana, dessa forma, estabelecendo relações com outros agentes sociais. O autor elenca esses novos agentes produtores do espaço, ressaltando os bancos como sendo parte dessa lista, também as empreiteiras, universidades e proprietários de terra. As ações desses agentes sociais são inseridas no processo de produção, circulação e consumo de riquezas no interior de uma sociedade que se caracteriza por ser social e espacialmente diferenciada.

O capital produz o espaço como condição (e produto) de sua reprodução, o Estado intervém por mecanismos de gestão que criam o espaço como meio de dominação e

o setor financeiro utiliza-se da produção do espaço como meio de investimento para possíveis áreas de especulação imobiliária. (BORTOLO, 2010, p. 80)

Contudo, desponta o conflito entre a prática social e os jogos de interesse trazendo o espaço produzido como valor de troca e também como valor de uso, entre “a dominação da troca e os modos de apropriação pelo uso” (BORTOLO, 2010). Dessa forma, a reprodução do espaço se conduz pelas vias do capital justaposta ao lado político vinculado ao Estado.

A cidade, então, se vê em embalagem de produto estancando ou secundarizando a sociabilidade e impulsionamento de uso dos espaço (sobretudo os públicos urbanos), para ceder aos anseios maiores do capital que regem esta dinâmica presente nas cidades. O espaço é, portanto, o resultado dos acordos, estratégias e imposições, traduzindo algumas contradições que são vistas no cenário dessa produção no cotidiano.

Carlos (2001, p. 12) propõe três níveis de análise para a produção do espaço que podem também serem lidos no espaço público urbano: dominação política, acumulação do capital e realização da vida humana. No primeiro caso, o que se leva em consideração é o ponto de vista das ações municipais e das elites na produção dos espaços públicos e o que tangencia os interesses públicos e privados. O segundo é instigado pelo aumento de novos produtos imobiliários que fomentam a reprodução e circulação do capital; nesse sentido, se oferece a cidade como novo produto a ser adquirido e/ou consumido, mas que, igualmente, levanta a questão do público e privado. E, por último, a vida humana é promovida em forma de práticas cotidianas de lazer, consumo, circulação, sociabilidade, encontro, etc.

Sobre esse último ponto, a autora define a produção do espaço como um processo que engloba, por assim ser, a produção social e o momento histórico. Portanto, a localização, a sociedade e o tempo, em conjunto, ilustram “que (sintetizando) a materialização do processo espacial realiza-se na vida cotidiana pela concretização das relações sociais produtoras dos lugares” (CARLOS, 2015, p. 09).

A autora ainda completa a percepção que diz:

ao espaço uma dupla dimensão: de um lado, significa localização das atividades e ações humanas constitutivas da vida; de outro, encerra, em sua natureza, um conteúdo social dado pelas relações sociais que se realizam num espaço – tempo determinado que é aquele da reprodução da sociedade. Essa perspectiva esclarece o papel da cidade enquanto obra humana, materialidade produzida ao longo da história, localização e produto, em seu movimento constante de reprodução, que permite, portanto, vislumbrar o espaço como produto da humanidade. Assim, entre as atividades humanas produtoras do mundo e da história, uma delas é a produtora do espaço, isto é, produção da vida/ produção do espaço constituem uma relação histórica e aparecem como momento civilizatório. Assinala-se, desse modo, a

indissociabilidade da produção do humano e produção do espaço. (CARLOS, 2015, p. 11)

A espacialidade é, sobretudo, indissociável à existência constitutiva da sociedade: “a reprodução da sociedade se realiza enquanto reprodução do espaço” (CARLOS, 2007, p. 95). Para ela, a finalidade e o sentido geográfico não se dá basicamente pela localização dos fenômenos no espaço; a espacialidade é intrínseca à existência humana como uma junção da produção do espaço (localização), a produção social (sociedade) e o momento histórico (tempo).

Assim, este estudo pretende entender os espaços públicos como a cena que promove, também, a produção social do espaço urbano na cidade, intencionando dialogar a forma como os espaços públicos podem ser também resultado dos agentes que influem sobre eles e dos usuários que se manifestam neles.

### 1.3 ESPAÇOS PÚBLICOS URBANOS

O espaço público se compõe e se modifica com a paisagem urbana revelando alguns aspectos da cidade. Ele é o elo entre o indivíduo e o convite de uso aos lugares. É a sala de estar, encontrar, brincar, viver e socializar. É o encontro com o outro e com a cidade; é uso, apropriação, dominação, história e memória. Ele é, para Serpa (2004), o espaço da ação política ou, pelo menos, da possibilidade de ação política “como o espaço onde se desenvolve a vida no cenário contemporâneo. Mas também pode ser definido” (CARLOS, 2007, p.12); ou, ainda, de acordo com Sobarzo (2006), um espaço em constante transformação.

Essas definições se complementam porque elucidam um espaço que é poliédrico, ou seja, possui muitas faces e se transforma constantemente. Não por acaso, os estudiosos do tema crescem outras e novas visões sobre ele. Ora, se no espaço público urbano, em sentido amplo, ocorre incessantes mudanças, não poderia ele estagnar-se nesse cenário. Portanto, esta dissertação se propõe a tentar enxergar as multifacetadas que o termo enseja a fim de aprofundar o estudo.

A abordagem analítica que Sobarzo (2006) propõe para o espaço público:

tem sua base teórico-metodológica na produção do espaço urbano - a cidade como produto e condicionante da reprodução da sociedade, da reprodução da vida, das relações sociais que se manifestam na prática socioespacial, ou seja, o espaço

construído e modificado no dia-a-dia, nas ações cotidianas, no uso e na apropriação que dele se faz e, ao mesmo tempo, o espaço influenciando a cotidianidade. (SOBARZO, 2006, p. 94)

O espaço público carrega o “ideal moderno da vida urbana” (CALDEIRA, 2000, p. 302), acrescentando Sobarzo (2006) que isso pressupõe “ruas abertas, circulação livre, encontros impessoais e anônimos, presença dos diferentes grupos sociais consumindo, observando-se, participando da política, divertindo-se”. Isso se correlaciona ao termo que esse mesmo autor chama de co-presença: o estar presente sem, necessariamente, sentir-se inclinado a conhecer o outro. Isso impulsiona a sociabilidade como em um papel democrático de se fazer presente na vida do outro, mesmo que em anonimato. Gomes (2002) afirma que o espaço público é onde se põe à mesa as indiferenças, onde as proximidades sociais, os trâmites de prestígio, as diversas formas de ser, se submetem às regras da civilidade. Por assim ser, o que se vê é que esse espaço propicia viver minimamente bem em sociedade quando se entende que é possível apropriar-se da cidade para uso e desfrute do que é público, o que, conseqüentemente, convida ao encontro, descanso, lazer, etc.

Esse espaço acolhe a vida urbana que enseja a sociabilidade. Segundo Narciso (2009, s/p) “o espaço público é considerado como aquele espaço que, dentro do território urbano tradicional, sendo de uso comum e posse coletiva, pertence ao poder público”, assim ele é democrático para uso da sociedade e está sob os cuidados da prefeitura que deve fornecer manutenção em sua estrutura física.

O espaço contempla as escalas que faz dele propício a apropriação a rua, a praça, parque, o calçadão, largo, etc. Indovina (2002) aponta que, por meio do espaço público, é possível conhecer a cidade; aprendendo a ver e a caminhar por ela; defendendo este como o lugar da socialização. Dessa maneira, a leitura do espaço público urbano é, sobretudo, uma forma de identificar os costumes e tradições de indivíduos, além de dar margem ao entendimento dos porquês de usos e apropriações.

Para Arendt (1972) o espaço público é o espaço da sociedade, o espaço político. Neste viés, é também um espaço simbólico, pois confronta e retruca os discursos dos agentes políticos, sociais, religiosos, culturais, intelectuais que constituem uma sociedade. É, então, um espaço que, por ser simbólico, necessita de tempo para se formar.

Não se decreta a existência de um espaço público da mesma maneira que se organiza eleições. Constata-se a sua existência. O espaço público não é da ordem da vontade. Simboliza, simplesmente, a realidade de uma democracia em ação, ou a expressão

contraditória das informações, das opiniões, dos interesses e das ideologias. (NARCISO, 2009, p. 272)

Corroborando Arendt (1972), Serpa (2004, p. 11) defende que o termo se refere ao espaço da ação política; ele discorre sobre o espaço como uma mercadoria para uso de poucos: “ainda que seja público, poucos se beneficiam desse espaço teoricamente comum a todos”.

O espaço público é o campo da produção de sociabilidade no cotidiano, é a esfera pública que possibilita o encontro, o descanso, a recreação, o ato político. É no espaço público urbano que há democracia às tribos, às formas de uso, ao senso de pertencimento do indivíduo com o espaço.

Compondo a cena que se apresenta, faz-se necessário trazer pautas que coexistem e permeiam o espaço público urbano nas mesmas fibras que colocam vida na cidade: o cotidiano e a apropriação.

Carlos (1996, p. 144-145) propõe pensar que “o cotidiano não se restringe às atividades de rotina, nem tampouco a atos isolados, isto porque no cotidiano se realizam as coações e se gestam as possibilidades”. É no contexto onde o cotidiano dá o tom que a prática social toca. O espaço em cena, o usuário como verbo e o cotidiano conectando tudo que monta esse cenário, fazendo disso a criatividade que constitui a apropriação do urbano. O cotidiano costura as pessoas umas às outras, e essas, aos lugares. Dessa maneira, o que dá luz à produção do espaço urbano é o inevitável convite do cotidiano que apresenta a sociedade ao espaço.

A apropriação do espaço público acontece em cena de uso para a realização da vida no cotidiano. Lefebvre (1975) define o termo como a finalidade da vida social e a contrapõe à dominação. O espaço da apropriação é o espaço do usuário; espaço do vivido. Os usuários e suas maneiras de apropriar o espaço constituem uma peça no quebra-cabeça que se forma no desenho, que forma a paisagem e o estudo do plano vivido. “O espaço é um lugar praticado, assim a rua geometricamente definida por um urbanismo é transformada pelos pedestres” (DE CERTEAU, 2003, p. 202).

Para Carlos (2001, p. 36), os loteamentos fechados, shoppings centers, parques temáticos, etc, transformam o espaço virando-o em função do consumo, isso faz com que eles esvaziem “o espaço público de seu sentido tradicional de lugar que possibilita as relações sociais, retirando e negando o acontecer do imprevisto, da improvisação, do espontâneo, da convivência, dos encontros, do conflito, das rotinas e desacordos”. O que acontece em meio a

esse cenário não-ideal é a relação social guiada pelo caminho onde o consumo rege o trajeto; não há prática espontânea pois, nesse contexto, existe uma régua que limita e controla seus usuários. Isso influi também no cotidiano programado: os espaços públicos privados não permitem o imprevisto e acontecimento livre que se pode expressar no espaço público urbano.

Para experienciar em análise a complexidade de contexto do espaço público urbano:

faz-se necessário compreender quais são os fatores humanos – no sentido daquilo que é vivenciado pelas pessoas – e espaciais existentes, constantes e temporais, comuns aos indivíduos e grupos aparentemente dissonantes que possibilitam a vivência e convivência nas cidades – principalmente no espaço público urbano, o mundo cotidiano. (MEDEIROS, 2017, p. 23)

Sequenciando o raciocínio, o mesmo autor traz a ressalva de que o estudo dessa temática carece de olhares para uma problemática urbana que tem a ver com um tratamento atento à experiência do usuário no espaço público. Por assim ser, essa experiência pode acontecer de maneiras distintas dependendo do contexto de escala em que se trata. O estudo propõe, então, entender as escalas do espaço público urbano e como a apropriação se manifesta em cada uma delas.

#### 1.4 AS ESCALAS DO ESPAÇO PÚBLICO URBANO

Os espaços formalmente constituídos na cidade estabelecem as escalas presentes neste estudo, quais sejam: a rua, praça e parque. Analisar esses conceitos faz-se relevante porque permite compreender o papel urbano e social desses espaços, visto que seus significados vão além de conceitos estritamente técnicos. Suas apropriações formais, assim como as apropriações alternativas, são simultaneamente estruturadoras do espaço público tendo impacto físico, social, econômico e histórico. Assim, entendendo cada espaço constituído, pode-se explicar melhor os objetos deste estudo e suas devidas confluências e problemáticas no diagnóstico que será trazido no quarto capítulo sobre os objetos de estudo.

##### 1.4.1 Se essa rua fosse nossa

A rua é conexão, caminho, ocupação, artéria e urbano. Essa escala do espaço público cunha o elo entre lugares e também é, aqui, o lugar em si: de estar, chegar, de ficar. Ela é cena

da festividade (figura 3), do protesto (figura 4 e 5); é o espaço que dá voz ao povo, que dá vida e produz o encontro. Seu sentido não remete apenas a uma via, caminho ou lugar de circulação, mas, em amplitude, ao lugar onde a vida social acontece.

Figura 3: Rua em uso: ocupada por motivo de festividade religiosa (Montes Claros - MG)



Fonte: ASSIS, 2019.

Assim, a rua se apresenta como lugar de realização de um espaço-tempo determinado; “de simples caminhos mal traçados à largas avenidas, a rua continua sendo uma expressão do espaço urbano” (MAIA, 2003, p. 02). Para a autora, a rua é a manifestação da cidade através do desenho ou da forma; também como lugar da realização social: “a rua é onde se materializam as transformações das relações sociais, das diferenças e das normatizações do cotidiano em momentos históricos diversos”.

Figura 4: Protestos do #ForaTemer em Montes Claros (2016)



Fonte: ASSIS, 2016.

Figura 5: Protestos contra o governo em Montes Claros nas ruas da região central (2016)



Fonte: ASSIS, 2016.

Esta escala do espaço público urbano é tida como esturadora do traçado urbano, sendo:

um dos elementos mais claramente identificáveis tanto na forma de uma cidade como no gesto de projetar. Assenta num suporte geográfico preexistente, regula a disposição dos edifícios e quarteirões, liga os vários espaços e partes da cidade, e confunde-se com o gesto criador. (LAMAS, s/d, p. 100)

O autor correlaciona a rua (ou o traçado) ao crescimento hierárquico da cidade, apontando seu acentuado modo funcional no deslocamento em trajeto e da mobilidade (de bens e/ou pessoas). A rua é (re)lida como a extensão do quintal de casa, vivenciada e produzida por meio das relações cotidianas; é onde deságua a dimensão do privado. Dessa forma, os limites entre público e privado se entrelaçam, pois se constituem na própria dinâmica de sua relação “e por isso mesmo os caracteres que são próprios de cada instância são fundamentais para delinear o equilíbrio dialético entre uma e outra” (SILVA, 2014, p 11).

Assim, Mendonça (2007, p. 298) revisita questões de uso e função do espaço para apontamentos que, por vezes, desligam-se à percepção cotidiana e corriqueira em que a “flexibilidade do uso dos espaços públicos, que podem sempre ser objeto de apropriações diferenciadas, mesmo que formalmente constituídos para finalidade específica”. O que dá margem ao pensamento de que a produção do espaço urbano (nesse caso o espaço público) é

interpretado e apropriado às maneiras de cada grupo ou comunidade. A rua é, por assim ser, moldada, em determinados âmbitos, à gosto daqueles que a utilizam (figura 6 e 7).

Figura 6: Carnaval de rua em Montes Claros



Fonte: Jonathas Vieira Antunes, 2019.

Figura 7: Palestra no Corredor Cultural em Moc



Fonte: Ana Clara Gonçalves, 2019.

Como sintetiza Heleodoro (2018, p. 12) “a rua então se torna o lugar do encontro casual entre desconhecidos, da diversidade de pessoas e atividades, da troca de experiências, (...) vivência do urbano, enfim, de toda uma intrincada dança urbana”. Ela é o trecho do caminho e a reprodução da realização da vida humana no espaço urbano.

#### 1.4.2 Praça porquê, praça pra quem?

Se a rua trata-se, a priori, de um lugar de circulação, a praça distingue-se pelo seu aspecto intencional do encontro. A praça constituiu os motivos de extensão do quintal, mas fora das delimitações e muros da célula habitacional. O encontro ganhou novo púlpito e alcançou outro patamar: o espaço público urbano. Segundo Gomes (2007), elas se constituem desde os primórdios em um intuito de convivência humana. Sendo assim, é tida como um notório e importante item histórico e cultural na imagem urbana que denota o surgimento de diversas cidades.

Segawa (1996, p. 31) aponta que a praça é um espaço tão antigo que se confunde com o próprio conceito de urbano. Sendo ela a cena da cidade, o convite à socialização, a continuidade da sala em ambiente público e aberto, mas não menos carregado de histórias e

memória. As praças são espaços livre públicos que ensejam o lazer e a convivência entre as pessoas.

Traçando um caminho histórico das praças no Brasil, Galender (1992) explica que a existência destas está diretamente ligada com a função religiosa. Em seu artigo *Considerações sobre a Conceituação dos Espaços públicos Urbanos*, a autora aponta “que somente diante de capelas, igrejas e conventos foram previstos espaços vazios, ressaltando as edificações do seu entorno” (p. 115) (Figura 8).

Gomes (2007) tecendo também a respeito da trajetória histórica deste espaço no contexto brasileiro aponta que, em meados do século XVIII, surgem os primeiros espaços ajardinados de uso coletivo nas cidades brasileiras. O autor aponta que, em 1910, houve grande mudança na estruturação do espaço urbano no Brasil com o hábito da jardinagem: “os jardins botânicos são abertos para visitação pública, as ruas passam a ser arborizadas e as praças começam a ser ajardinadas” (GOMES, 2007, p.110). Com isso, os olhares se voltam aos espaços das praças a fim de torná-las ambientes agradáveis e convidativos.

Figura 8: Praça em frente a Igreja da Matriz de Montes Claros (MG)



Fonte: ASSIS, 2020.

Pode-se perceber, portanto, que a inserção da arborização, de forma não planejada ou intencional, nas cidades brasileiras, acontece simultaneamente à evolução das funções das praças. Com o novo uso deste espaço ajardinado, algumas funções se alteram na cidade: o mercado é reinventado em edifícios comerciais e as atividades militares ocupam as avenidas. A praça ganha status de encontros programados nesse período e é palco para as elites brasileiras.

Figura 9: Praça Dr. Carlos Versiani (Montes Claros)



Fonte: ASSIS, 2020.

Figura 10: Pracinha na Vila São Francisco (Montes Claros)



Fonte: Ana Clara Gonçalves, 2019.

Em uma definição mais técnica Mendonça (2007) salienta que:

Praças são espaços livres públicos, com função de convívio social, inseridos na malha urbana como elemento organizador da circulação e de amenização pública, com área equivalente à da quadra, geralmente contendo expressiva cobertura vegetal, mobiliário lúdico, canteiros e bancos. (p.125)

Além disso, seu entorno, envolvido pelas vias públicas, estabelecem não apenas sua forma e configuração como também sua função. São espaços públicos urbanos livres voltado para o povo, para seu lazer e convívio, de acesso fácil aos cidadãos e resguardado de veículos (Figura 9 e 10). Tal espaço representa um dos mais importantes símbolos urbanos do imaginário da população. Nela se dá o descanso, a contemplação, expressa-se arquitetura, arte, religião, atos cívicos, e se tramam ricas histórias construídas e vivenciadas por seus cidadãos.

Figura 11: Aula em praça pública – Projeto Popular (Montes Claros)



Fonte: Ana Clara Gonçalves, 2019.

Nessa perspectiva tratada, segundo Gomes (2007), os espaços livres urbanos (praças, parques, áreas de lazer, espaços ajardinados) ou “espaços verdes”, tornam-se elementos importantes no traço urbano devido às funções ambientais que a vegetação disposta nesses locais pode oferecer às cidades. (Figura 11).

### 1.4.3 Parque pra mim, parque pra você

O encontro promoveu-se a um perímetro maior. Os parques trouxeram a preocupação com a estética, com a recreação e lazer, englobaram funções, fizeram novos os tópicos para a sociabilidade e ganharam adeptos.

Em definição, as escalas do espaço público urbano podem, de certa forma, produzir significância semelhante. Porém, “enquanto a praça tem abrangência local, (havendo exceções

de acordo com a importância de determinado espaço urbano dentro da dinâmica da cidade) os parques urbanos têm alcance territorial, podendo influenciar o cotidiano da cidade como um todo” (SILVA, 2009, p. 57).

Em soma ao que fora dito por Silva (2009), Lamas (s/d, p. 102) traz o contraste da rua como “lugar de circulação” e a praça como “lugar intencional de encontro, da permanência, dos acontecimentos, de práticas sociais, manifestação da vida urbana e comunitária e de prestígio, e, conseqüentemente, de funções estruturantes e arquitetura significantes”. Desse modo, tais escalas do espaço caminham por semelhanças, porém cada um detêm seu viés de abordagem, sendo ainda possível determinar e conceituá-los em suas cadeiras separadamente.

As relações de interação que o usuário estabelece com o parque urbano, diferente da praça, não se dão de forma corriqueira interligada unicamente ao seu entorno. O contexto não é tão óbvio e requer análise mais ampla. Nesse sentido cabe considerarmos o conceito de parque adotado por Oliveira e Bitar (2009) em seus estudos:

parque urbano é uma área geograficamente delimitada, inserida em área urbanizada, com predominância de cobertura vegetal, instituída pelo poder público sob regime especial de administração, destinada ao uso público para estabelecimento de relações humanas de diversão, recreação, lazer, esporte, convivência comunitária, educação e cultura, no qual são aplicadas garantias adequadas de gestão e proteção. (p. 5)

Os parques, portanto, trazem em sua intencionalidade o objetivo de superar o cunho corriqueiro que a praça apresenta. Ele une em si a característica de abrigar grande espaço arbóreo/verde favorecendo o clima e a biodiversidade tão prejudicados no processo de industrialização das cidades; proporcionar bem-estar social visto que contribui para o lazer, recreação, contemplação, práticas educativas, práticas de exercícios; tem função estética de diversificação e embelezamento da paisagem em meio ao enquadramento urbano e pode ser atrativo para o turismo local. (Figura 12 e 13). Pela linha histórica, os parques tiveram seu surgimento tempos depois da praça. Para Silva (2009), esses espaços foram concebidos para trazer melhor qualidade ao ambiente da cidade e até como uma forma de se distanciar da mesma. Envolto no contexto da Revolução Industrial, começa a ser pensado o parque como possível melhoria aos espaços na cidade. O que se apresenta ainda nesse momento é a negação ao espaço público anunciado no contexto de impulsionamento das cidades ainda efervescendo em inchaço pela transição rural-urbano.

Figura 12: Parque Sagarana em Montes Claros em um domingo.



Fonte: Vitor Maia Caldeira Brant Santana, 2019.

Figura 13: Parque Sagarana em Montes Claros em um domingo



Fonte: Vitor Maia Caldeira Brant Santana, 2019.

Segundo Choay (2005), esse período congregava a insalubridade, proliferação de doenças, as más condições de moradia e tantos outros problemas que envolviam aquele cenário. Assim, era urgente a resolução de tantos outros problemas antes de se chegar ao debate dos espaços públicos ou, mais especificamente, dos parques urbanos.

O objetivo inicial desses primeiros parques vinha coroando à promoção de lazer e a tentativa higienista de “limpar” as cidades, além de propor novas cenas para aquele momento da história. O parque se origina, oficialmente, da abertura dos jardins reais ao uso público, assim também acontecia com as áreas de pastagem de gado e cemitérios rurais que foram adaptados à nova filosofia que crescia sobre a ocupação dos espaços públicos na Inglaterra do século XVIII.

Figura 14: Parque Municipal de Montes Claros em pleno funcionamento em dia útil



Fonte: ASSIS, 2019.

Figura 15: Parque Municipal de Montes Claros em pleno funcionamento em dia útil



Fonte: ASSIS, 2019.

Assim como analisado no campo teórico e trazendo conexões das escalas do espaço público em diversas formas de uso e manifestação, induz-se aqui ao caminho do objetos de caso desta dissertação. Estes que pretendem investigar (ainda empiricamente) e, em seguida, culminar em um panorama sobre como se percebe os acontecimentos dentro da rua, da praça e do parque, especificamente definidos neste estudo dentro do contexto da cidade de Montes Claros (MG) (figura 14 e 15).

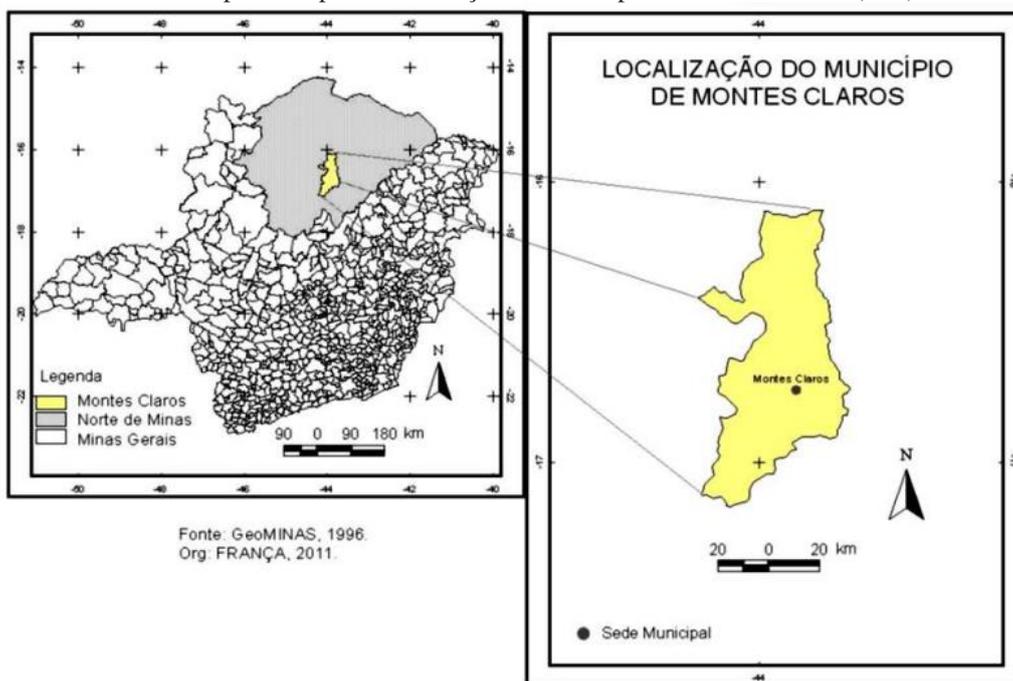
## 2 REFLEXÕES CRÍTICAS A RESPEITO DO ESPAÇO PÚBLICO

Este capítulo intenta apresentar o contexto que se insere os objetos deste estudo, descrevendo um breve histórico da cidade de Montes Claros (MG) e seu processo de crescimento e urbanização. Além disso, salienta-se como importante entender como se dão as relações de busca pelo espaço público e privado na cidade antes de chegar às escalas de estudo desta dissertação. Assim, permite-se que haja contraste na leitura dos dados sobre a rua, a praça e o parque, no tocante ao que se obteve das respostas pelos formulários empregados e as análises de diagnósticos feitas no capítulo seguinte.

### 2.1 A CIDADE MÉDIA DE MONTES CLAROS: APRESENTANDO O CONTEXTO.

O município de Montes Claros, com população de 361.915 habitantes e 3.568,941 km<sup>2</sup> de acordo com o Censo do IBGE (2010), localiza-se no norte do estado de Minas Gerais (mapa 2). Este é considerado o maior município da região, sendo “o único com população superior a 100 mil habitantes no norte de Minas Gerais, o que permite classificá-lo como um município de médio porte, segundo critérios do IBGE” (PEREIRA, 2007, p. 15).

Mapa 2: Mapa de localização do município de Montes Claros (MG)



Fonte: FRANÇA; ALMEIDA; OLIVEIRA, 2014

Os estudos de Pereira (2007) e França (2007) corroboram nos apontamentos sobre o crescimento econômico, político e demográfico da região, principalmente de Montes Claros (figura 16), desponta com os incentivos estatais. É possível destacar a estação ferroviária em 1920 e a sede da SUDENE na região norte-mineira que seria na cidade de Montes Claros no período da década de 1960 fomentando a instalação de indústrias. Isso se deu pelo fato da cidade estar entre a lista de municípios de porte médio que foram agraciados pelo PNCCPM (Programa Nacional de Apoio às Capitais e Cidades de Porte Médio), que aplicou incentivos no Sudeste e Nordeste do país.

Figura 16: Largo da Igreja Matriz de Montes Claros (MG) em 1911.



Fonte: REIS, 2013.

A cidade média é, de forma clara e direta, associada àquela cidade que está entre a pequena e a grande cidade, sendo assim, um ponto intermediário de classificação entre elas. Não só o aspecto populacional, como dito anteriormente, mas outros tópicos são postos na discussão da definição de cidade média. Para França (2007, p. 51), pontos como “o papel que a mesma desempenha na rede urbana brasileira, sua funcionalidade (indústria, comércio e serviço), a relação com a região onde está situada, a complexidade de equipamentos e a infraestrutura que dispõe”, também são considerados quando se define a nomenclatura para uma cidade ser considerada média.

Com a ascendência da industrialização e urbanização, a cidade começa a apresentar novos eixos de crescimento, apontando novas funções no âmbito intraurbano por meio da oferta de serviços importantes à qualidade de vida das pessoas, como por exemplo na saúde e educação. Assim, como relata França (2007), os investimentos proporcionados pelo PNCCPM impulsionaram em Montes Claros pontos que foram primordiais para o elevado processo de urbanização, provenientes da instalação de infra-estrutura (urbana, rodovias e transporte), dinamização econômica, circulação de capitais e mercadorias, dentre outras mudanças.

Não só da dinâmica econômica da região decorre a urbanização, mas, como aponta Spósito (1999):

(...) uma urbanização que se constrói, também, como espacialidade que se redesenha a partir da fragmentação do tecido urbano e da intensificação da circulação de pessoas, mercadorias, informações, ideias e símbolos. A urbanização da sociedade não compreende, portanto, apenas a dinâmica demográfica de concentração de homens, ou a dinâmica econômica de concentração de riquezas, nem as formas concretas que expressam ou determinam essas dinâmicas, mas seu conteúdo social e cultural. (SPÓSITO, 1999, p. 84)

Assim, é possível traçar a urbanização, também, com as atividades sociais e suas atribuições culturais como engrenagem do processo de formação e de concepção do espaço urbano na cidade. Este ponto torna possível o debate dos espaços públicos como promotores desses signos sócio-culturais na cidade, além do evidente campo para a sociabilidade e interação no âmbito público do espaço.

Montes Claros (Figura 17) se estabelece na região como centralidade para alguns serviços, atraindo conexão com cidades próximas que carecem de atividades específicas no âmbito da saúde, educação, lazer, entre outros. Dessa forma, além dos cidadãos residentes na cidade, Montes Claros também apresenta relação com as demais pessoas que necessitam vir em busca de algum serviço e, por assim ser, acabam desfrutando, ocupando e interagindo com os espaços públicos urbanos desta.

Foto 17: Igreja Matriz de Montes Claros – MG (2020)



Fonte: ASSIS, 2020.

O que se verifica é que o processo de crescimento da cidade média suscita a busca por diversidade e qualidade nos espaços públicos urbanos, mas também elenca uma disputa pelos espaços fechados que também oferecem entretenimento aos seus cidadãos. Pontua-se como positivo a oferta por um maior número de espaços (públicos ou privados) que sejam voltados ao encontro, descanso e lazer.

## 2.2 ESPAÇO PÚBLICO URBANO *VERSUS* ESPAÇO PÚBLICO PRIVADO NA CIDADE DE MONTES CLAROS

Este tópico pretende entender o contraste entre o espaço público e o espaço privado. Se faz importante perceber conceitualmente do que se trata e, mais ainda, de como as pessoas se relacionam com eles no cotidiano da cidade.

A cidade oferece aos seus cidadãos espaços que promovem sociabilidade, interação social de diversas formas e encontros para os mais variados fins; proporcionando aos usuários opções de escolha aos locais que pretendem recorrer em suas atividades no tempo livre.

O espaço público é aquele considerado de uso comum a todos, mas nem sempre é regido pelo poder público. Assim, os espaços abertos a todos podem ser fomentados por iniciativa privada como os Shoppings Centers, por exemplo:

Diante da ânsia capitalista, a cada tempo novos estímulos são promovidos. De lojas a galerias com lojas (as Passagens de Paris tornaram-se um verdadeiro sucesso e criaram escola), aos grandes magazines, esta evolução se deu num passo. Tudo era feito para facilitar ao consumidor encontrar todos os produtos numa só loja. Os comportamentos se modificaram e mais tarde vieram os supermercados, onde cada um escolhe o que quer sem a interferência de ninguém. Por fim, surgiram os shopping-centers com várias lojas, do vestuário ao calçado, do eletrodoméstico ao joalheiro, do restaurante ao fast food. (Souza, 2003, p. 81-82)

Ainda acrescentando à fala de Souza (2003), Carlos (2007, p. 34) argumenta que “as relações com o lugar se determinam no cotidiano, para além do convencional. O espaço é o lugar do encontro e o produto do próprio encontro e a cidade ganha teatralidade e não existe dissociada da sociedade que lhe dá conteúdo”. O espaço público deve ser concebido pelos cidadãos como o local que lhes permite encontrar diferentes realidades, passíveis de serem observadas e apropriadas, permitindo-lhes o prazer, o lazer e a festa (AZEVEDO, 2013, p. 121).

Como já trazido anteriormente, os espaços abertos e livres de edificações na cidade são aqueles que permitem acesso irrestrito a todos e contempla a promoção de sociabilidade por meio do poder público que garante o manutenção deles como sendo “respiros verdes” no espaço urbano e lugares aptos à interação entre pessoas – ainda que, na prática cotidiana, a realidade não seja tão poética quanto na teoria.

O estatuto público possui determinadas características das quais derivam propriedades. Essas características não estão de maneira indissociável presentes nessas formas. Uma rua pode fazer parte de um empreendimento privado. Pode ter uma condição ambígua, como é o caso, por exemplo, de alguns centros comerciais, de parques temáticos, de condomínios fechados etc. cujo estatuto jurídico é privado - espaços privados de uso público (GOMES, 2012, p. 115).

A afirmação de Gomes (2012) traça um paralelo entre o espaço que é constituído como genuinamente público (como rua, parques, etc) e como ele pode ser contextualizado na esfera privada. Ele permanece livre ao uso público para as pessoas, mas é controlado por uma iniciativa que prevê regras e condutas para ele. Assim, “proprietários e administradores criam normas, delimitações e controles com a condição de não ferir os princípios legais estabelecidos para esses logradouros de uso público” (GOMES, 2012, p. 115).

Se tratando de uma sociedade capitalista na qual a produção do espaço urbano é moldada pelas direções, principalmente, do Estado e dos agentes detentores do poderio econômico privado, os espaços públicos também são monetizados e disputados como bens de consumo. Narciso (2009, s/p) afirma que a roupagem capitalista do urbanismo se manifesta

como estratégia “em que o espaço público surge como o mote de indução do conceito das estratégias de promoção e cria-se na base de sustentação da especulação imobiliária”. Ou seja, esse espaço na cidade se torna mercadoria e seu uso e apropriação também se submetem aos anseios capitalistas.

Assim, quando o espaço público urbano acresce valores de um bem privado (como um parque nas proximidades de um edifício de apartamentos, por exemplo), tem-se como benéfico e satisfatório que haja esse equipamento em seu entorno; porém, quando já não se percebe determinado ganho com esse espaço público, vende-se a propaganda de um espaço degradado e inseguro. Dessa maneira, em um momento o espaço público pode figurar como positivo quando impulsiona o valor da terra, e, em outro, pode aparecer como sinônimo de promoção da violência e insegurança.

O que se verifica é a intenso impulsionamento dos espaços públicos cercados, murados, controlados e limitados. O Shopping Center *versus* a praça; o condomínio fechado *versus* o parque arborizado: Isso provoca o esvaziamento do:

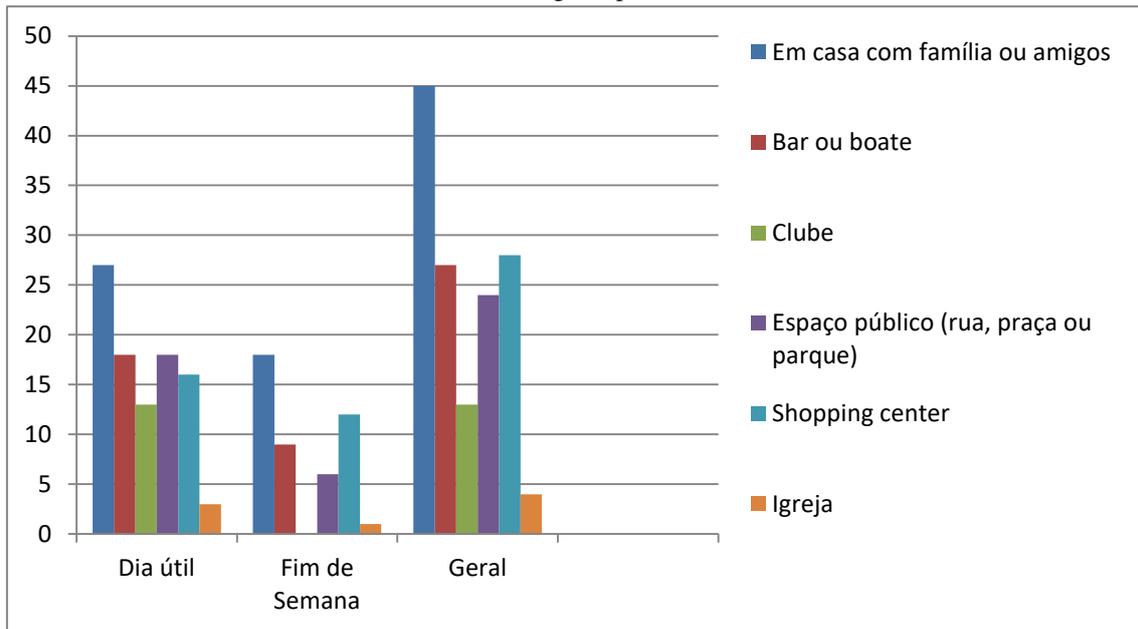
espaço público de seu sentido tradicional de lugar que possibilita as relações sociais, retirando e negando o acontecer do imprevisto, da improvisação, do espontâneo, da convivência, dos encontros, do conflito, das rotinas e desacordos. (CARLOS, 2001, p. 36).

A falsa ideia de segurança é vendida a fim de fazer repensar a ideia de estadia nas ruas, praças e parques; isso proporciona a atração de mais adeptos aos espaços fechados, estes que estão envoltos no contexto do lucro constante de alguma mercadoria – isto é, quando a mercadoria não é o próprio espaço.

O capítulo anterior trouxe dados da SIDS (Sistema Integrado de Defesa Pessoal) de Minas Gerais que comprovam a diminuição dos crimes cometidos na cidade de Montes Claros, se tratando de furtos, lesões corporais consumadas e criminalidade violenta (tendo esta última diminuído 46,12% de 2018 para 2019). Esses dados apresentam a real situação que concerne a segurança pública nos espaços abertos e tratam de desmistificar alguns pontos da memória coletiva que enxerga esses lugares como inseguros.

Dessa maneira, é possível contrastar a busca pelo lazer em locais fechados por meio de formulário (Gráfico 1) aplicado na cidade de Montes Claros em que evidencia que apenas 16% das respostas apontam para diversão em espaços públicos (rua, praça ou parque).

Gráfico 1: Preferência de lugares para diversão dos usuários

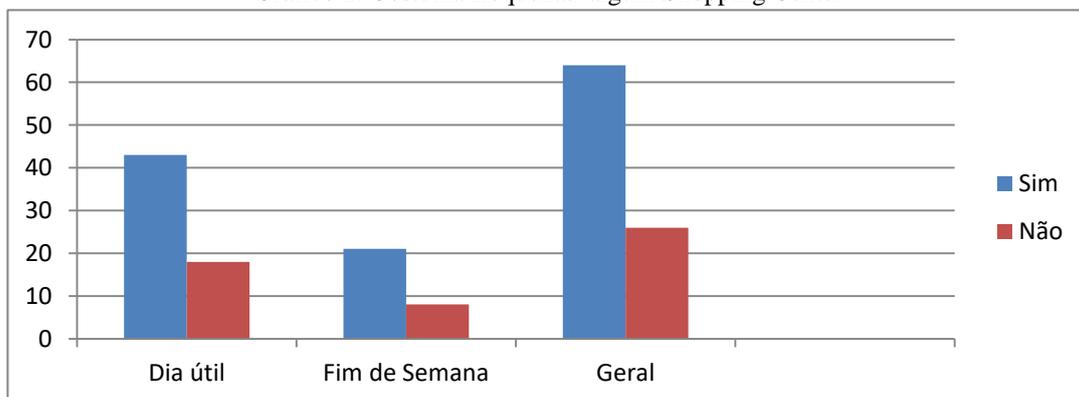


Fonte: ASSIS, 2020.

Essa possível publicidade negativa dos espaços com relação à violência urbana, pode ser responsável pelas escolhas dos usuários que apontaram como preferência em seu lazer por 38% para casa de familiares ou amigos, 19% Shoppings Centers e 18% para bar ou boate. Todos esses ilustram locais fechados e controlados.

Ainda tecendo análise entre o espaço público urbano e o Shopping Center como um dos principais destinos procurados para lazer ou serviço, as respostas também confirmam a alta busca por esses locais (Gráfico 2) na cidade. Os formulários foram aplicados no centro de Montes Claros durante um dia útil e outra parte no fim de semana para que se pudesse encontrar diferentes públicos e respostas, porém, ainda assim, verificou-se o parecer positivo para buscas por diversão em lugares fechados e, de alguma forma, com acessos controlados.

Gráfico 2: Costuma frequentar algum Shopping Center



Fonte: ASSIS, 2020.

Essa discussão salienta os percalços pelos quais o espaço público urbano enfrenta com relação a atratividade de público para os lugares livres e abertos na cidade. Há que se pensar sobre a dicotomia público-privada estar sempre sob o pensamento da insegurança-segurança, como se, no inconsciente coletivo, fosse preciso pagar para se utilizar de um espaço de lazer vigiado e com qualidade – como se os impostos não fossem também direcionados para que haja segurança e lazer de qualidade à população.

Este tópico revela não apenas sobre a preferência de parte dos usuários por ambientes fechados na cidade em questão, mas também sobre como tem se tornado comum o aprisionamento das funções cotidianas pelos espaços enclausurados que ilustram nossas escolhas e necessidades. Assim, se projetam as viagens de casa para o trabalho; do trabalho para a faculdade; da faculdade para o shopping; e, nesse *modus operandi*, nunca há tempo para se apropriar do espaço livre e gratuito a disposição da comunidade. Vende-se a ideia de segurança por meio dos muros, quando os “olhos nas ruas” vigiam, interagem, sociabilizam e cuidam uns dos outros mesmo que sem essa intencional função.

### 2.3 APROPRIAÇÃO E DOMINAÇÃO DOS ESPAÇOS PÚBLICOS NO COTIDIANO

Os espaços públicos urbanos estão presentes no cenário do encontro, do passeio, na circulação para algum trajeto, no lazer, na paisagem, dentre outros. Esses lugares são, na cidade, a provocação à interação social. Para Azevedo (2013, p. 120), o espaço público tem importância primordial pois é onde “as práticas se desenvolvem por meio da reprodução da vida em seu cotidiano”.

A produção do espaço urbano requer, também, a reprodução da vida, pois o indivíduo atua ativamente, e cotidianamente, na cidade traçando ligações, identidade e memória com os lugares por onde ele tece algum contato. Para estas relações que se estabelecem entre o habitante e o lugar, pode-se apontar como sendo a apropriação ganhando conteúdo. Assim, “os espaços públicos são produzidos pelas relações sociais que envolvem o uso, a apropriação e a vida humana” (AZEVEDO, 2013, p. 120).

O referido autor também salienta que a dimensão que proporciona melhor entendimento do espaço público é a dimensão do cotidiano. É nela que se faz possível entender que os fenômenos urbanos estão conectados à dinâmica da sociedade. Nesse sentido,

a apropriação se efetiva na interação diária entre pessoas e as ligações que são feitas, por meio disso, com os lugares na cidade.

Contudo, para o trato dialético do tema em questão, é preciso colocar em diálogo a apropriação e dominação dos espaços. Esse contraste revela, respectivamente, a ligação do homem com o meio e, por outro lado, a relação de interesse movida por um contexto capitalista de sociedade. Assim, um visa entender as necessidades sociais de um grupo, e o outro, a dominação, é moldada por imposição de autoridades estatais e revelam como resultado um espaço modificado e vazio de relações sociais.

Lefebvre (1973b) conceitua os dois termos da seguinte forma:

O conceito de apropriação é um dos mais importantes que nos tem podido legar séculos de reflexão filosófica. A ação dos grupos humanos sobre o meio material e natural tem duas modalidades, dois atributos: a dominação e a apropriação. Deveriam ir juntas, mas frequentemente se separam. A dominação sobre a Natureza material, resultado de operações técnicas, arrasa essa Natureza permitindo às sociedades substituí-la pelos seus produtos. A apropriação não arrasa, mas transforma a Natureza – o corpo e a vida biológica, o tempo e o espaço dados – em bens humanos. A apropriação é a meta, o sentido, a finalidade da vida social. Sem a apropriação, a dominação técnica sobre a Natureza tende ao absurdo, a medida em que aumenta. Sem a apropriação, pode haver crescimento econômico e técnico, mas o desenvolvimento social propriamente dito se mantém nulo. (LEFEBVRE, 1973, p.164-165)

Assim, um espaço apropriado tem a ver com um espaço que foi moldado à gosto do grupo social que o utiliza, imprimindo nele alguma relação subjetiva de memória ou identidade; o que não ocorre na dominação, pois ela diz respeito ao valor de troca e tem sua origem no poder político. Ou seja, um diz respeito a intenção, enquanto o outro ao interesse (AZEVEDO, 2013).

Nesse sentido, o que se desvela é um espaço multifacetado: democrático, plural, aberto, livre e, sobretudo, contraditório. É possível que uma praça (figura 18), por exemplo, seja o ambiente propício ao encontro, ao lazer ou mesmo aos ritos culturais de um povo, mas que também possa explicitar as mazelas sociais de desigualdade por meio dos grupos de pessoas em situação de rua que se instalam nesses lugares (Figura 19).

Figura 18: Praça da Matriz em Montes Claros (MG)



Fonte: ASSIS, 2019.

É possível que a apropriação seja também um choque de grupos, uma vez que, se tratando das pessoas em situação de rua que se sentem pertencentes àquele local ao qual fazem moradia *versus* os usuários “temporários” ou passantes, haja uma percepção de insegurança no local tida por alguns. Mas a questão da dominação, como já revelada, está conectada diretamente ao interesse público ou privado e, neles, não se percebe a intenção de promover qualidade de vida a todos de forma equivalente.

Figura 19: Praça da Matriz em Montes Claros (MG)



Fonte: < <https://onorte.net/montes-claros/morador-de-rua-ocupa-pra%C3%A7a-da-matriz-1.643505>>.  
Acesso em: 16 de dez. de 2019.

Não é intenção deste estudo se aprofundar no debate sobre as pessoas em situação de rua, mas fazê-las parte do debate apropriação-dominação, uma vez que já são invisibilizadas pelas políticas públicas e pelo capital, não poderia a academia invisibilizá-las também. Muitas são as questões que poderiam ensejar esse debate, mas este estudo mantém-se na abordagem que cunha as pessoas e suas relações de apropriação com o espaço.

Assim, a leitura que se faz é sobre a apropriação que acontece de formas amplas: desde o passante que se apropria do espaço por pouco tempo até aquele que faz desse mesmo espaço sua “morada”.

É possível perceber na notícia (figura 19) que os usuários sem abrigo são motivo principal para alguns tabus que nem sempre se revelam reais. Além da sensação problemática de insegurança em que a notícia acima traz em seu texto, alguns questionamentos podem ser levantados com relação à sujeira e a associação ao tráfico. Nota-se não só o preconceito embutido no desejo de retirar essas pessoas do local, mas o descaso do poder público com as mesmas e suas formas de apropriação e uso dos espaços da cidade.

Esse cenário denota a tentativa de controle dos grupos hegemônicos de dominar e desconsiderar a apropriação dessas pessoas em seus locais, como revela Azevedo (2013) quando diz:

A dominação do espaço ocorre predominantemente com a atuação do Estado e de grupos hegemônicos da sociedade que buscam controlar a cidade de acordo com seus interesses, por meio de estratégias políticas e da normatização, favorecendo a reprodução do espaço como valor de troca. (AZEVEDO, 2013, p. 16)

Tanto apropriação quanto a dominação são composições dessa produção do espaço que ocorre cotidianamente e é mutável. Assim, “o planejamento urbano e a gestão urbana devem favorecer uma maior apropriação de praças e parques da cidade por meio de políticas públicas que considerem os diferentes anseios da sociedade na reprodução de sua vida cotidiana” (AZEVEDO, 2013, p.16); entendendo, de fato, o espaço público como plural e democrático para a realização da vida humana e tendo a apropriação/dominação como impulsionador das relações sociais no urbano.

## 2.4 SOCIABILIDADE *VERSUS* INSEGURANÇA NO ESPAÇO PÚBLICO URBANO

Os espaços da cidade congregam os acontecimentos cotidianos e evidenciam a reprodução da vida pública. As questões que abarcam esse assunto trazem as relações sociais ao palco dos acontecimentos traduzindo o espaço público como aquele que pode ser “apropriado coletivamente por meio do acesso irrestrito aos cidadãos como valor de uso” (AZEVEDO, 2013, p. 130).

Moreira (2005, p. 104) retoma Paul Vidal Lablache para descrever a sociabilidade através do termo “gênero de vida” que seriam “os modos de existência comunitários, formas de organização societária e, pois, modos de vida organizados num modo de forma do passado, e em muitos lugares e povos ainda hoje presentes”. Nesse sentido, mesmo que as mudanças e releituras a respeito da sociabilidade tenham se adaptado ao contexto de diferentes épocas, é possível entender que os traços da relação entre pessoas (ou comunidades) estão ainda presentes no sentido contemporâneo do termo.

Apesar do intuito ser a promoção das relações sociais, com o crescimento das cidades, os espaços têm sofrido o isolamento de seus habitantes e a nuvem de insegurança que paira sobre a ideário coletivo. Assim, o retrato de uma sociedade cada vez menos participante das praças, ruas e parques, vem tomando cores em um contexto no qual a lógica de acumulação capitalista se expande, implicando diretamente na segregação social e, por assim ser, nos contrastes nítidos refletidos no uso e apropriação dos espaços no urbano.

A efervescente onda de privatização do momento contemporâneo ganhou lugar nos espaços públicos, tornando-os, também, mercadorias, e evidenciando a diminuição das relações entre diferentes usuários no espaço urbano. Nesse contexto capitalista, os espaços fechados para recreação e lazer ganham mais adeptos em favor da falsa ideia de segurança, transformando o espaço da cidade (que é público!) unicamente para vias de circulação onde a passagem é urgente e a estadia efêmera.

Nesse processo, os shoppings centers e os condomínios fechados ganham publicidade fazendo a releitura do espaço público dentro de seus muros, denotando assim, a utilização dos mesmos por grupos homogêneos. Sociabilidade seletiva, segregada e privatizada. Mas, não seria de fato mais seguro e proveitoso para todos se os grupos ocupassem as ruas naquilo que é público?

Jane Jacobs (2000) cunha o termo “olhos nas ruas” para ressaltar a importância das pessoas ocuparem os espaços da cidade a fim de torná-la permeável e segura. Para ela, a

segurança se dá por meio de um ambiente habitado, com trânsito de pessoas, movimento e, principalmente, por diversidade nos espaços. Dessa maneira, é inevitável que haja uma vigilância mútua entre as pessoas que dão vida à cidade e transmitem a sensação de segurança simplesmente por estar por perto umas das outras.

A citada autora defende que as edificações devam ter relação direta com a esfera da rua de maneira espontânea ou não, pois provoca a observação mútua (entre o pedestre e o morador), promovendo, dessa forma, a vigilância.

Ainda seguindo esse ponto de leitura, mas em outro espectro, Carlos (2007) ressalta o individualismo como responsável, também, ao que acontece no cenário do esvaziamento de pessoas nas ruas:

Essa delimitação, bem marcada, separando a casa da rua, reduzindo o espaço público, apagando a vida nos bairros onde cada um se reconhecia, porque este era o espaço da vida, torna a cidade mais fria, anônima, funcional e institucionalizada. São elementos que contribuem para a construção do individualismo moderno. (CARLOS, 2007, p.80)

Souza (2008, p. 84) diz haver uma “anemia dos espaços públicos”, tentando dizer que há “(...) o encolhimento de margens de manobra, a deterioração da sociabilidade e da civilidade e as restrições ao exercício da cidadania – em suma, ameaças e limitações à autonomia, tanto individual quanto coletiva” – o que revela o esvaziamento do espaço público em detrimento da segregação socioespacial e dos espaços privados construídos na cidade para “suprir” uma suposta segurança.

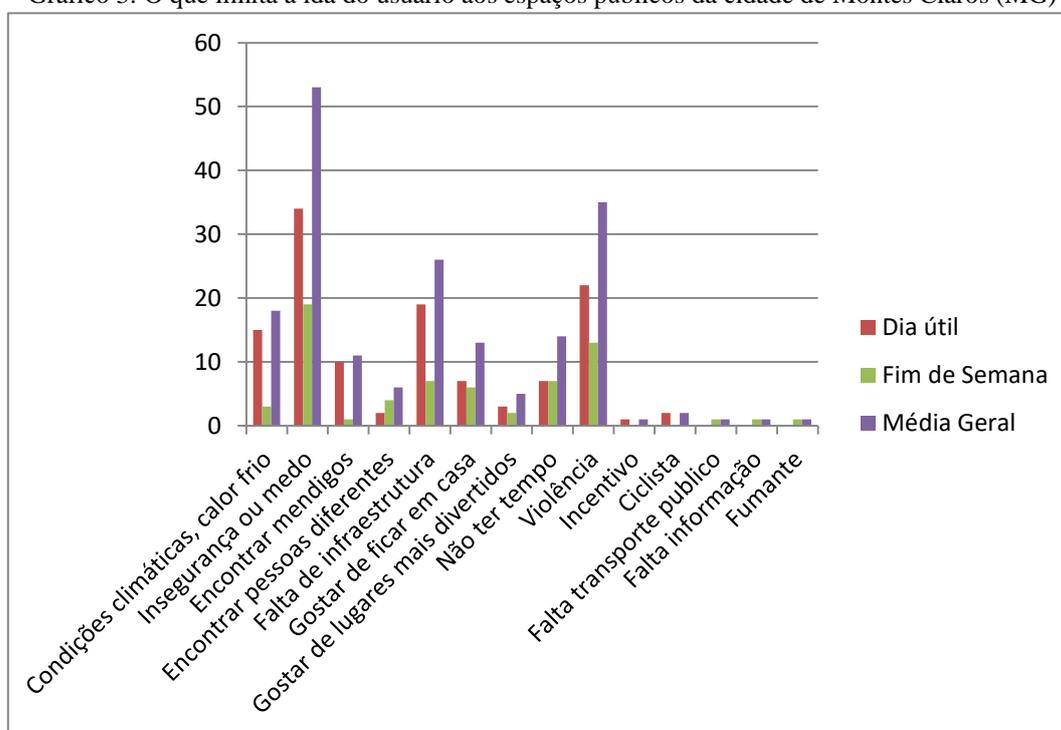
Essa ausência de pessoas nas ruas pode também ter fundamento, como afirma Caldeira (2000), no planejamento modernista e na urbanização contemporânea. Assim, a intensa promoção das vias para tráfego de veículos, pouco estímulo aos espaços para pedestres na cidade, poucas calçadas e a subutilização dos espaços públicos, revelam que os percalços atuais são semelhantes aos da realidade modernista.

Os elementos da arquitetura e do planejamento modernistas que sobrevivem na nova forma urbana dos enclaves são aqueles que destroem o espaço público e a vida social modernos: ruas mortas transformadas em vias expressas, construções esculturais separadas por vazios e ignorando o alinhamento das ruas, muros e tecnologias de segurança enquadrando o espaço público como residual, enclaves voltados para o interior, separação de funções e destruição dos espaços diversos e heterogêneos [...] os enclaves usam convenções modernistas para criar espaços em que a qualidade privada é enfatizada acima de qualquer dúvida e em que o público, um vazio disforme tratado como resto, é irrelevante. (CALDEIRA, 2000, p. 312-313)

Assim, é possível tecer uma leitura sobre o espaço por meio da lógica herdada do urbanismo moderno que ignorava o espaço comum de encontro dos indivíduos e, com isso, como afirma Borém (2018, p. 39) “é o medo que serve como justificativa para esse abandono”.

Em formulário aplicado para 90 pessoas em espaços públicos da cidade de Montes Claros (MG), os usuários, quando perguntados sobre o que limita a ida a estes lugares na cidade, relataram (Gráfico 3) que, em 28% dos casos, têm receio de frequentar os espaços pois se sentem inseguros e outros 19% têm medo da violência, apontando os maiores índices de respostas para essa pergunta.

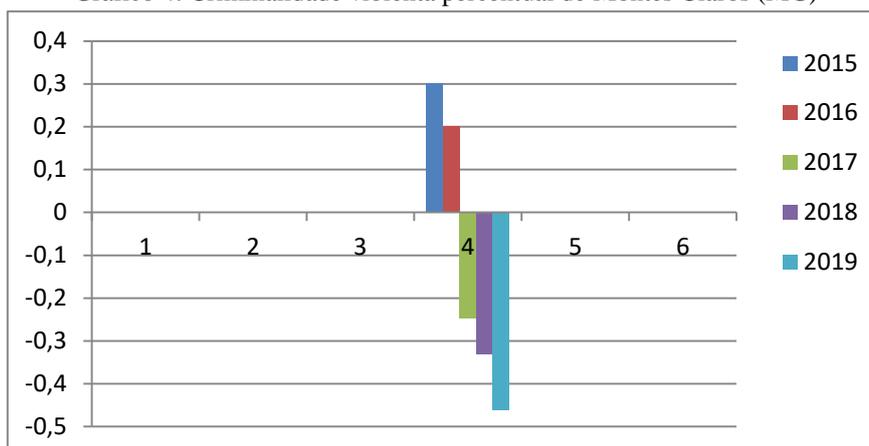
Gráfico 3: O que limita a ida do usuário aos espaços públicos da cidade de Montes Claros (MG)



Fonte: ASSIS, 2020.

Mesmo demonstrando que a insegurança e medo da violência sejam os principais motivos que despertam o afastamento das pessoas do espaço público, os dados da SIDS (Sistema Integrado de Defesa Social – MG), apontam que a diminuição de crimes violentos (Gráfico 4) e de furtos ou lesões corporais consumadas (tabela 1), têm diminuído consideravelmente de 2017 para 2019.

Gráfico 4: Criminalidade violenta percentual de Montes Claros (MG)



Fonte: Armazém SIDS e DCCV para homicídio de BH, 2019.

Isso reforça que o imaginário coletivo está preso na ideia de que os centros urbanos são reféns da violência e provocam, por assim ser, a insegurança no uso dos espaços da cidade. Tal pensamento repele as pessoas do uso às praças, parques e ruas, e promovem a procura por espaços fechados que fazem a publicidade de que dentro de muros as pessoas estão seguras e vigiadas.

Tabela 1: Furtos e lesões corporais consumadas em Montes Claros (MG)

| Ano         | Total cometido | População* | Taxa por 100 mil hab | Varição percentual |                |
|-------------|----------------|------------|----------------------|--------------------|----------------|
| <b>2017</b> | 9.365          | 402.027    | 2.329,45             | 2016-2017          | <b>-4,99%</b>  |
| <b>2018</b> | 7.476          | 404.804    | 1.846,82             | 2017-2018          | <b>-20,72%</b> |
| <b>2019</b> | 6.353          | 409.341    | 1.552,01             | 2018-2019          | <b>-15,96%</b> |

Fonte: Armazém SIDS, 2019.

Esse contraste coloca em risco o impulso à sociabilidade no espaço urbano, pois há um ruído nas informações entre a imagem coletiva sobre o espaço na cidade *versus* a imagem real. Assim, se as pessoas não frequentam espaços públicos, eles tendem a estar mais vazios, logo, a imagem por um lugar pouco frequentado é de que ele pode não ser seguro o suficiente para o lazer, a prática de esportes, o descanso ou o encontro. Mesmo havendo de fato segurança, a sociedade precisa percebê-la para que possa permear os espaços públicos na cidade a fim de promover a prática social, sendo pauta para o poder público entender e averiguar esse equívoco de insegurança que aflige o usuário.

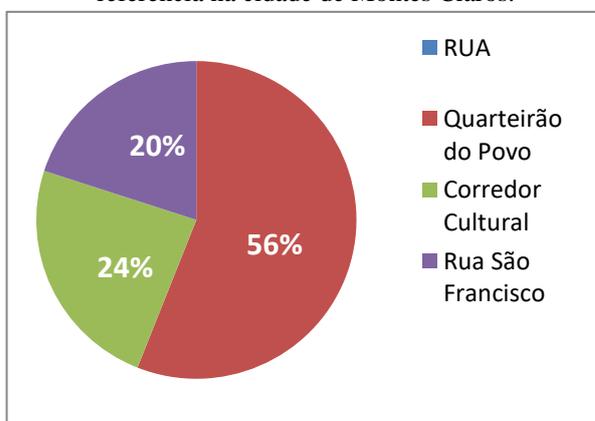
### 3 AS ESCALAS DO ESPAÇO PÚBLICO NA CIDADE DE MONTES CLAROS (MG)

A relação da sociedade com os espaços livres na cidade evidenciam as práticas sociais e a vivacidade que se verifica na esfera pública do urbano. Essa relação pode ser percebida por meio da observação do cotidiano, mas também, como se pretende nessa análise, comprovada através do diagnóstico daquele espaço e do contato com os usuários.

As escalas que abarcam este estudo são a rua (Rua Simeão Ribeiro), a praça (Praça Dr. Chaves - Matriz) e o parque (Parque Municipal Milton Prates). Esses são os objetos de análise desta dissertação que objetiva o diagnóstico desses espaços a fim de analisar a apropriação e uso, a prática de sociabilidade, os motivos que atraem ou repelem os usuários para esses lugares e como se dá a relação dos cidadãos com os espaços públicos na cidade de Montes Claros.

Para que se pudesse eleger os espaços trabalhados nesta pesquisa, optou-se por espaços que se destacassem em sua dinâmica socioespacial e pela notoriedade que possuem no imaginário coletivo. Assim, realizou-se a aplicação de formulários *Top of Mind* (Anexo I) que consiste entender o que vem primeiro à mente do usuário quando se trata de determinado assunto. No caso, o assunto apontava as escalas do espaço público de Montes Claros e o questionamento sobre o que ilustra de forma imediata a memória das pessoas quando se trata de uma rua, praça ou parque na cidade em questão.

Gráfico 5: Ruas que os usuários identificam como referência na cidade de Montes Claros.



Fonte: ASSIS, 2020.

Figura 20: Rua Simeão Ribeiro (Quarteirão do Povo)

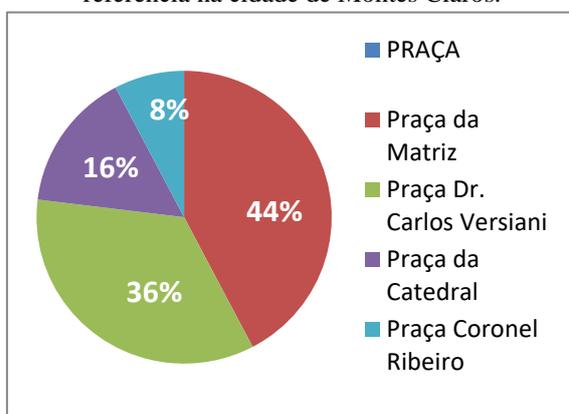


Fonte: ASSIS, 2019.

O formulário foi aplicado para 25 pessoas de forma aleatória em alguns pontos do centro da cidade a fim de fortalecer argumento à escolha dos espaços deste estudo e poder acrescer ao foco principal da escolha dessas escalas que é a dinâmica socioespacial em que eles apresentam.

Na escala da rua, as respostas apresentaram maior número no Quarteirão do Povo (gráfico 5 e figura 20), mas também ressaltou algumas outras alternativas que são o Corredor Cultural, rua que recebe atrações culturais em determinadas épocas do ano, e a rua São Francisco que também funciona como um quarteirão fechado em outra parte do centro da cidade.

Gráfico 6: Praças que os usuários identificam como referência na cidade de Montes Claros.



Fonte: ASSIS, 2020.

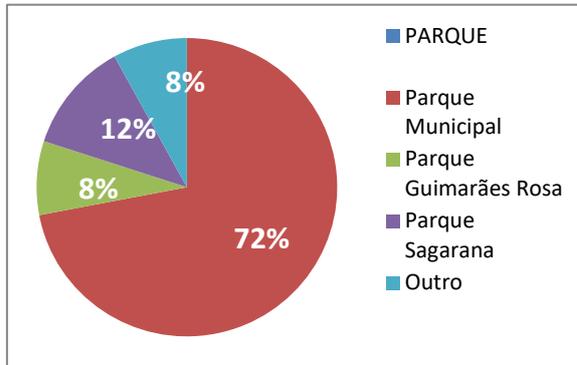
Figura 21: Praça Dr. Chaves (Praça da Matriz)



Fonte: ASSIS, 2020.

No âmbito das praças, se verifica o destaque à Praça da Matriz (gráfico 6 e figura 21), mas também traz conexão da memória dos usuários às praças Dr. Carlos Versiani (ponto de encontro dos transportes públicos urbanos), Praça da Catedral e Praça Coronel Ribeiro (também recebe parte dos transportes públicos da cidade, mas com menor intensidade). É possível indicar algumas dinâmicas que se apresentam nas outras praças deste gráfico, mas optou-se pela praça da Matriz que congrega não apenas as funções de prática social cotidiana, mas recebe importantes festividades culturais da cidade, além da problemática questão das pessoas em situação de rua que se estabelecem no local.

Gráfico 7: Parques que os usuários identificam como referência na cidade de Montes Claros.



Fonte: ASSIS, 2020.

Figura 22: Parque Municipal Milton Prates



Fonte: ASSIS, 2020.

No que concerne aos parques da cidade, os usuários apresentavam como primeira opção, em maioria, o Parque Municipal (gráfico 7 e figura 22) e ressaltavam desconhecer outros existentes na cidade.

O resultado das respostas apresentadas nos gráficos foi coincidente ao dos espaços elegidos para esta dissertação pela dinâmica socioespacial que apresentam. Assim, a rua Simeão Ribeiro (Anexo II), a Praça da Matriz (Anexo III) e o Parque Municipal (Anexo IV) tornaram-se objetos de diagnóstico neste último capítulo.

A pesquisa traça procedimentos que buscavam entender diferentes tipos de usuários em diferentes dias e horários da semana. Dessa forma, os formulários específicos de cada escala do espaço público foram aplicados em três horários diferentes (manhã, tarde e noite) em um dia útil da semana e outros três horários no fim de semana (tabela 2). A permanência em cada momento durou 1 hora, totalizando 6 horas de aplicações do formulário em cada lugar.

**Tabela 2:** Quantidade de respostas obtidas nos formulários aplicados por dia e horário de aplicação.

| Espaço público            | Dia útil |       |       | Fim de Semana |       |       | Total     |
|---------------------------|----------|-------|-------|---------------|-------|-------|-----------|
|                           | Manhã    | Tarde | Noite | Manhã         | Tarde | Noite |           |
| <b>Rua Simeão Ribeiro</b> | 6        | 8     | 4     | 4             | 7     | 2     | 31        |
| <b>Praça da Matriz</b>    | 8        | 7     | 6     | 2             | 3     | 3     | 29        |
| <b>Parque Municipal</b>   | 7        | 7     | 8     | 3             | 1     | 4     | 30        |
|                           |          |       |       |               |       |       | <b>90</b> |

Fonte: ASSIS, 2020.

A pesquisa apresenta os dados obtidos através dos formulários ressaltando, já previamente, a maior ocorrência de participantes nos dias úteis da semana nos três objetos de estudo. A pesquisa apontará adiante os motivos, insatisfações, receios e anseios dos usuários para com os espaços públicos na cidade de Montes Claros; tendo, cada uma das escalas, suas especificidades relacionadas com as pessoas que recebem e com os fins para os quais são procuradas.

### 3.1 RUA SIMEÃO RIBEIRO – QUARTEIRÃO DO POVO.

#### 3.1.1 Histórico e localização

Este espaço público está localizado na região central da cidade (mapa 3) e hoje tem o perfil de um calçadão que acolhe parte do fluxo de comerciantes e compradores que acessam o centro de Montes Claros para usufruírem de serviços.

De acordo com Reis (2013), seu nome, Simeão Ribeiro, faz referência ao tio do ex-prefeito Simeão Ribeiro Pires, o senhor Simeão Ribeiro Santos. Ainda segundo a autora, no início do século XX (figura 23), o local era ponto de encontro de moradores do entorno e comércio de Montes Claros – mantendo ainda esta última como utilidade principal.

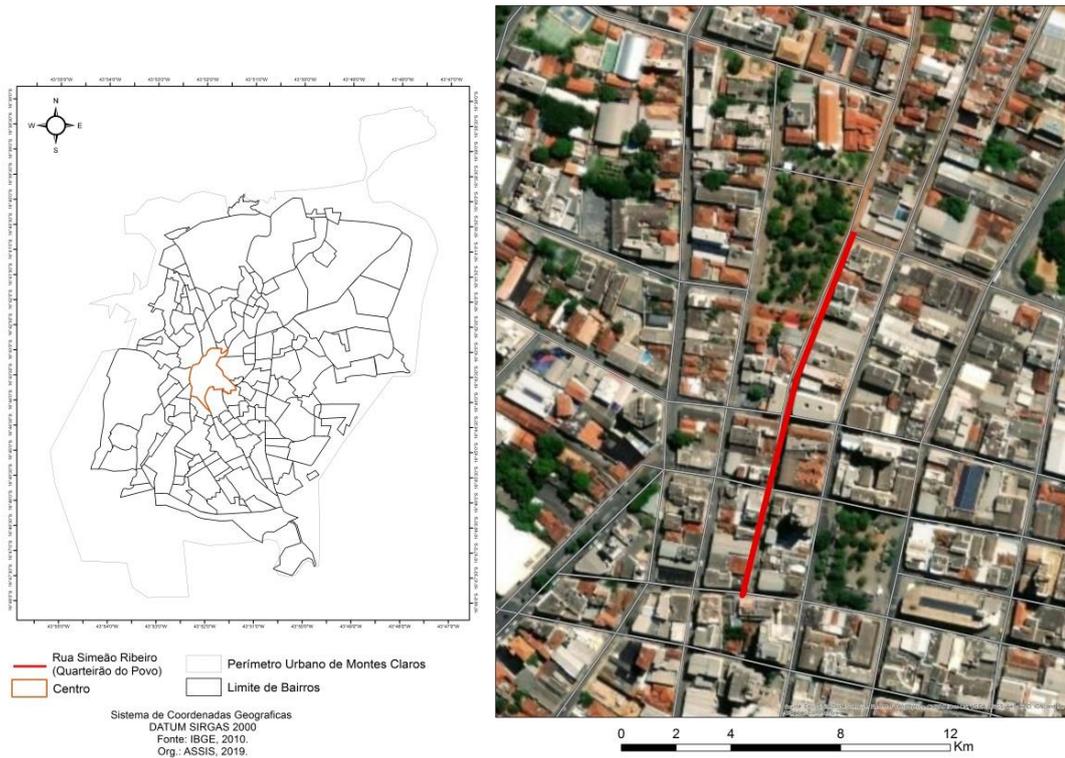
Figura 23: Rua Simeão Ribeiro (1940).



Fonte: Acervo de Divisão de Pesquisa e Acervo - UNIMONTES (REIS, 2013).

A rua era aberta ao trânsito de automóveis e, posteriormente, por intervenção da poder público, foi fechada para acesso exclusivo de pessoas. Dessa forma, o Quarteirão figura como o primeiro centro de compras a céu aberto da cidade, além de ter sido uma das primeiras ruas que receberam calçamento de paralelepípedo e, com isso, atraiu em seu curso um maior número de comércios.

Mapa 3: Mapa de localização Rua Simeão Ribeiro.



Essa região central é marcada pelo início da formação da Fazenda Montes Claros nas proximidades de uma capela, onde hoje é a Igreja de Nossa Senhora da Conceição (Igreja Matriz), que futuramente ganhou *status* de cidade. Assim, o perímetro circunvizinho da igreja apresentou destaque por sua dinâmica comercial e as práticas sociais que aconteciam na época. Isso refletiu diretamente na Rua Simeão Ribeiro que se consolidou como rua comercial desde o início do século XX.

Figura 24: Quarteirão do Povo em pleno funcionamento – dia útil.



Fonte: ASSIS, 2019.

A rua (figura 24) apresenta proximidade com outros pontos importantes do centro da cidade, sendo eles a Praça Dr. Carlos Versiani, onde acontece o encontro de transportes públicos da cidade, e a Igreja de Nossa Senhora do Rosário que recebe destaque nas festividades tradicionais da região, celebrando o folclore por meio dos catopês, marujos e caboclinhos – ternos de congado que ainda se mantém vivo nas tradições cristãs do norte de Minas e celebram três divindades: Nossa Senhora do Rosário, Divino Espírito Santo e São Benedito. A festa acontece no mês de agosto e ganha notoriedade no centro da cidade, tendo como pontos importantes do cortejo os arredores do Quarteirão do Povo e a Praça da Matriz. Este tópico será trazido com maiores detalhes no estudo sobre a Praça.

Os comércios localizados nessa rua são de caráter formal e informal, apresentando em seu cotidiano dinâmica de prestação de serviços e consumo dos mais variados serviços e produtos quais sejam: calçados, roupas, variedades, cafeterias, lanchonetes e vendas diversas no âmbito informal dos ambulantes que se estabelecem no Quarteirão do Povo (figura 25 e 26). Essa dinâmica é possível de ser observada em maior evidência nos dias úteis da semana, nos dias ativos do comércio local.

Figura 25: Vista do Quarteirão do Povo em momento de comércio e circulação



Fonte: ASSIS, 2019.

Figura 26 : Momento de grande movimentação no Quarteirão do Povo.



Fonte: ASSIS, 2019.

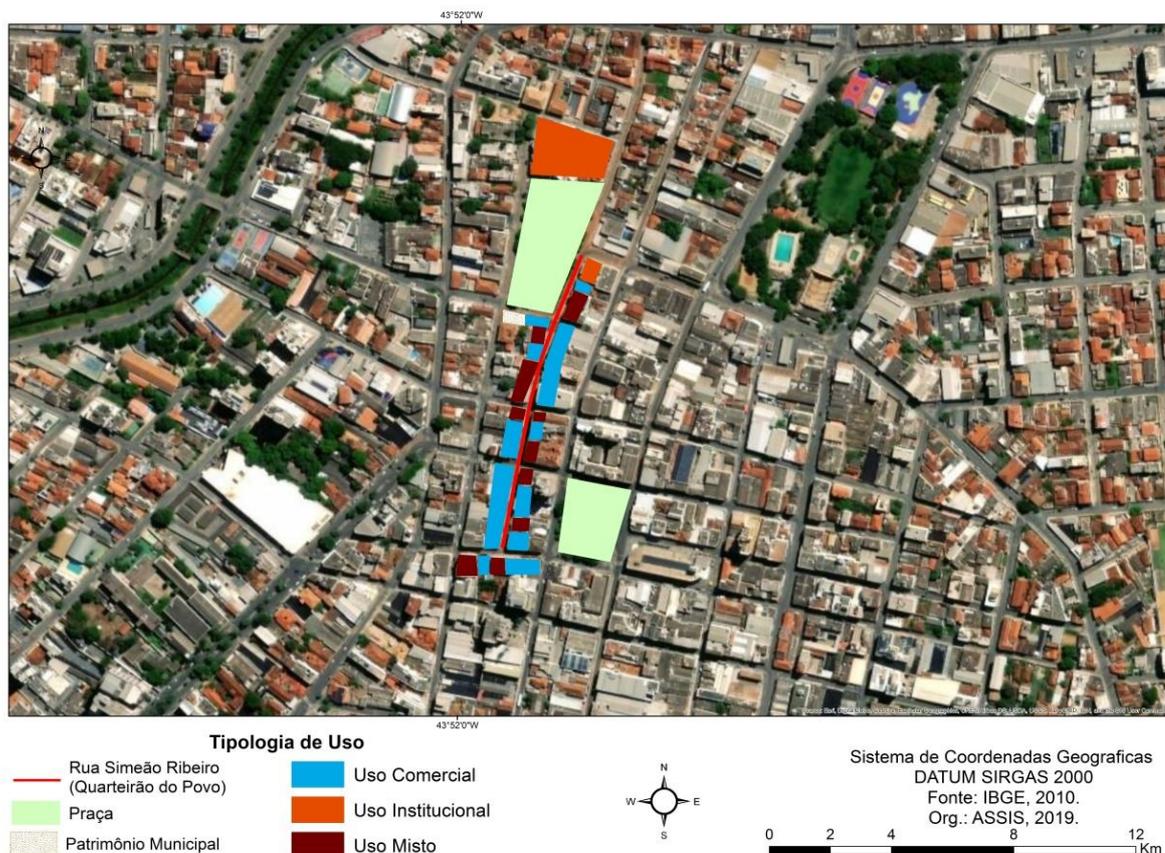
Esta rua se consolida, cravada na região central, como ponto de comércio e serviços, contando com o comércio formal e informal, onde permanece com fluxo intenso de circulação principalmente em dias úteis quando há funcionamento das lojas em seu curso.

### **3.1.2 Diagnóstico do contexto e análise dos dados**

É possível notar que a dinâmica deste espaço se dá pela vida comercial diurna que mantém a circulação e/ou permanência constante dos usuários no local. A rua é conhecida como Quarteirão do Povo e conta com uma gama diversificada de tipologias comerciais em sua extensão (mapa 4), sendo elas artigos de vestuário, alimentícios, variedades, etc; além das tipologias que possuem apartamentos a partir do primeiro pavimento com alguns comércios no térreo.

Através do mapa de tipologias (mapa 4), ao longo do Quarteirão se faz perceber como é predominante o uso comercial dos estabelecimentos naquele perímetro, o que pode incidir mais em usos específicos para fins de comércio e menos para lazer, ou encontro, ou contemplação. É possível notar outros espaços públicos próximos ao Quarteirão do Povo que respondem a uma possível ausência da estadia desses usuários naquele lugar, substituindo-o, por exemplo, pela praças arborizadas e com maior volume de mobiliário urbano. Ainda que, em horário comercial nos dias úteis, o centro seja mais procurado para alguns serviços relacionado ao comércio, é possível verificar nesses espaços públicos que ainda exista alguns mobiliários que dão possibilidade para o descanso ou o encontro – ainda que seja pouca a ocorrência deles no Quarteirão.

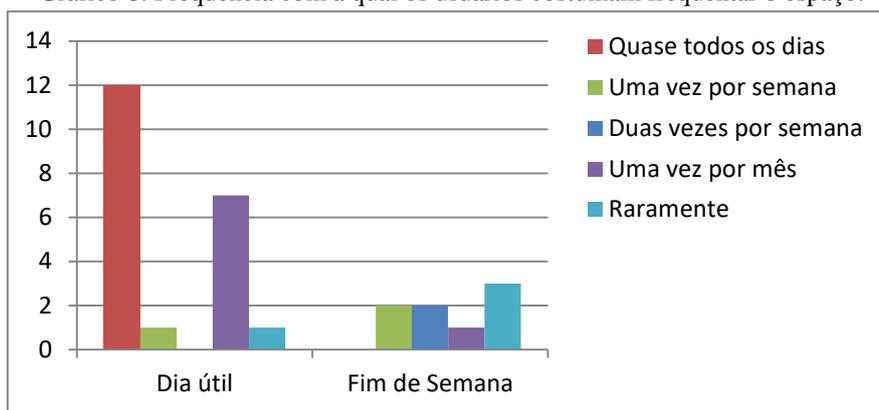
Mapa 4: Mapa de tipologias de uso e ocupação da Rua Simeão Ribeiro.



Sua cena de movimento e vitalidade acontece diuturnamente por meio da constante passagem de pessoas pelo local que se apresenta mais intensa nos dias úteis da semana (Gráfico 8). Esta análise destaca alguns traços que o próprio espaço público denota sobre o uso (ou a falta de uso) desses lugares: o restrito número de mobiliário urbano para descanso no Quarteirão, ausência de espaços para lazer/entretenimento; além do pouco atrativo urbano como estratégias para conectar os usuários ao local.

O que se apresenta por meio dos formulários aplicados é que 41% das respostas assinalam frequência diária ao local em questão no período da manhã e da tarde (45% cada) e menor acesso no período da noite (10%) quando os comércios já não estão em funcionamento. Em outra pergunta (gráfico 9), há uma incidência de utilização desse espaços em maior parte para circulação/passagem (31%) e para trabalho nos comércios locais (13%).

Gráfico 8: Frequência com a qual os usuários costumam frequentar o espaço.

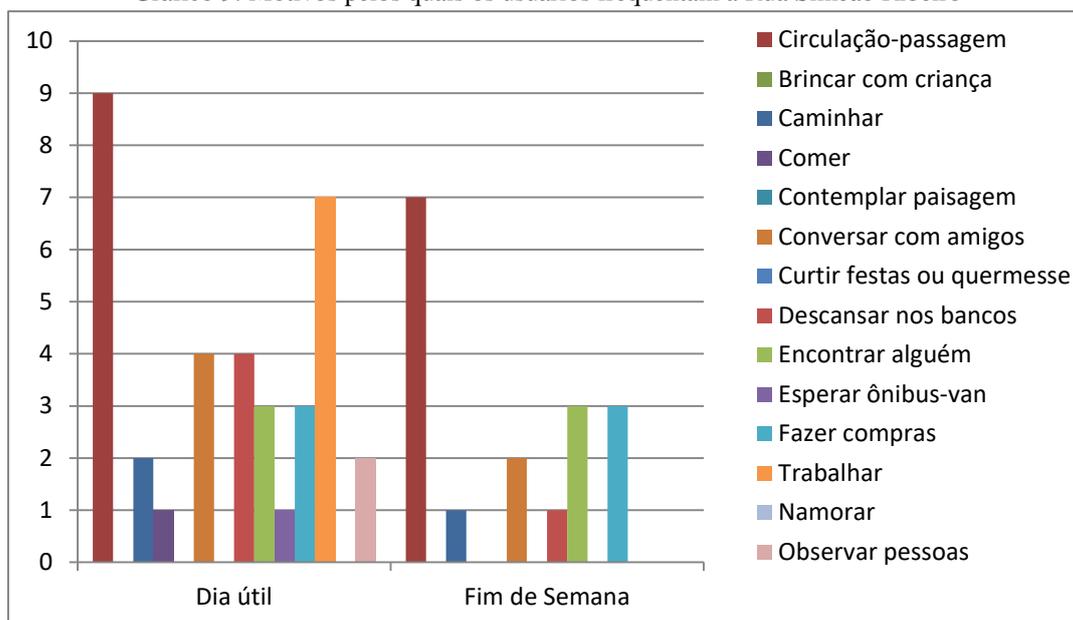


Fonte: ASSIS, 2020.

Percebe-se que a apropriação deste espaço está amparada onde a “realização da vida humana está voltada à reprodução das relações sociais de produção por meio da apropriação do espaço” (AZEVEDO, 2013, p. 15), isso acontecendo no cotidiano das relações que promulgam as dinâmicas socioespaciais.

Convém dizer que a dinâmica que se conecta ao comércio propulsiona a vitalidade diurna do local ou, como afirma Jacobs (2000), apresenta os “olhos nas ruas” como forma de promover o encontro e transmitir sensação de segurança aos usuários. Sendo que 90% dos respondentes assinalaram para o período da manhã ou da tarde sua maior frequência ao local, o que difere do período noturno com menor acesso de usuários (10%) e apresenta sensação de insegurança às pessoas.

Gráfico 9: Motivos pelos quais os usuários frequentam a Rua Simeão Ribeiro



Fonte: ASSIS, 2020.

Por ser um perímetro de rua fechado para uso de pedestres no centro da cidade, numa região de intenso fluxo de carros e transportes coletivos, a rua Simeão Ribeiro acaba sendo uma busca por circulação que liga algum ponto e outro da área central. Assim, os usuários ratificam (gráfico 8) a percepção de que o local tem um número grande de acessos por ser passagem exclusiva para transeuntes, além de atender aos comerciantes (figuras 27 e 28) formais e informais que prestam algum tipo de serviço no Quarteirão.

O espaço público transforma-se e produz novas dinâmicas cotidianamente. A rua se comporta de forma plural mesmo em seus usos:

As funcionalidades existem, mas não são exclusivas. A rua, talvez, seja o único lugar onde o ócio, a simples observação, a ação inespecífica se confundem com um comportamento funcional sem que nenhum deles se veja obrigado a declarar sua intenção. Basta estar lá; isso é uma imediata legitimidade (GOMES, 2012, p. 27).

Assim, ainda que haja intensidade em uso, a rua permite também abertura para as mais diversas escolhas e se torna funcional para os mais diversos públicos. Neste caso, a rua Simeão Ribeiro propicia a facilidade de circulação e aglomerado comercial, o que se faz notar em encontros rápidos, na maioria das vezes, e dinâmicas diurnas nas compras.

Figura 27: Ambulante, pedestres e comerciantes dividem a utilização do espaço público.



Fonte: ASSIS, 2019.

Figura 28: Pedestres e comerciantes dividem a utilização do espaço público.



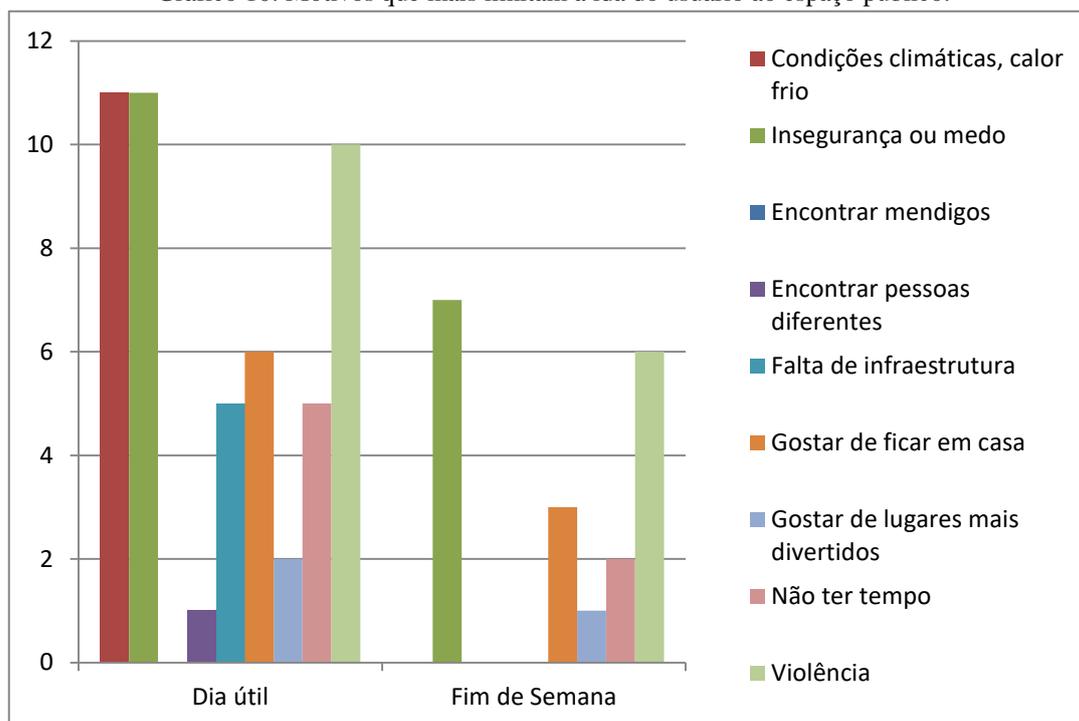
Fonte: ASSIS, 2019.

Também como complemento aos resultados do gráfico anterior, os usuários foram questionados com relação aos pontos limitantes que os impedem de frequentar mais este espaço público e, no total, 47% das respostas correlacionam insegurança e violência (gráfico 10), seguido das condições climáticas.

Como trazido anteriormente no capítulo anterior, os dados da SIDS de 2019 refutam sobre as questões de insegurança e violência na cidade de Montes Claros. Ao contrário, o percentual de diminuição se apresenta alto e constante desde o ano de 2017.

As questões climáticas são apontadas pelos usuários como limitadores da alta frequência no Quarteirão do Povo. É possível traçar relação desse resultado com os poucos mobiliários distribuídos no percurso da rua e árvores que oferecem pouco sombreamento para estadia naquele lugar (figura 27 e 28).

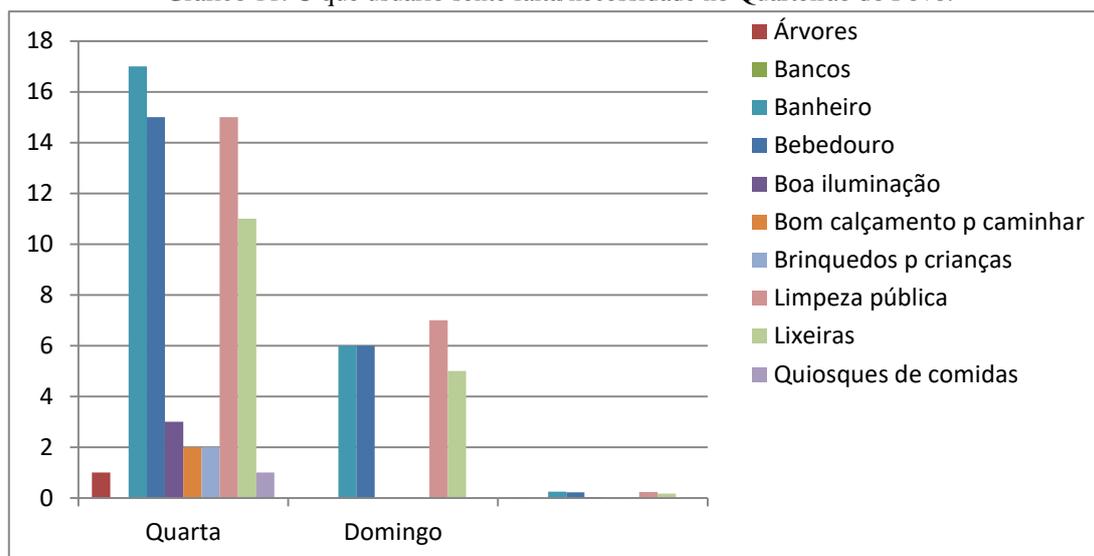
Gráfico 10: Motivos que mais limitam a ida do usuário ao espaço público.



Fonte: ASSIS, 2020.

Os usuários também revelaram seus anseios para melhorias da qualidade na experiência naquele espaço (gráfico 10) e, recorrente, ressaltaram a necessidade de banheiros e bebedouros no local, além da limpeza pública necessária que não é percebida por eles.

Gráfico 11: O que usuário sente falta/necessidade no Quarteirão do Povo.



Fonte: ASSIS, 2020.

O contato das pessoas com a escala da rua (a rua Simeão Ribeiro, especificamente) faz perceber que elas não entendem ou absorvem aquele lugar como um espaço público totalmente para o lazer, diversão ou encontro, mas como um facilitador de acessos numa região central, embora Carlos (2007, p. 34) afirme que “o espaço é o lugar do encontro e o produto do próprio encontro e a cidade ganha teatralidade e não existe dissociada da sociedade que lhe dá conteúdo”. Quem modifica e dá conteúdo ao espaço, sendo ele qualquer das escalas estudadas nesta pesquisa, é a sociedade que se apropria. Sendo assim, o espaço é lido pela maneira como as pessoas se conectam a ele.

A relação que o usuário estabelece nessa escala suscita a imagem do trabalho, do cotidiano, da agitação corriqueira na região central; não do descanso, tranquilidade e sossego que outros lugares podem oferecer. Por assim ser, a conexão que estabelecem entre a escala da rua e a presença quase diária naquele cenário, a circulação que é trajeto para o serviço ou para algum outro lugar no centro, a associação ao trabalho que se estabelece no percurso do Quarteirão, a sensação de insegurança e a necessidade de mais infraestrutura para aquele local, esses pontos e os demais pontos apresentados nos formulários, listam-se inconscientemente o imaginário coletivo desses usuários e impendem que eles vejam aquele espaço como descanso, lazer, passeio e tranquilidade.

As pessoas associam esta escala da rua à cena cotidiana do trabalho e da agitação urbana; elas estabelecem pouca relação com o local por que, também, o local não oferece estrutura para recebê-las. Ao contrário de ligação, o que se apresenta é a sensação de obrigação diária e recorrente do cumprimento de tarefas, não de desafogamento da rotina massante de

uma cidade média. A rua que privilegiou o trânsito de pessoas, automatizou a vitalidade no contexto de se fazer trabalho, não de promover descanso.

### 3.2 PRAÇA DR. CHAVES (PRAÇA DA MATRIZ)

#### 3.2.1 Histórico e localização

A cidade se formou, de acordo com Reis (2013), no entorno da fazenda Montes Claros e da capela construída por José Lopes de Carvalho – hoje a Igreja de Nossa Senhora da Conceição e São José (Igreja Matriz – figura 29), e possuía um largo em sua frente, onde é a atual Praça Dr. Chaves (conhecida como Praça da Matriz).

Figura 29: Largo da Matriz (1911).



Fonte: Divisão de Pesquisa e Documentação Regional – Unimontes (REIS, 2013)

A praça estava localizada no centro da cidade, no lugar onde o comércio formou sua organização e as instituições se instalaram. Assim, o marco inicial do povoado suscitou o crescimento da região central de Montes Claros a sua volta, proporcionando um lugar privilegiado pelo valor imobiliário de seus terrenos.

A Igreja Matriz foi demolida e reconstruída em 1845 (figura 29), quando o Padre Chaves tomava conta das atividades eclesiais, para ampliar sua dimensão e comportar

mais fiéis. Esse fato trouxe notoriedade à arquitetura da igreja e começou a direcionar eventos religiosos em seus arredores.

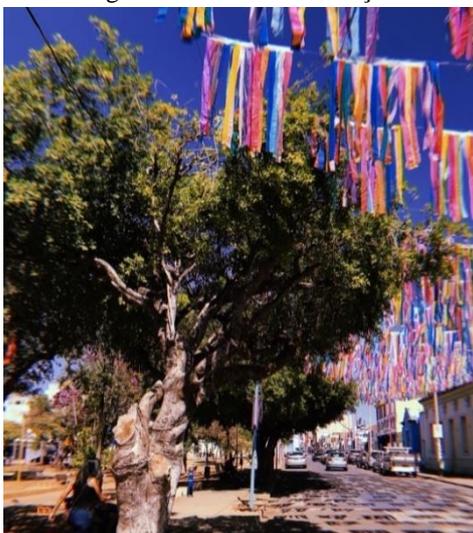
Figura 30: Imagem da Praça da Matriz – 2020



Fonte: ASSIS, 2020.

A praça (figura 30) está localizada (mapa 5) no cenário das festividades montesclarenses (figura 31 e 32), também no centro, próxima à Rua Simeão Ribeiro e outros espaços públicos centrais, podendo se perceber que há um acontecimento diferente da dinâmica socioespacial nesses lugares apesar da proximidade entre eles.

Figura 31: As fitas representativas das Festas de Agosto no entorno da Praça.



Fonte: ASSIS, 2019.

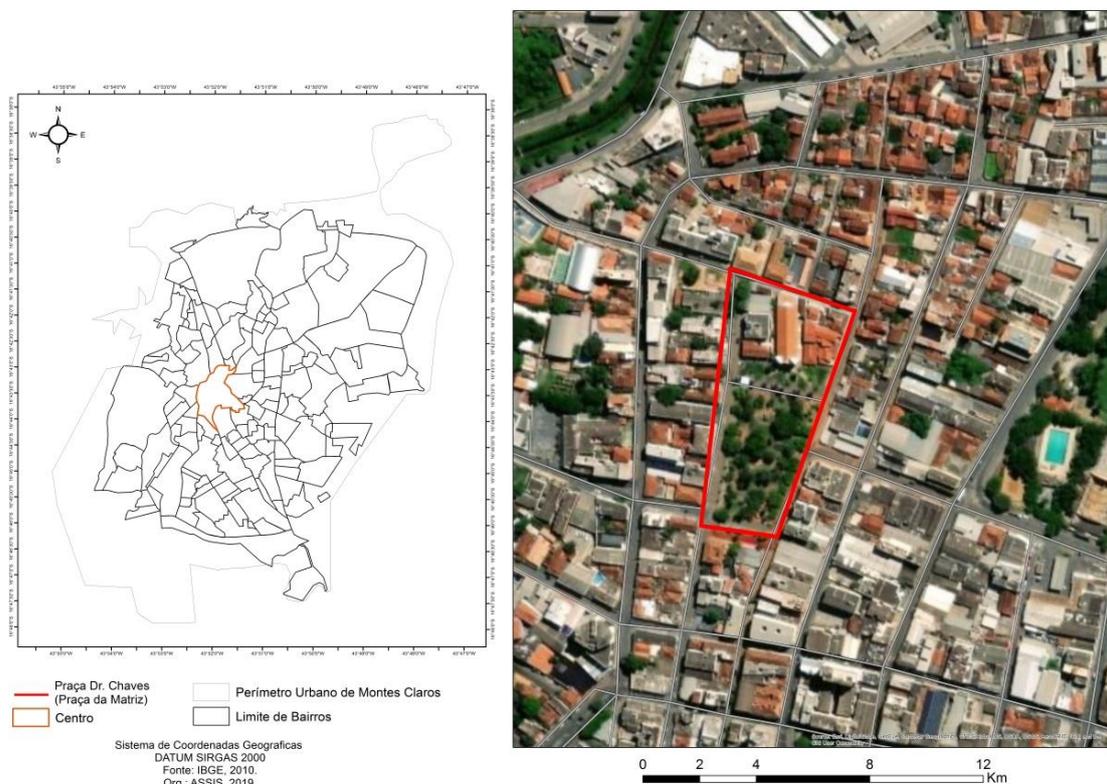
Figura 32: Vista da Praça Dr. Chaves recebendo shows regionais nas Festas de Agosto.



Fonte: ASSIS, 2019.

Esse espaço possui lugar na memória dos cidadãos montes-clarenses; a praça é palco para celebrações religiosas e culturais da cidade, como as Festas de Agosto e a Festa do Pequi, a fim de preservar e difundir as tradições folclóricas da região. A praça, de acordo com Casé (2000, p. 56) citado por Gomes (2007), “é síntese da cultura urbana de uma comunidade e se constitui num legado pleno de ensinamentos. Logo, exerce a insubstituível função de aglutinadora do encontro e da convivência”.

Mapa 5: Mapa de localização Praça Dr. Chaves (Praça da Matriz)

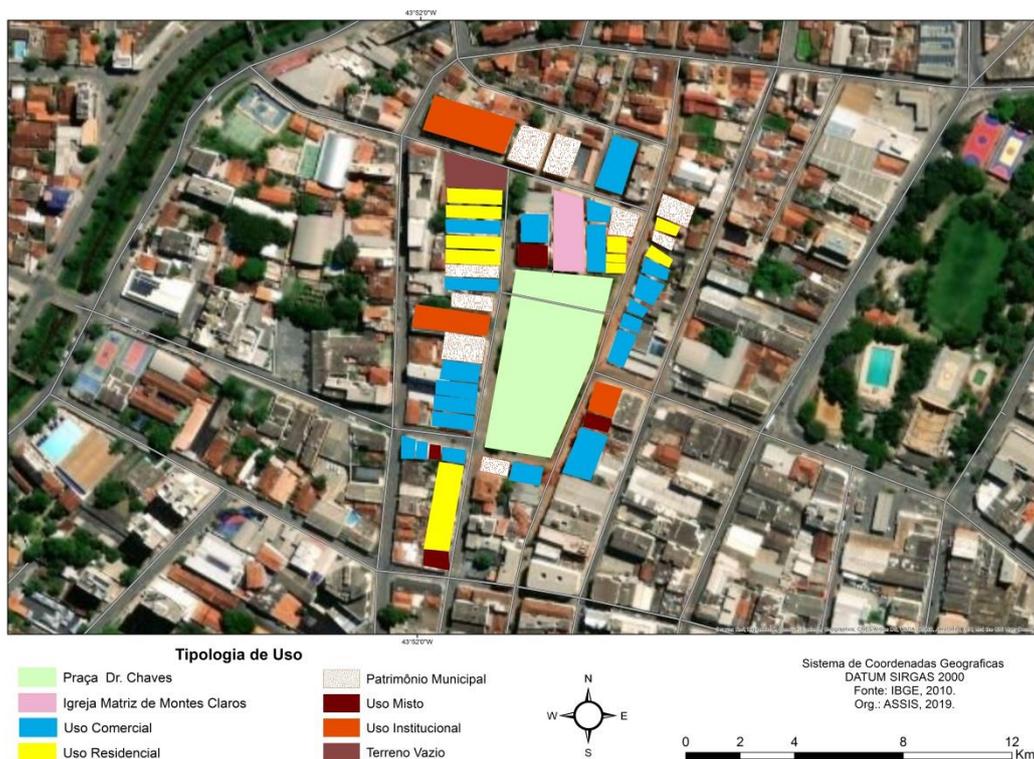


A Praça da Matriz, faz conexão com equipamentos institucionais em seu entorno e recebe também alguns pontos do comércio central. A proximidade com a Rua Simeão Ribeiro provoca, de certa forma, conexão entre os dois espaços públicos dando continuidade de um no outro – apesar de provocarem apropriações diferentes e possuírem dinâmicas socioespaciais próprias.

### 3.2.2 Diagnóstico do contexto e análise dos dados

A dinâmica da praça se dá, de forma geral, no impulso de encontro entre pessoas. Esta análise apresenta os caminhos de uso e apropriação que se mostram na Praça da Matriz e como acontecem as relação entre o comportamento do usuário, o contexto do entorno (mapa 6) e as ligações culturais.

Mapa 6: Tipologias de uso e ocupação do entorno da Praça da Matriz.



Se tratando de um lugar cercado por equipamentos institucionais (cultura e patrimônio) e comercial, prevê-se que haja, ocasionalmente, a busca por esse espaço promovido por seu entorno, inclusive pela própria Igreja Matriz. Sobre isso, Azevedo (2013) afirma que:

A apropriação se dá pela reprodução da vida cotidiana, pelo uso do espaço urbano para realização de atividades que permitem o sentimento de identidade com aquele lugar, favorecendo a reprodução do espaço como valor de uso. Com a apropriação do espaço, a vida cotidiana que se desenvolve em praças e parques da cidade favorece laços de identidade e pertencimento dos usuários com os espaços públicos. (AZEVEDO, 2013, p. 30)

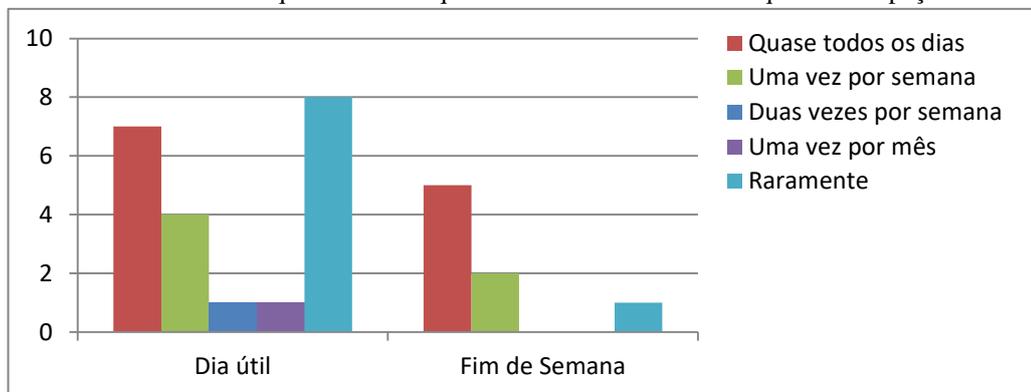
Dessa forma, os equipamentos que circundam a praça são fortes indícios da relação de identidade do povo com o lugar, além de serem evidentes as festividades culturais que fortalecem o laço de memória e intuito de fortalecimento coletivo do significado da Praça da Matriz para a cidade.

A praça é, sobretudo, o entendimento de que são:

espaços livres públicos, com função de convívio social, inseridos na malha urbana como elemento organizador da circulação e de amenização pública, com área equivalente à da quadra, geralmente contendo expressiva cobertura vegetal, mobiliário lúdico, canteiros e bancos. (MENDONÇA, 2007,p.125)

Assim, como espaços livres, possui também usos diversos e impressões muitas de seus usuários sobre aqueles espaço que apropriam. Dessa forma, a praça tem seu movimento de maior intensidade durante a manhã (38%) e tarde (41%) acontecendo quase todos os dias (gráfico 12). Diferente da escala da rua, a praça disputa entre usuários de alta frequência (40%) e baixa frequência (30%).

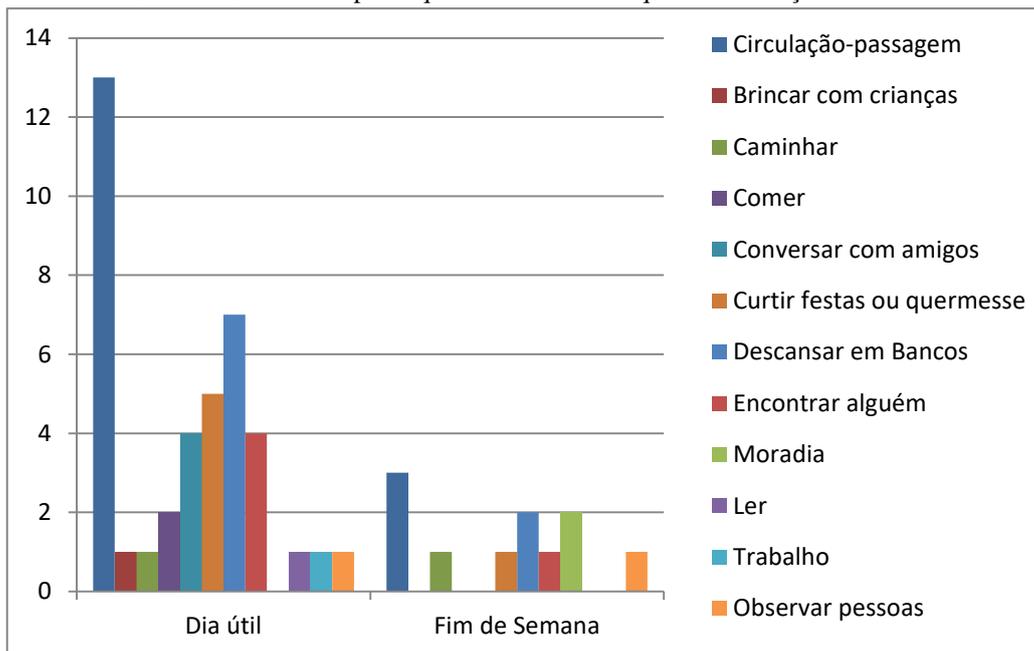
Gráfico 12: Frequência com a qual os usuários costumam frequentar o espaço.



Fonte: ASSIS, 2020.

Em seu cotidiano, recebe, em maior parte, transeuntes de passagem para o comércio ou para algum edifício nas proximidades. É possível notar (gráfico 13) que o intenso número de edifícios comerciais impulsiona o uso da praça mesmo que para circulação (36%), mas também ocasiona o encontro (20%) e a busca pelo espaço em eventos, festas, shows, firmando-se como espaço de cultura e folclore na cidade.

Gráfico 13: Motivos pelos quais os usuários frequentam a Praça da Matriz.



Fonte: ASSIS, 2020.

Fomentada pelo poder público local, as festividades costumam atrair um número de pessoas que permite ocupar parte das ruas e da praça para os eventos que ressaltam os traços regionalistas da cultura, dança e música da cidade (Figura 33). A praça, por assim ser, “adquire valor funcional e político-social, e também o máximo de valor simbólico e artístico. É a praça o elemento básico da energia e criatividade do desenho urbano e da arquitetura” (LAMAS, 2000, p. 176).

Dessa maneira, a Praça da Matriz firma-se como marco da cidade desde os primórdios de Montes Claros, mantendo suas atividades de aglomeração e atratividade ao encontro e lazer. O espaço expressa o contraste de seus usos: ora ressaltando as festividades locais como ode à cultura e religiosidade, ora apresentando-se como reflexo de desigualdade social acolhendo pessoas em situação de rua – estas que seguem sendo negligenciadas pelo poder público.

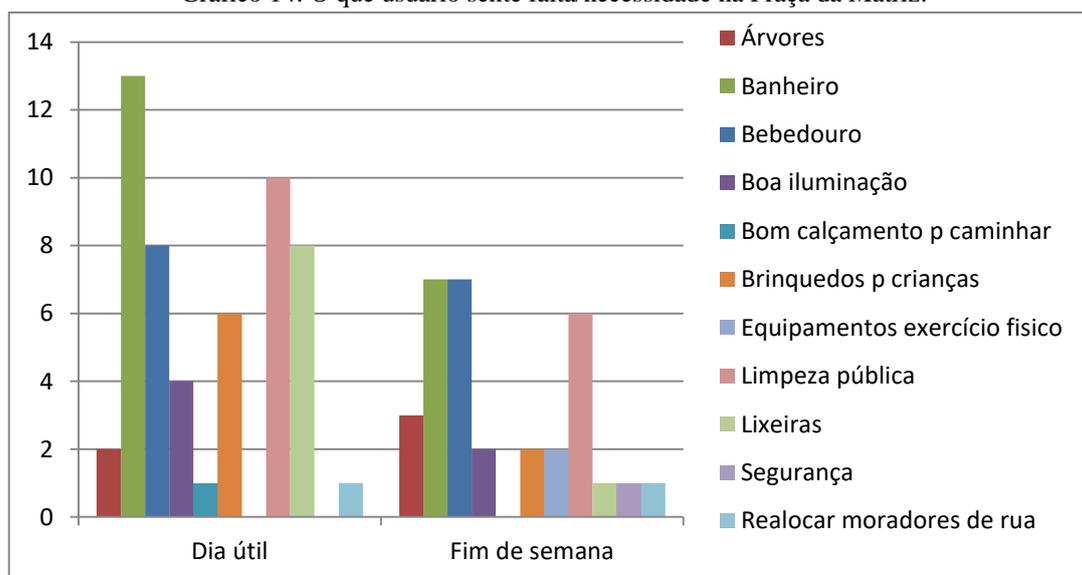
Figura 33: Apresentação da Outra Banda da Lua – grupo musical regional que se apresentou nas Festas de Agosto em 2019.



Fonte: Jonathas Vieira Antunes, 2019.

As respostas dos formulários pontuaram (gráfico 14) tópicos necessários a melhoria da experiência das pessoas na praça, sendo recorrente (também nesta escala) o anseio por banheiros, bebedouros e por limpeza pública – dentre outros.

Gráfico 14: O que usuário sente falta/necessidade na Praça da Matriz.

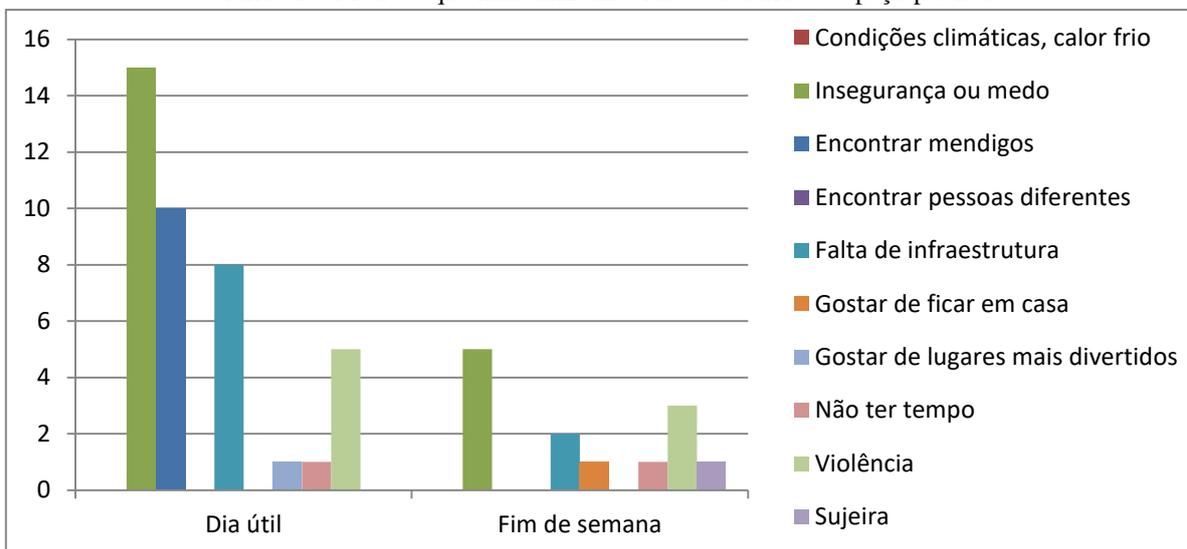


Fonte: ASSIS, 2020.

Além dessas questões, na Praça da Matriz apresenta-se uma problemática na qual as pessoas em situação de rua se firmam nas delimitações daquele espaço como forma de estadia

duradoura. Ou seja, muitos moram na praça, no coreto, fazem cabanas entre os mobiliários e as árvores e se estabelecem no local. Os olhares da sociedade leem (gráfico 15) a cena como o enredo de um lugar inseguro por existir uma quantidade de pessoas vivendo hoje na praça.

Gráfico 15: Motivos que mais limitam a ida do usuário ao espaço público.



Fonte: ASSIS, 2020.

Em conversa informal com alguns moradores de rua do local, foi possível perceber o anseio por uma medida de amparo por parte da prefeitura, almejando a oferta de um abrigo temporário nas proximidades, mas o que de fato acontece, como relataram, é o descaso com as pessoas e, por conseguinte, também com o espaço que eles estão (figura 34).

De um lado, a problemática situação das pessoas que se sentem inseguras pela presença dos moradores de rua; do outro, o retrato das desigualdades sob a nuvem do capitalismo que torna-se ainda mais evidente (e frequente) a segregação na cidade média.

Porém, como afirma Azevedo (2013), esses fatos tornam evidentes as insuficientes políticas públicas de inclusão social nas cidades e alerta para uma questão: se o espaço público mescla diversidade de pessoas e atividades, por que estas são vistas de uma óptica preconceituosa?

Figura 34: Lugar de estadia de pessoas em situação de rua na Praça da Matriz.



Fonte: ASSIS, 2020.

O que se entende deste diagnóstico é a clara contradição do espaço no contexto urbano; a controversa situação de uma praça que se estabelece como holofote das comemorações culturais e religiosas, mas a real situação de uma cultura que atribui insegurança a quem não tem teto, de um poder público que não encontra saídas para um problema, mas que o ignora no coração da cidade.

A Praça da Matriz ilustra o espaço do encontro, da festividade, da tranquilidade e do lazer, mesmo que em meio ao cotidiano acelerado da centralidade de Montes Claros. Apresenta-se intensa durante a semana e pouco procurada nos horários não-comerciais, denunciando a sensação de medo por parte da sociedade e verificando a situação da falta de manutenção por parte da prefeitura.

### 3.3 PARQUE MUNICIPAL

#### 3.3.1 Histórico e localização

O Parque Municipal tem data sua criação em 1969, sendo o primeiro parque na cidade de Montes Claros. Conforme Borges (2007), o local, doação do Deputado Milton Prates, situava antes uma fazenda com grande extensão vegetal de espécies nativas de grande porte e uma pequena lagoa em seu centro conhecida por Lagoa dos Patos (figura 35 e 36).

O Parque Municipal Milton Prates é tido como um dos primeiros parques abertos aos cidadãos na cidade de Montes Claros que, em outros tempos, movimentava seu uso vinculado ao Zoológico Municipal existente em sua vizinhança – este último encontra-se desativado desde 2017, mas o parque se mantém aberto às atividades.

Figura 35: Imagem da Lagoa dos Patos no Parque Municipal.



Fonte: Fábio Maçal (2007).

Figura 36: Cena do Parque Municipal Milton Prates.



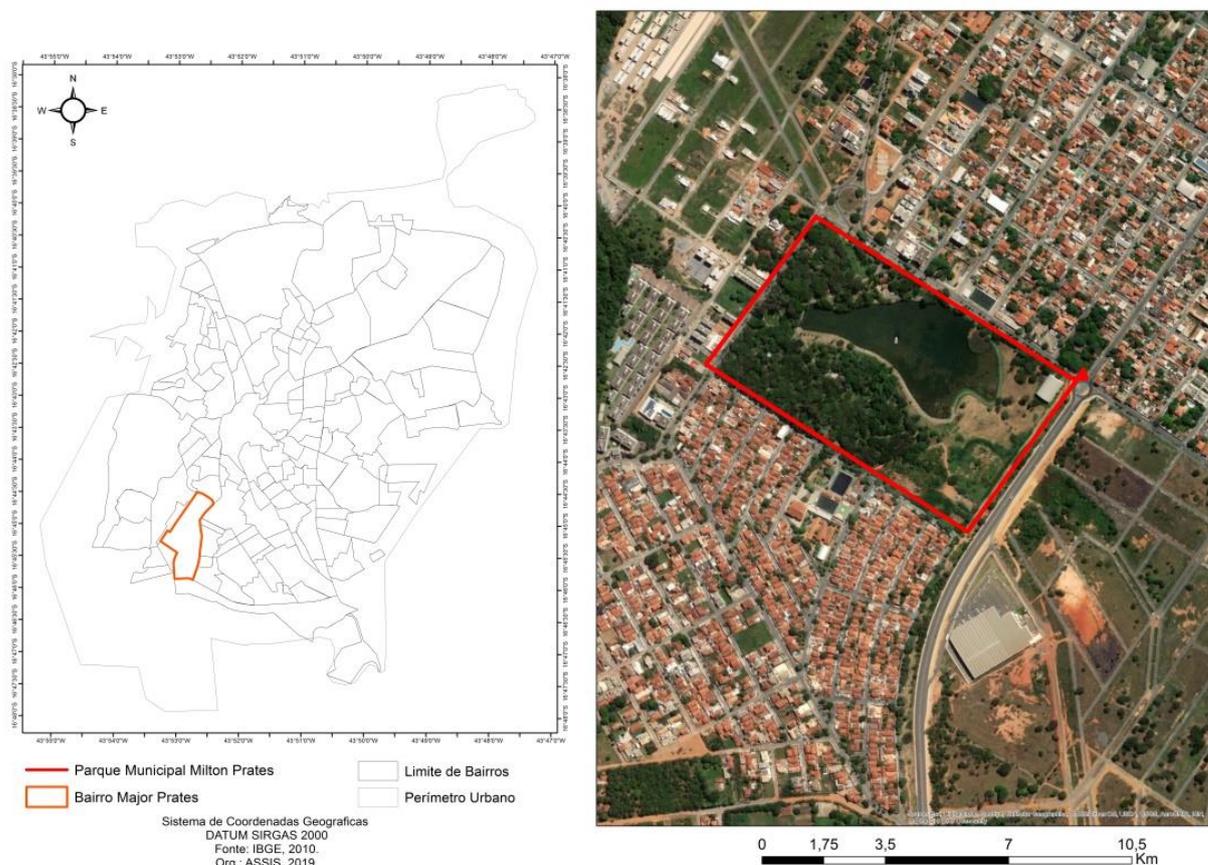
Fonte: Fábio Maçal (2007).

Esta escala do espaço público permite maior contato com a natureza, dada a expressiva densidade de vegetação, e provoca usos ligados ao esporte e lazer, na maior parte das vezes.

O Parque foi pensado para essa região da cidade, como afirma Borges (2007), por que objetivava-se um novo eixo de crescimento para Montes Claros e este equipamento urbano acabou por promover essa ideia ao longo dos anos, consolidando-se na memória coletiva que associa, na maior parte das vezes, o Parque Municipal como o principal parque da cidade.

A localização (mapa 07) do parque permite mensurar sua importância não só para o bairro, mas para a cidade, provocando benefícios de conforto térmico urbano pela lagoa que possui e pela intensa área verde em seu percurso.

Mapa 07: Mapa de localização do Parque Municipal Milton Prates.



O parque (figura 37 e 38) não apresenta mudanças drásticas desde seu início, mas foi acrescentado mobiliários urbanos para conforto do usuário, além de, recentemente, ter sido construída uma pista de *cooper* ao redor da lagoa, o que propiciou novas buscas pelo local através dos moradores da região e de outros dos bairros mais distantes também.

A reprodução das relações sociais na escala do parque torna explícito ao espaço a apropriação que as pessoas estabelecem com ele, evidenciando a maneira como o usuário dá significado a identidade e ao sentimento de pertencimento que estabelece nessa relação. O parque estimula o encontro programado e figura a cena do passeio ou do encontro conectando-os aos elementos à natureza que encena esse lugar.

Figura 37: Cena do Parque em pleno funcionamento em dia útil.



Fonte: ASSIS, 2019.

Figura 38: Pista de *cooper* ao redor da lagoa.



Fonte: ASSIS, 2019.

### 3.3.2 Diagnóstico do contexto e análise dos dados

O parque apresenta sua dinâmica pautada nas ligações com o esporte, lazer, encontro e contato com a natureza, assim, a busca pelos seus frequentadores delinea seus dias e horários de maior uso e, por consequência, de maior sociabilidade e troca entre os usuários.

A análise de tipologias de uso e ocupação no entorno do parque apresenta maior uso residencial nas imediações do local, mas isso não restringe o uso apenas às pessoas que moram próximas a ele. Frequentadores de outros bairros se deslocam até o parque para suas atividades de lazer e encontro, percebendo essa prática como costumeira no parecer dos entrevistados.

Mapa 08: Tipologias de uso e ocupação do entorno do Parque Municipal



O parque também pode ser tido como um adorno estético na região e um impulsionador imobiliário para a venda de casas e apartamentos em sua redondeza. Serpa (2005) aponta os parques como propulsores da valorização imobiliária e sobre como também causam a substituição da população nessas áreas que recebem determinada requalificação:

porque os parques públicos sempre representam e expressam valores éticos e estéticos, que ultrapassam largamente seus limites espaciais. Qualquer que seja a época, esses valores estão sempre presentes no discurso oficial e nas políticas públicas aplicadas às cidades: higienismo, pacifismo, beleza estética. (SERPA, 2005, p. 113)

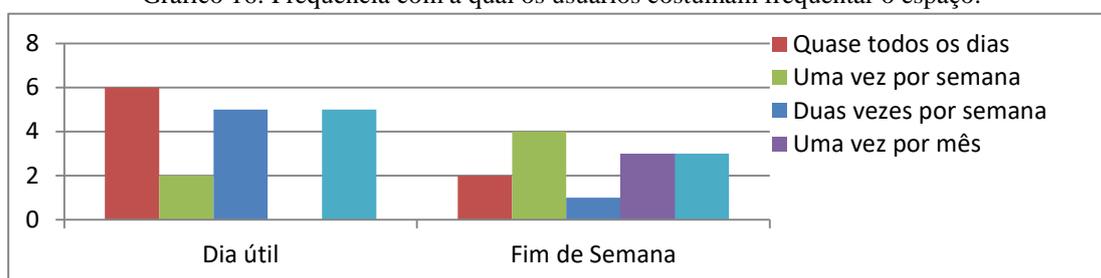
Assim, entende-se como limitado e limitante o acesso e a apropriação nesses espaços, mesmo que haja certo incentivo público ao uso e facilitadores para o deslocamento até o local, é possível notar que, em seus arredores, predomina bairros de classes mais abastadas. Ainda para Serpa (2005):

as chances de acesso das classes populares aos novos parques públicos dependem sobretudo da oferta e da qualidade dos transportes públicos e da distância a

percorrer, em um contexto de numerosos bairros periféricos, mal servidos pelo sistema de trens e ônibus urbanos. (p. 119)

O Parque Municipal aponta, pelas respostas obtidas de seus frequentadores, que há grande procura oscilante entre a alta e média intensidade (gráfico 16). Durante a tarde (39%) e, principalmente, pela manhã (45%) é possível notar como sendo períodos expoentes de uso deste espaço, já o período noturno destaca pouco acesso ao local (16%) e se conecta, também nessa escala, à sensação de insegurança; este período do dia reduz a intensidade de pessoas no percurso do parque – este ponto será tratado no gráfico 19.

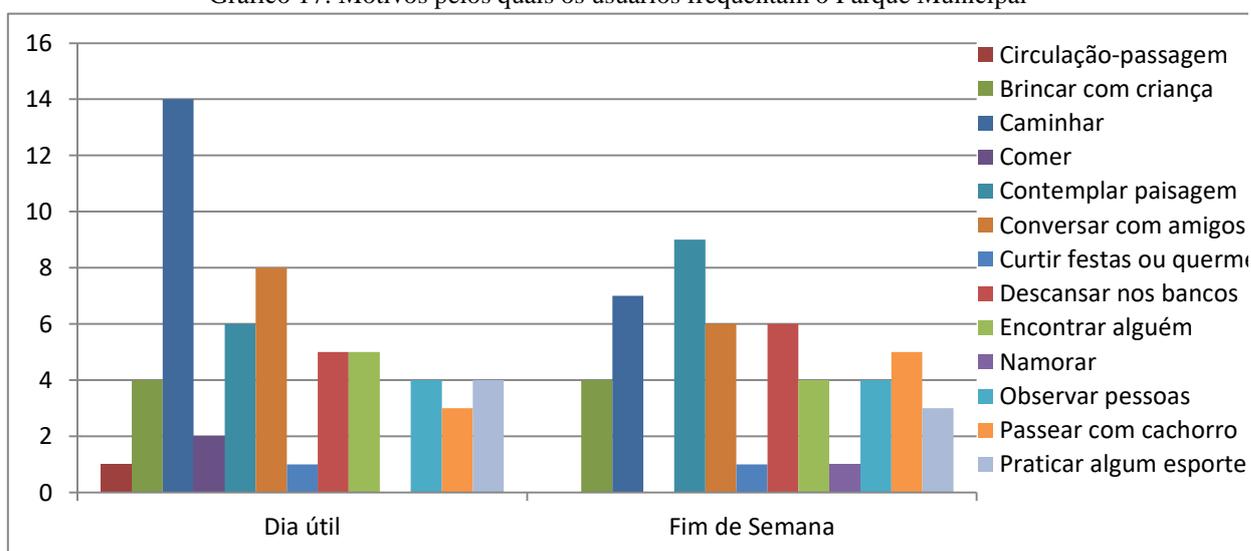
Gráfico 16: Frequência com a qual os usuários costumam frequentar o espaço.



Fonte: ASSIS, 2020.

São diversos os motivos que provocam a atração (gráfico 17) da sociedade a lugares como o parque, apontando nesta pesquisa alguns destaques relacionados a atividade física, sendo 20% das respostas afirmativas para a caminhada na pista de *cooper* dentro do espaço, ainda elencando contemplação da paisagem, conversa entre amigos e descanso nos bancos como possíveis atividades desenvolvidas também no período de contato com o lugar.

Gráfico 17: Motivos pelos quais os usuários frequentam o Parque Municipal



Fonte: ASSIS, 2020.

Apesar do aumento no número de parques na cidade de Montes Claros pela atual gestão (prefeito Humberto Souto), ainda existe preferência pelo Parque Municipal (figura 39). Enquanto respondiam ao formulário, algumas pessoas relataram perceber outros parques na cidade e os associaram como “lugares para ricos”, denotando uma impressão sobre determinado grupo frequente nesses parques novos.

Figura 39: Pessoas em momento de lazer no Parque Municipal.

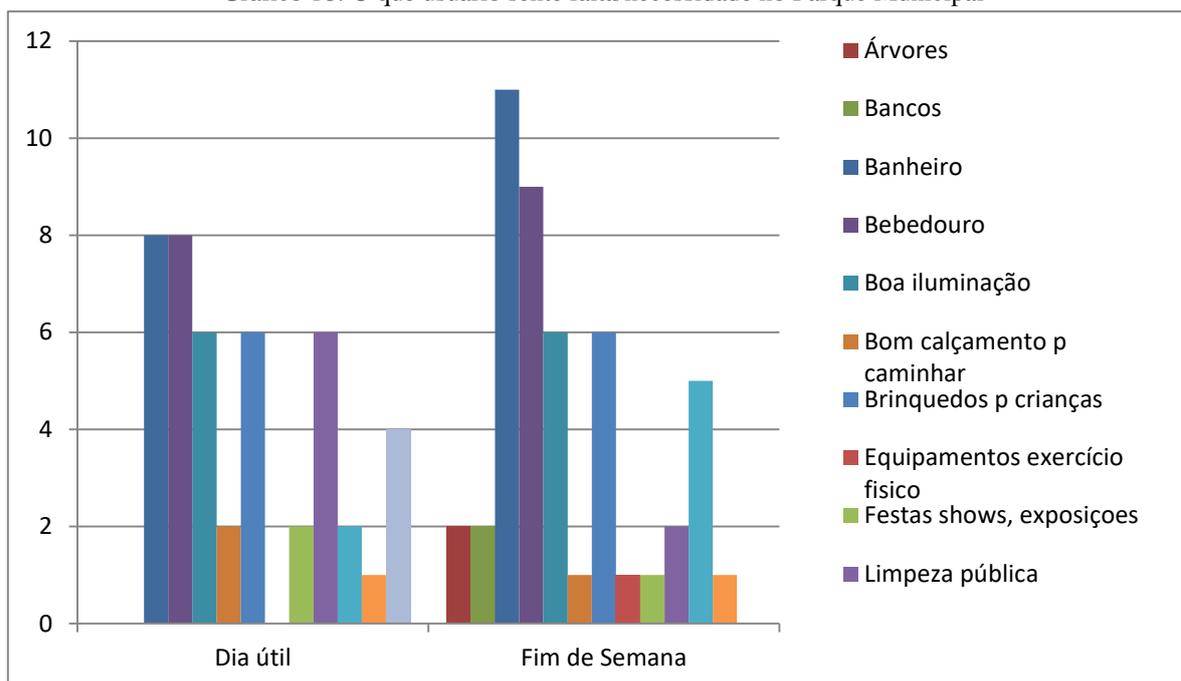


Fonte: ASSIS, 2020.

É ainda recente o aumento desses espaços na cidade, o que pode causar um ruído na adaptação ainda tímida das demais opções de espaços públicos. O que acontece como positivo é a necessidade deles aparecerem de forma crescente numa cidade média que, nesse patamar, carece de uma cidade permeável e penetrável; de pessoas nas ruas e apropriando-se dos espaços.

Além disso, apontou-se (gráfico 18) como necessário o acréscimo de banheiros, bebedouros, brinquedos para crianças e boa iluminação dentro do parque. Apesar da existência de alguns banheiros e lugares para beber água, os pesquisados não sentem que estes suprem de forma suficiente a demanda em número e qualidade.

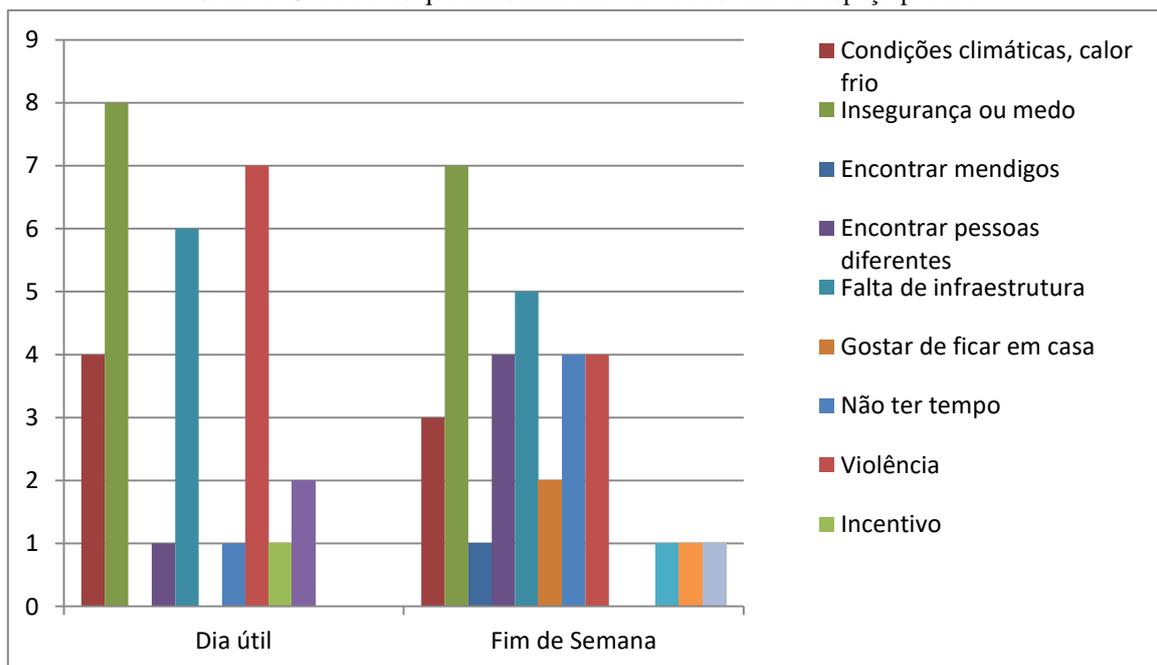
Gráfico 18: O que usuário sente falta/necessidade no Parque Municipal



Fonte: ASSIS, 2020.

Por possuir menor uso e apropriação durante a noite, os usuários acreditam ser um limitante na frequência do parque neste período, pois se sentem inseguro (gráfico 19) e acreditam na necessidade de uma infraestrutura melhor e mais adequada ao espaço, principalmente com boa iluminação quando anoitece.

Gráfico 19: Motivos que mais limitam a ida do usuário ao espaço público.



Fonte: ASSIS, 2020.

A dinâmica do Parque Municipal se desenvolve não só pelos moradores de seu entorno, mas por pessoas de diversos bairros que frequentam o local. A prefeitura dispõe, aos domingos, de alguns transportes gratuitos que levam até o parque, fazendo com que haja conexão de vários grupos, fomentando a pluralidade de uso, a democracia nos espaços e a promoção de sociabilidade na cidade (figuras 40 e 41).

Figura 40: Grupo de pessoas a procura de um lugar para fazer piquenique



Fonte: ASSIS, 2019.

Figura 41: Pessoas fazendo caminhada no Parque Municipal



Fonte: ASSIS, 2019.

O Parque cumpre com o papel de oferecer campo à prática social, porém necessita, como qualquer espaço na cidade, de manutenção e atenção do poder público para que se torne constante o acesso adequado das pessoas aos espaços públicos na cidade, objetivando apropriar-se com qualidade e infraestrutura cabível para receber diferentes tipos de usuários. Nesta escala, as pessoas se relacionam com o lugar associando-o ao descanso e ao lazer, ao encontro com amigos e com família, ao momento da caminhada e à contemplação da natureza.

### 3.4 ANÁLISE GERAL DOS ESPAÇOS PÚBLICOS URBANOS EM MONTES CLAROS (MG): A VISÃO DO USUÁRIO FRENTE À REALIDADE.

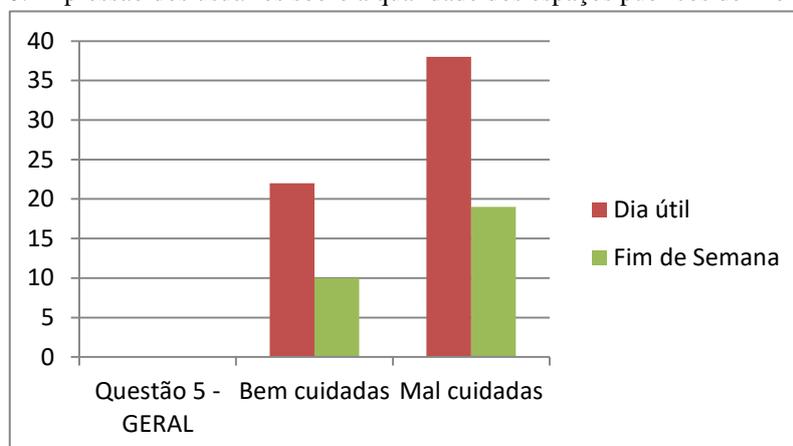
Faz-se necessária a apresentação dos dados obtidos a fim de entender, no volume geral das respostas, sobre o parecer do usuário frente as questões relativas aos espaços públicos da cidade de Montes Claros nas escalas já mencionadas neste estudo.

Dessa forma, o que se aponta são diferentes tipos de apropriação e uso dos espaços em cada uma das escalas estudadas. Seja na rua, na praça ou no parque, a relação que se estabelece na dinâmica socioespacial toma formatos que se adequam à realidade do contexto cotidiano e às maneiras como o usuário percebe aquele lugar.

Mas, ainda que as escalas tenham sido estudadas separadamente, há que se apresentar dados gerais do estudo de campo para que fiquem claras algumas indagações e problemáticas que dizem respeito à temática desta pesquisa. A expectativa que se projeta é de que esses dados possam servir de auxílio ao poder público para que norteiem alguns direcionamentos de mudança para melhoria dos espaços na cidade de Montes Claros (MG).

Os resultados obtidos comprovam frequência de média a alta das pessoas nos espaços públicos por diversos atrativos que foram tratados singularmente em cada escala. O que se apresenta é que apenas 23% dos usuários assinalam que a ida a esses lugares acontece “raramente”, e os outros 67% oscilam entre quase diariamente, uma ou duas vezes por semana, e uma vez por mês. Isso implica dizer que, em maior ou menor intensidade, de certa forma, todos os usuários frequentam os espaços públicos e, por assim ser, os percebem como mal cuidados (gráfico 20).

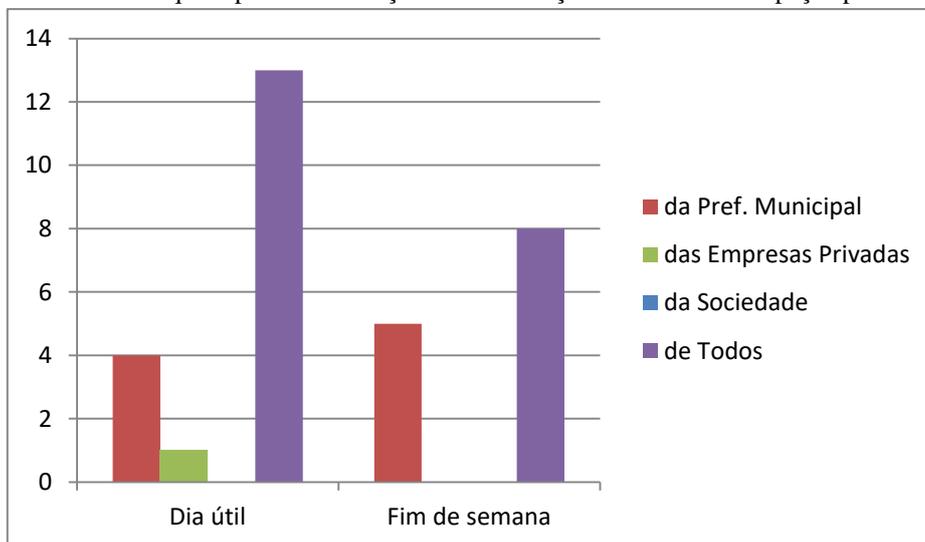
Gráfico 20: Impressão dos usuários sobre a qualidade dos espaços públicos de Montes Claros.



Fonte: ASSIS, 2020.

Assim, mesmo que 63% dos usuários relatem perceber que os espaços estão mal cuidados na cidade de Montes Claros (MG), a controvérsia se apresenta quando o próprio usuário declara que é função de todos (68%) a manutenção desses mesmo espaços (gráfico 21). Azevedo (2013, p. 117) afirma que “a constatação de espaços públicos mal cuidados ocorre na maioria das cidades brasileiras (...), isso demonstra que praças e parques urbanos não fazem parte das prioridades dos que planejam e administram a cidade”. Por assim ser, os espaços são pouco vistos nos direcionamentos da gestão urbana, o que acarreta numa cidade que ignora ou pouco impulsiona a prática social na esfera pública.

Gráfico 21: A quem pertence a função da manutenção e cuidado dos espaços públicos



Fonte: ASSIS, 2020.

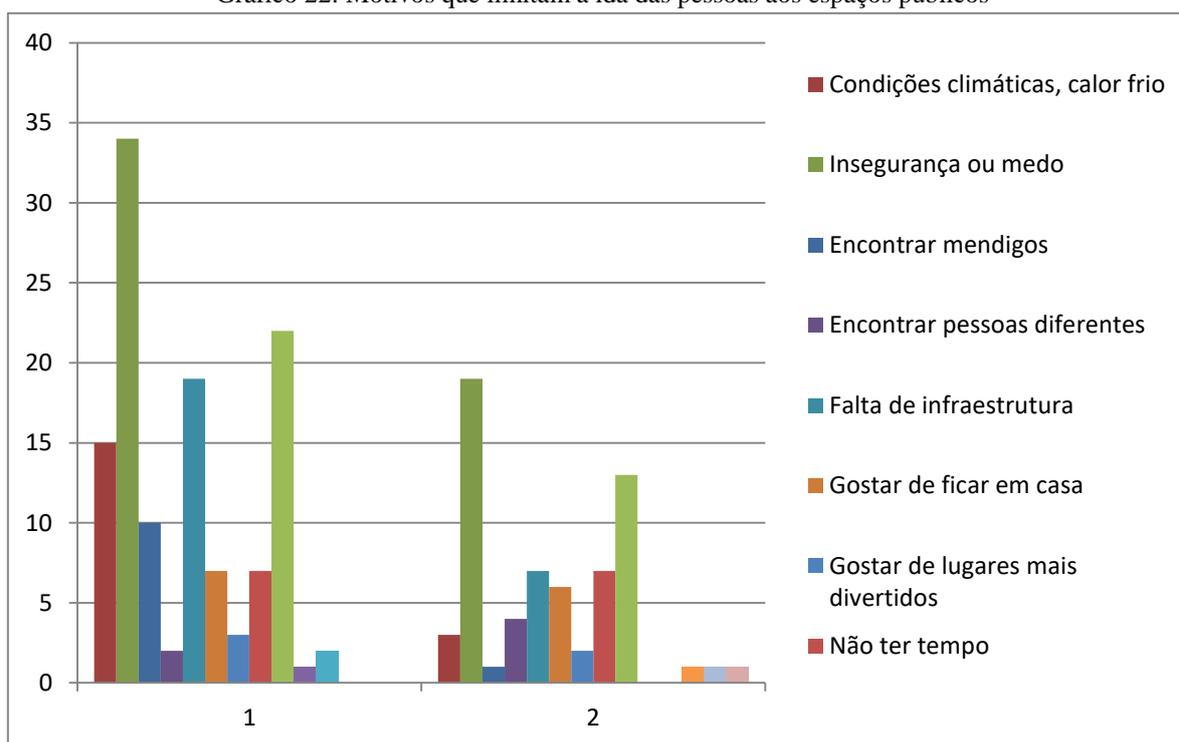
Se a função do cuidado e manutenção se percebe como atribuição de todos (sociedade, poder público, empresas privadas), logo, há que se pensar também na função dos próprios entrevistados frente aos cuidados que praticam nos espaços públicos que utilizam. Contudo, como afirma Azevedo (2013), é fundamental a importância do Estado na manutenção dos espaços públicos na cidade, assim também as formas de garantir sua apropriação pelas pessoas. A participação popular é sim intrínseca ao processo de concepção e de entendimento dos anseios populares para com os espaços na cidade, mas é dever do poder público o manutenção das estruturas físicas desses lugares.

A manutenção física e as estratégias de atratividade devem se apresentar como função primordial do poder público e contar com auxílios outros da sociedade e da iniciativa privada, entendendo o espaço público como democrático, plural e benéfico a todos. É de livre apropriação de todos.

Se apropriar dos espaços públicos é superar o racionalismo imposto pelo poder hegemônico e criar nesses lugares relações socioespaciais significativas para a população, de modo que todos tenham as mesmas possibilidades uso desses espaços, sem discriminações ou favorecimentos de determinados grupos sociais (AZEVEDO, 2013, p. 126).

A percepção das pessoas sobre as ruas, praças e parques, denunciam alguns pontos negativos que as fazem evitar ou diminuir seus acessos a esses lugares. O gráfico x mostra que a insegurança e violência (28% e 19%, respectivamente) geram, na impressão coletiva, uma imagem da falta de olhares ou de proteção pública ao usuário que opta por frequentar determinado espaço. Assim, mesmo que seja o contrário da realidade, de acordo com a SIDS 2019, o usuário não percebe apontamentos para a segurança pública nos espaços da cidade e, sendo assim, limita sua busca pelas espaço livre e aberto, substituindo-o pelos lugares fechados e controlados.

Gráfico 22: Motivos que limitam a ida das pessoas aos espaços públicos



Fonte: ASSIS, 2020.

Esses resultados também suscitam a imagem das pessoas em situação de rua que parecem ilustrar a percepção de insegurança para o restante da população. Por meio de conversas informais, alguns moradores da Praça da Matriz relataram a isenção do poder público frente aos grupos sociais excluídos, denunciando a falta de um centro que abrigasse ou acolhesse pessoas nessa situação – haja vista que é responsabilidade, também, poder

público se preocupar com essas questões que evidenciam a desigualdade latente que se estabelece em cidades médias.

Esses limitantes da apropriação provocam, pela fala de Gomes (2005, p.256) o “emudecimento” dos espaços públicos, principalmente a insegurança e medo que acabam apontando um traço ainda mais sensível dessa problemática: “eles estão perdendo, por variados motivos, a capacidade de ser um veículo de comunicação social”. Dessa maneira, Azevedo (2013) acredita que a sensação de insegurança e uma gestão urbana ineficiente contribuem para a recusa das pessoas em escolherem os espaços públicos para seus passeios, encontros, lazer, etc.

Em análise geral, o usuário apresenta insatisfações com os espaços públicos na cidade, o que faz com que esses fatores afastem-nos da apropriação devida e necessária na cidade. As respostas apresentadas formulam um resumo de como a sociedade enxerga o espaço e, por consequência, como vê o poder público agindo sobre ele. Assim, esta pesquisa apresenta direcionamentos pertinentes à possíveis futuras intervenções de forma a balizar a visão e anseios da sociedade sobre melhorias na qualidade dos espaços públicos da cidade de Montes Claros.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os espaços públicos evidenciam as práticas sociais que se apresentam na cidade. Não somente elas, mas as transformações cotidianas, os jogos de interesse endossados pelo capital, a sociabilidade, democracia, pluralidade, apropriação e dominação. Esses são os tópicos que se inserem nesta pesquisa ao encontro do diagnóstico de três escalas do espaço público que podem ser notadas na cidade: a rua, a praça e o parque.

Tais espaços públicos são de fundamental importância ao exercício da cidadania e, ainda, à participação das pessoas na gestão urbana das cidades. Com o fomento do Estado, esse estreitamento da relação pessoa-espaço ganha força no ideário coletivo e provoca o interesse da sociedade, enquanto grupo, no processo de concepção de uma gestão urbana que visa a justiça social também nos espaços de uso coletivo e público.

Essa gestão urbana tem o poder de influenciar as práticas sociais e impulsionar a ocupação da cidade de Montes Claros a fim de minimizar o abandono e a diminuição dos usos de ruas, praças e parques em detrimento dos shoppings center e/ou lugares fechados/restritos/privados de lazer.

O que se nota no percurso desta pesquisa é que não se basta a entrega de uma tarefa, mas a participação dos seus usuários no processo de concepção. Ou seja, é de suma importância que os anseios das pessoas sejam ouvidos para que se possa intervir nos espaços públicos onde as falhas são sentidas por quem vive aquele lugar em seu cotidiano.

É possível observar que o usuário, de forma geral, sente que os espaços públicos em Montes Claros estão mal cuidados. Isso denuncia a fragilidade do poder público com o planejamento de uma cidade permeável de relações sociais. Esse fator somado a outros como insegurança, infraestrutura precária, escassez de mobiliários urbanos, dentre outros, provoca a recusa de uso desses locais na cidade. Por assim ser, as pessoas reavaliam a ideia de ir para um local de lazer privatizado ao invés do parque, ou da praça, ou da rua.

A escala da rua, que é representada neste estudo pelo Quarteirão do Povo, se manifesta no contexto de um centro de compras a céu aberto. Ela recebe a concentração de serviços no centro da cidade e apresenta um cenário de um cotidiano vivido por pessoas que, em maioria, trabalham em seu entorno e por compradores que usufruem das lojas em seu percurso. A dinâmica nessa escala está moldada nos rápidos encontros e descansos ligeiros do dia a dia. O usuário enxerga o espaço, predominantemente, como meio de circulação ou passagem, não

como lugar de estadia. Assim, o próprio espaço também fornece pouco ao usuário ofertando limitados mobiliários urbanos e pouca vegetação para sombrear aquela área.

A praça suscita as memórias culturais da cidade. Assim, a Praça da Matriz ilustra a memória coletiva como o palco das festividades culturais e religiosas da cidade de Montes Claros. O espaço, apesar de possuir importantes equipamentos em suas proximidades, como a Igreja Matriz, o Centro Cultural, o Museu Regional e edifícios tombados pelo patrimônio municipal, denota, pela visão dos respondentes, um espaço mal cuidado e inseguro. A problemática da praça se dá pela presença de pessoas em situação de rua que se instalam no local. Apesar de sua vitalidade diurna também impulsionada pelo comércio central da cidade, a Praça da Matriz tem pouca frequência na parte da noite.

O Parque Municipal, um dos mais conhecidos da cidade, oferece o lazer, descanso, contato com a natureza e oportunidade ao encontro como principais atividades em seu espaço. Observa-se uma relação usuário-espaço mais consolidada que nas outras duas escalas: as pessoas se sentem mais seguras e tecem usos diversos para encenar o encontro e as práticas esportivas no local. Apesar de menor busca no período noturno, é ainda possível notar que essa escala do espaço público se apresenta como plural em uso e em público, já que recebe pessoas dos mais diversos bairros da cidade para as mais diversas atividades - desde aniversários à caminhadas em volta da Lagoa.

O que se percebe, em linhas gerais, é que a democratização dos espaços públicos favorece a ligação das pessoas com a cidade. E como consequência, esse cenário influencia em uma realidade social menos conflituosa. Dessa maneira, diferentes tribos e grupos, classes sociais diferentes, pessoas de diversos credos e culturas compartilham, por meio do espaço que as recebem, o verdadeiro sentido da relação social de forma plural e democrática. A proximidade com o outro torna a empatia mais eficaz.

Assim, o dinamismo socioespacial das escalas do espaço trabalhadas nesta pesquisa mostram que a forma como o usuário vê e se relaciona com determinado lugar pode ser influenciada pela escala tratada, mas, mesmo assim, em todos os casos há que se pensar em uma gestão urbana de valorização, incentivo e manutenção constante daquilo que é público e plural nas cidades, como são os espaços públicos.

Dessa maneira, não é possível apontar uma escala que mais se destaca nesse dinamismo, pois cada escala analisada tece diferentes relações com seus grupos. Sendo assim, para diferentes dinâmicas: diferentes anseios. Mas é possível notar que estes espaços se destacam na imagem coletiva e manifestam certo senso de pertencimento em seus usuários.

Esta análise permite perceber as frágeis mãos do Estado nos espaços públicos de Montes Claros que ainda sustenta de forma frágil os direcionamentos de melhoria para as ruas, praças e parques na cidade – apesar de ter na atual gestão (Pref. Humberto Souto) um pouco mais do olhar voltado para as praças na cidade. Se o que o usuário vê não é o que a gestão apresenta, então há que se verificar onde está o choque dessa informações. Os respondentes deste estudo avaliam como insuficientes a infraestrutura dos espaços pesquisados, evidenciando também a insegurança e medo na imagem que eles têm dos espaços públicos, além da falta de itens para o conforto das pessoas que frequentam esses lugares.

Essa análise justifica a existência dos espaços públicos nas cidades médias para que sustentem a ideologia da prática social como forma de minimizar o abandono ou esvaziamento dos espaços na cidade. Além da essencial troca que é relação social entre um público plural.

A expectativa deste estudo evoca novas pesquisas sobre espaços públicos em cidades médias. Essas considerações estão sendo escritas em março de 2020. Apresenta-se em todo o mundo um vírus de grande abrangência, o COVID-19. Os números de contaminados e de mortos aumentam todos os dias. As políticas propõem o isolamento social para a contenção da contaminação em massa. Talvez este estudo sirva como análise comparativa do momento anterior a todo esse contexto crítico da contemporaneidade. A partir desse momento, os espaços terão de ser avaliados de novas formas, agora com uma insegurança e medo invisíveis de um vírus presente. Para os próximos estudos: novos desafios. Para nós: força.

## REFERÊNCIAS

ARENDDT, H. **Entre o passado e o futuro**. São Paulo: Perspectiva, 1972.

AZEVEDO, R. J. G. **O espaço público em cidades médias: análise da dinâmica socioespacial de praças e parques de Limeira - SP**. 2013. 279 f. Tese - (doutorado) - Universidade Estadual Paulista, Instituto de Geociências e Ciências Exatas, 2013. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11449/104301>>.

BORÉM, L. S. **O medo da violência como causador de transformações no espaço urbano: o caso de Montes Claros/MG**. 2017. 101f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Universidade Federal de Viçosa, Viçosa. 2017.

BORGES, L. **Qualidade da água do rio Vieira sob a influência da área urbana de Montes Claros MG**. 2007. 85p. Dissertação (Mestrado em Engenharia Civil). Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2007.

BORTOLO, C. A.; FRESCA, T. **O lago igapó: alguns elementos acerca da produção do espaço urbano da cidade de Londrina-PR**. Acta geográfica (UFRR), p. 161-176, 2010.

CALDEIRA, T. **Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo**. São Paulo: Ed. 34 / EDUSP, 2000.

CARLOS, A. F. A. **A (re)produção do espaço urbano**. São Paulo: EDUSP, 1994.

\_\_\_\_\_. **O lugar no/do espaço**. São Paulo: Hucitec, 1996

\_\_\_\_\_. **Espaço-tempo na metrópole**. A fragmentação da vida cotidiana. São Paulo: Contexto, 2001.

\_\_\_\_\_. **São Paulo: do capital industrial ao capital financeiro**. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri; OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de (Org.). Geografias de São Paulo. São Paulo: Contexto, 2004. P. 51-83.

\_\_\_\_\_. **O lugar no/do mundo**. São Paulo: Labur Edições, 2007.

CORRÊA, R. L. **Região e organização espacial**. São Paulo: Editora Ática, 1986

\_\_\_\_\_. **O espaço urbano**. 4ª edição, 2ª reimpressão. São Paulo: Editora Ática, 2000.

DEÁK, Csaba. **À busca das categorias da produção do espaço**. Ed. São Paulo, 2001.

\_\_\_\_\_. **Em busca das categorias da produção do espaço**. Ed. São Paulo: Annablume, 2016.

DE CERTEAU, M. **A invenção do cotidiano: artes de fazer**. 9. ed. Tradução de Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis - Rio de Janeiro: Vozes, 2003.

FRANÇA, I. S. **A cidade média e suas centralidades: o exemplo de Montes Claros no Norte de Minas Gerais**. Dissertação de Mestrado. Uberlândia: Instituto de Geografia, 2007. Disponível em <[http://www.btdt.ufu.br/tde\\_busca/arquivo.php?codArquivo=958](http://www.btdt.ufu.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=958)> acesso ago. 2019.

GALENDER, F. (1992). Considerações sobre a conceituação dos espaços públicos urbanos. **Paisagem e Ambiente**, (4), 113-120. <<https://doi.org/10.11606/issn.2359-5361.v0i4p113-120>> acessado em out. 2019.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999

GODOY, P. R. **A cidade no Brasil – período colonial. Caminhos de Geografia**. Uberlândia v. 12, n. 38. 2011.

GOMES, P. C. C. **A condição urbana: ensaios de geopolítica da cidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

GOMES, M. A. S. **As praças de Ribeirão Preto-SP: uma contribuição geográfica ao planejamento e à gestão dos espaços públicos.** 204 f. 2005. Dissertação (Mestrado) Universidade Federal de Uberlândia, Programa de Pós-Graduação em Geografia. Uberlândia, 2005.

GOMES, P. C. C. Espaço público, Espaços públicos. **GEOgraphia**, Niterói, v. 20, n. 44, nov. 2019.

GOMES, M. A. S. De largo a jardim: praças públicas no brasil – algumas aproximações. **Estudos Geográficos**, Rio Claro, 5(1): 101-120, 2007.

HELEODORO, T. I. **Formas de ruas: experiências físicas e significados sociais.** Dissertação de mestrado. Instituto de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, 2018.

INDOVINA, F. **O Espaço Público: Tópicos sobre a sua Mudança.** Editora: Cidades, comunidades e territórios. Veneza. 2002.

JACOBS, J. **Morte e Vida das Grandes Cidades.** São Paulo: Martins Fontes, 2000.

LAMAS, J. M. R. G. **Morfologia urbana e desenho da cidade.** Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian e Fundação para a Ciência e Tecnologia, 2000

LEFEVRE, H. **Espacio y política: el derecho a la ciudad.** Barcelona: Ediciones península, 1972.

\_\_\_\_\_. **Espacio e política.** Belo Horizonte: UFMG, 2008, 190p. (El espacio. In LEFEVRE, Henri. Espacio y política: El derecho a la ciudad II. Barcelona: Península, 1976, 190p.).

\_\_\_\_\_. **Le retour de la dialectique: 12 mots clef pour le monde moderne.** Paris: Messidor/Éditions Sociales, 1986. Tradução Margarida Maria de Andrade.

\_\_\_\_\_. **O direito à cidade.** São Paulo: Centauro, 2001.

LYNCH, K. **A imagem da cidade**. Rio de Janeiro: Edições 70, 1990.

MARICATO, E. **Habitação e cidade**. São Paulo: Atual. 2004.

MENDONÇA, E. M. S. Apropriações do espaço público: alguns conceitos. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, UERJ, RJ, p. 296-306, ago. 2007.

MOREIRA, R. Os quatro modelos de espaço-tempo e a reestruturação. In revista **GEOgraphia**, ano IV, no. 7. Niterói: PPGEU. 2002a.

MOREIRA, R. Sociabilidade e Espaço. **Agrária**. São Paulo, Nº 2, pp. 93-108, 2005.

MEDEIROS, E. B. **O lazer no planejamento urbano**. 2a edição. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1975.

NARCISO, C. A. F. **Espaço público**: acção política e práticas de apropriação. Conceito e procedências. 2009. Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revispsi/article/view/9102/7486>> Acesso em: 16 maio 2019.

OLIVEIRA, P. T. S. B.; BITAR, O. Y. Indicadores ambientais para o monitoramento de parques urbanos. **INTERFACEHS – Revista de Gestão Integrada em Saúde do Trabalho e Meio Ambiente**, v. 4, n. 2, p. 1-14, 2009.

PEREIRA, A. M. **Cidade média e região**: o significado de Montes Claros no Norte de Minas Gerais. Tese de Doutorado do Programa de Pós Graduação em Geografia da Universidade Federal de Uberlândia, 2007. 351p.

MAIA, D. S. **As intervenções urbanísticas e as transformações das ruas da cidade da parahiba**. ANPUH. João Pessoa, 2003.

REIS, F. L. C. **Outras histórias sobre poder e memória: as instituições arquivísticas e os(s) lugar(es) da(s) memória(s) em Montes Claros, MG 1980 a 2012**. 2013. 321 f. Tese (Doutorado em Ciências Humanas) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2013.

SANTOS, M. **Novos rumos para a geografia brasileira**. In: *Novos Rumos da Geografia Brasileira*, 1996.

SEGAWA, H. **Ao amor do público: jardins no Brasil**. São Paulo: Studio Nobel, 1996.

SERPA, A. Espaço público e acessibilidade: notas para uma abordagem geográfica. In: **GEOUSP - Espaço e Tempo**, São Paulo, Nº 15, pp. 21 - 37, 2004.

\_\_\_\_\_. Parque público: um “álibi verde” no centro de operações recentes de requalificação urbana? In: **Cidades: revista científica**. Presidente Prudente, v. 2, n. 3, p. 111-141, 2005.

\_\_\_\_\_. **O espaço público na cidade contemporânea**. São Paulo: Contexto, 2007.

SILVA, A. M. **Atratividade e dinâmica de apropriação de espaços públicos para o lazer e turismo**. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. 2009.

SOBARZO, O. A produção do espaço público: da dominação à apropriação. In: **GEOUSP - Espaço e Tempo**. n. 19. São Paulo, p. 93-111. 2006.

SORRE, M. **Les Fondements de la Géographie Humaine**. Paris: Librairie Félix Alcan, 1953.

SOUZA, M. L. **ABC do desenvolvimento urbano**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

\_\_\_\_\_. **Fobópole: o medo generalizado e a militarização da questão urbana**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

SPOSITO, M. E. B. A urbanização da sociedade. Reflexões para um debate sobre as formas espaciais. In: DAMIANI, Amélia Luísa; CARLOS, Ana Fani Alessandri; SEABRA, Odette Carvalho de Lima (Orgs.). **O espaço no fim do século**. A nova raridade. São Paulo: Contexto, 1999. p. 83-99.

ANEXO I

**Questionário - Pesquisa de mestrado sobre os espaços públicos de  
Montes Claros (MG)**

Idade: \_\_\_\_ Local de aplicação: \_\_\_\_\_ Data e horário: \_\_\_\_\_

O objetivo deste questionário é descobrir quais espaços públicos urbanos saltam à memória do montes-clarenses ao se lembrar de alguma das escalas questionadas abaixo. O modelo *Top of Mind*, muito usado na publicidade, aguça a pessoa a despertar em sua memória o que primeiro vêm à mente quando se trata de determinados assuntos pontuais. Nesse caso, pretende-

se percorrer por esse questionário para dar cabo à pesquisa envolvendo espaços que realmente habitam a memória coletiva do cidadão de Montes Claros.

(Este questionário será aplicado em pontos de movimento da cidade, onde se possa encontrar diferentes tipos de pessoas no mesmo local)

1. Se você pudesse apontar uma **RUA** na cidade de Montes Claros (MG) que permite o uso e/ou ocupação à população, qual você diria?
  - a. Quarteirão do Povo (Rua Simeão Ribeiro)
  - b. Corredor Cultural (atrás da Igreja Matriz)
  - c. Rua São Francisco (Calçada fechado)
  
2. Se você pudesse apontar uma **PRAÇA** na cidade de Montes Claros (MG) que permite o uso e/ou ocupação à população, qual você diria?
  - a. Praça da Matriz (Dr. Chaves)
  - b. Praça Dr. Carlos Versiani
  - c. Praça da Catedral (Pio XII)
  - d. Praça Coronel Ribeiro
  
3. Se você pudesse apontar um **PARQUE** na cidade de Montes Claros (MG) que permite o uso e/ou ocupação à população, qual você diria?
  - a. Parque Municipal (Milton Prates)
  - b. Parque Guimarães Rosa
  - c. Parque Sagarana
  - d. Outro.

## ANEXO II

### Questionário - Pesquisa de mestrado sobre os espaços públicos de Montes Claros (MG)

Idade: \_\_\_\_\_ Bairro da moradia: \_\_\_\_\_

Espaço público: **Quarteirão do Povo** Data e horário: \_\_\_\_\_

1. Costuma frequentar a **Quarteirão do Povo** com que frequência?

( ) Quase todos os dias ( ) Duas vezes por semana ( ) Uma vez por semana ( ) Uma vez por mês ( ) Raramente

2. Qual período do dia você mais frequenta este espaço público?  
 Manhã  Tarde  Noite
3. Em sua opinião, a manutenção e o cuidado da **Quarteirão do Povo** deve ser função:  
 da Prefeitura Municipal  das empresas privadas  da sociedade  de todos
4. O que costuma fazer nessa Praça? (marque até 5 opções)  
 Utiliza apenas para circulação ou passagem  Brincar com criança  Caminhar  Comer   
 Contemplar a paisagem  Conversar com amigos  Curtir festa ou quermesse  
 Descansar nos bancos  Encontrar alguém  Esperar ônibus/van  Jogar baralho  Ler   
 Namorar  Observar as pessoas  Passear com cachorro  Praticar algum esporte  
 Outro: \_\_\_\_\_
5. Em sua opinião, os espaços públicos em **Montes Claros** estão, de modo geral:  
 Bem cuidadas  Mal cuidadas
6. Em sua opinião, o que falta na **Quarteirão do Povo**? (marque até 5 opções)  
 Árvores  Bancos  Banheiro  Bebedouro  Boa iluminação  Bom calçamento p/  
 caminhar  Brinquedos para crianças  Equipamentos para exercícios físicos  Festas, shows e  
 exposições  Limpeza pública  Lixeiras  Quiosques para vender comidas   
 Outro: \_\_\_\_\_
7. Quais motivos mais limitam sua ida aos espaços públicos? (marque até 5 opções)  
 Condições climáticas (calor, frio ou chuva)  Insegurança ou medo  Encontrar mendigos   
 Encontrar pessoas diferentes de você  Falta de infraestrutura  Gostar de ficar em casa  
 Gostar de lugares mais divertidos  Não ter tempo  Violência  Outro: \_\_\_\_\_
8. Onde você mais costuma ir para se divertir? (marque até 2 opções)  
 Casa com família/amigos  Bar/boate  Clube  Espaço público (praça/parque)  
 Shopping center  Outro: \_\_\_\_\_
9. Costuma frequentar algum shopping center?  
 Sim  Não
10. Se respondeu sim na questão anterior, com qual frequência você vai ao shopping center?  
 Quase todos os dias  Duas vezes por semana  Uma vez por semana  Uma vez por mês   
 Raramente

### ANEXO III

#### Questionário - Pesquisa de mestrado sobre os espaços públicos de Montes Claros (MG)

Idade: \_\_\_\_\_ Bairro da moradia: \_\_\_\_\_  
 Espaço público: **Praça da Matriz** Data e horário: \_\_\_\_\_

1. Costuma frequentar a **Praça da Matriz** com que frequência?  
 Quase todos os dias  Duas vezes por semana  Uma vez por semana  Uma vez por mês   
 Raramente

2. Qual período do dia você mais frequenta este espaço público?

( ) Manhã ( ) Tarde ( ) Noite

3. Em sua opinião, a manutenção e o cuidado da **Praça da Matriz** deve ser função:

( ) da Prefeitura Municipal ( ) das empresas privadas ( ) da sociedade ( ) de todos

4. O que costuma fazer nessa Praça? (marque até 5 opções)

( ) Utiliza apenas para circulação ou passagem ( ) Brincar com criança ( ) Caminhar ( ) Comer ( )  
Contemplar a paisagem ( ) Conversar com amigos ( ) Curtir festa ou quermesse  
( ) Descansar nos bancos ( ) Encontrar alguém ( ) Esperar ônibus/van ( ) Jogar baralho ( ) Ler ( )  
Namorar ( ) Observar as pessoas ( ) Passear com cachorro ( ) Praticar algum esporte  
( ) Outro: \_\_\_\_\_

5. Em sua opinião, os espaços públicos em **Montes Claros** estão, de modo geral:

( ) Bem cuidadas ( ) Mal cuidadas

6. Em sua opinião, o que falta na **Praça da Matriz**? (marque até 5 opções)

( ) Árvores ( ) Bancos ( ) Banheiro ( ) Bebedouro ( ) Boa iluminação ( ) Bom calçamento p/  
caminhar ( ) Brinquedos para crianças ( ) Equipamentos para exercícios físicos ( ) Festas, shows e  
exposições ( ) Limpeza pública ( ) Lixeiras ( ) Quiosques para vender comidas ( )  
Outro: \_\_\_\_\_

7. Quais motivos mais limitam sua ida aos espaços públicos? (marque até 5 opções)

( ) Condições climáticas (calor, frio ou chuva) ( ) Insegurança ou medo ( ) Encontrar mendigos ( )  
Encontrar pessoas diferentes de você ( ) Falta de infraestrutura ( ) Gostar de ficar em casa  
( ) Gostar de lugares mais divertidos ( ) Não ter tempo ( ) Violência ( ) Outro: \_\_\_\_\_

8. Onde você mais costuma ir para se divertir? (marque até 2 opções)

( ) Casa com família/amigos ( ) Bar/boate ( ) Clube ( ) Espaço público (praça/parque)  
( ) Shopping center ( ) Outro: \_\_\_\_\_

9. Costuma frequentar algum shopping center?

( ) Sim ( ) Não

10. Se respondeu sim na questão anterior, com qual frequência você vai ao shopping center?

( ) Quase todos os dias ( ) Duas vezes por semana ( ) Uma vez por semana ( ) Uma vez por mês ( )  
Raramente

#### ANEXO IV

### Questionário - Pesquisa de mestrado sobre os espaços públicos de Montes Claros (MG)

Idade: \_\_\_\_\_ Bairro da moradia: \_\_\_\_\_

Espaço público: **Parque Municipal** Data e horário: \_\_\_\_\_

1. Costuma frequentar a **Parque Municipal** com que frequência?

( ) Quase todos os dias ( ) Duas vezes por semana ( ) Uma vez por semana ( ) Uma vez por mês ( )  
Raramente

2. Qual período do dia você mais frequenta este espaço público?

( ) Manhã ( ) Tarde ( ) Noite

3. Em sua opinião, a manutenção e o cuidado da **Parque Municipal** deve ser função:

( ) da Prefeitura Municipal ( ) das empresas privadas ( ) da sociedade ( ) de todos

4. O que costuma fazer nessa Praça? (marque até 5 opções)

( ) Utiliza apenas para circulação ou passagem ( ) Brincar com criança ( ) Caminhar ( ) Comer ( )  
Contemplar a paisagem ( ) Conversar com amigos ( ) Curtir festa ou quermesse  
( ) Descansar nos bancos ( ) Encontrar alguém ( ) Esperar ônibus/van ( ) Jogar baralho ( ) Ler ( )  
Namorar ( ) Observar as pessoas ( ) Passear com cachorro ( ) Praticar algum esporte  
( ) Outro: \_\_\_\_\_

5. Em sua opinião, os espaços públicos em **Montes Claros** estão, de modo geral:

( ) Bem cuidadas ( ) Mal cuidadas

6. Em sua opinião, o que falta na **Parque Municipal**? (marque até 5 opções)

( ) Árvores ( ) Bancos ( ) Banheiro ( ) Bebedouro ( ) Boa iluminação ( ) Bom calçamento p/  
caminhar ( ) Brinquedos para crianças ( ) Equipamentos para exercícios físicos ( ) Festas, shows e  
exposições ( ) Limpeza pública ( ) Lixeiras ( ) Quiosques para vender comidas ( )  
Outro: \_\_\_\_\_

7. Quais motivos mais limitam sua ida aos espaços públicos? (marque até 5 opções)

( ) Condições climáticas (calor, frio ou chuva) ( ) Insegurança ou medo ( ) Encontrar mendigos ( )  
Encontrar pessoas diferentes de você ( ) Falta de infraestrutura ( ) Gostar de ficar em casa  
( ) Gostar de lugares mais divertidos ( ) Não ter tempo ( ) Violência ( ) Outro: \_\_\_\_\_

8. Onde você mais costuma ir para se divertir? (marque até 2 opções)

( ) Casa com família/amigos ( ) Bar/boate ( ) Clube ( ) Espaço público (praça/parque)  
( ) Shopping center ( ) Outro: \_\_\_\_\_

9. Costuma frequentar algum shopping center?

( ) Sim ( ) Não

10. Se respondeu sim na questão anterior, com qual frequência você vai ao shopping center?

( ) Quase todos os dias ( ) Duas vezes por semana ( ) Uma vez por semana ( ) Uma vez por mês ( )  
Raramente